



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, DE 09 DE JANEIRO DE 2026.

A Prefeitura Municipal de Lavras, em conformidade com os preceitos constitucionais da Administração Pública, em consonância com as disposições do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº 327/2014 – Estatuto dos Servidores, Lei Complementar nº 328/2014, Lei Complementar nº 448/2022 – Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Lavras, Lei complementar nº 449/2022, Lei Complementar nº 453/2022 e Lei Complementar nº 444/2022 – Estatuto do Magistério, bem como as demais leis vigentes, estabelece as normas para a realização de Concurso Público destinado ao provimento de cargos públicos efetivos e à formação de cadastro de reservas.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Concurso será regido por este edital, por seus anexos, avisos, atos complementares e eventuais retificações, sendo sua execução de responsabilidade da Fundep até a homologação.
- 1.2. O Concurso de que trata este edital visa ao provimento de cargos do Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal de Lavras (MG), conforme as vagas estabelecidas e distribuídas no **Quadro II do item 2.1** deste edital.
- 1.3. O Concurso de que trata este edital será composto pelas etapas a seguir:

Quadro I – Distribuição das etapas por cargos e critérios

Etapa	Cargo	Critério
Prova Objetiva	Todos os cargos	Eliminatório e Classificatório
Prova de Títulos	Cargos de Nível Superior	Classificatório

- 1.4. Integram o presente edital:
 - **Anexo I** – Atribuições sumárias dos cargos;
 - **Anexo II** – Quadro de provas;
 - **Anexo III** – Modelo de declaração do pedido de isenção da taxa de inscrição;
 - **Anexo IV** – Conteúdos programáticos e referências bibliográficas.
- 1.5. A legislação e as alterações em dispositivos legais e normativos, com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, não serão objeto de avaliação nas provas deste Concurso.
- 1.6. Este Concurso terá validade de 02 (dois) anos, a contar da data da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Lavras (MG).
- 1.7. Toda menção a horário neste edital terá como referência o horário oficial da cidade de Brasília (DF).
- 1.8. Será disponibilizado, às pessoas que não tiverem acesso à internet, um computador para que possam realizar inscrições, requerimentos, solicitações e / ou recursos para qualquer etapa deste Concurso, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato realizar o respectivo procedimento nos termos deste edital, nos seguintes locais:
 - a) Fundep Concursos, situada à Avenida Presidente Antônio Carlos, 6.627, Unidade Administrativa II, 3º andar, Campus Pampulha da UFMG, em Belo Horizonte (MG) — acesso pela Avenida Antônio Abrahão Caram, Portão 2 —, no horário das 9h às 11h30 e das 13h30 às 16h30 (exceto aos sábados, domingos e feriados);
 - b) Prefeitura Municipal de Lavras (MG), situada na Av. Dr. Sylvio Menicucci, 1.575 – Kennedy, Lavras (MG), no horário das 12h às 17h (exceto aos sábados, domingos e feriados).
- 1.9. A Prefeitura Municipal de Lavras a Fundep não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhes forem imputáveis, por inscrições, recursos e *download* de documentos não recebidos por falhas de comunicação; eventuais equívocos provocados por operadores das instituições bancárias, assim como no processamento do boleto bancário; congestionamento das linhas de comunicação; falhas de impressão; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência de dados e a impressão do boleto bancário ou da 2ª (segunda) via do boleto bancário.
- 1.10. O edital completo deste Concurso poderá ser retirado pelo candidato, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos www.lavras.mg.gov.br e www.gestaodeconcursos.com.br.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

2. DOS CARGOS, ESCOLARIDADE, HABILITAÇÃO PARA O CARGO E VAGAS

2.1. Os cargos, a habilitação / pré-requisito e as vagas ofertadas são os estabelecidos a seguir:

Quadro II – Distribuição dos cargos, requisitos, vagas, jornada e remuneração

Cargo	Requisitos	Vagas						Jornada	Remuneração Inicial
		GER	AC	PCD	PP	IND	QUI		
Cargos de Nível Médio e Médio Técnico Completo									
Cargo	Requisitos	GER	AC	PCD	PP	IND	QUI	Jornada	Remuneração Inicial
Assistente Administrativo	Ensino Médio completo	5	3	1	1	0	0	40h	R\$1.673,24 + R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Monitor de Educação Infantil	Magistério em Nível Médio completo com habilitação em Educação Infantil ou Ensino Normal / Magistério ou Ensino Médio acrescido de curso de Monitor de Educação Infantil com carga mínima de 160 horas, reconhecido pelo MEC	120	72	12	30	4	2	40h	R\$ 2.008,72 (Podendo ser acrescidos 9% mediante atingimento de metas, conforme a Lei nº 449/2022) e R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Técnico de Enfermagem	Ensino Médio completo e Curso Técnico Profissionalizante em Enfermagem e registro em órgão de classe	10	6	1	3	0	0	40h	R\$1.810,62 + R\$ 300,00 Auxílio Alimentação.
Técnico em Laboratório	Curso Técnico de Nível Médio completo em Laboratório / Ensino Médio com Técnico Profissionalizante e registro em órgão de classe	8	5	1	2	0	0	40h	R\$1.810,62 + R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Suporte Técnico de Tecnologia da Informação	Ensino Médio completo e Curso Técnico em Informática, Processamento de Dados, Redes de Computadores, Manutenção de Computadores	2	1	0	1	0	0	40h	R\$1.810,62 + R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Cargos de Nível Superior									
Cargo	Requisitos	GER	AC	PCD	PP	IND	QUI	Jornada	Remuneração Inicial
Farmacêutico	Curso de Nível Superior completo em Farmácia / Bioquímica, com Especialização em Farmácia e registro no respectivo conselho de classe	1	1	0	0	0	0	30h	R\$ 2.578,42 + R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Médico Angiologista	Curso de Nível Superior completo em Medicina, com registro no respectivo conselho de classe e Especialização ou residência médica em Angiologia	1	1	0	0	0	0	20h	R\$ 2.578,42 (Podendo ser acrescidos R\$ 2.000,00 referentes a prêmio de atendimento, conforme a Lei Municipal nº 3.779/2011) e R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Médico Cardiologista	Curso de Nível Superior completo em Medicina, com registro no respectivo conselho de classe e Especialização ou residência médica em Cardiologia	1	1	0	0	0	0	20h	R\$ 2.578,42 (Podendo ser acrescidos R\$ 2.000,00 referentes a prêmio de atendimento,



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

Cargo	Requisitos	Vagas						Jornada	Remuneração Inicial
		GER	AC	PCD	PP	IND	QUI		
									conforme a Lei Municipal nº 3.779/2011) e R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Médico Cirurgião Geral	Curso de Nível Superior completo em Medicina, com registro no respectivo conselho de classe e Especialização ou residência médica em Cirurgia	1	1	0	0	0	0	20h	R\$ 2.578,42 (Podendo ser acrescidos R\$ 1.500,00 por plantão na UPA) e R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Médico Endocrinologista	Curso de Nível Superior completo em Medicina, com registro no respectivo conselho de classe e Especialização ou residência médica em Endocrinologia e Metabologia	1	1	0	0	0	0	20h	R\$ 2.578,42 (Podendo ser acrescidos R\$ 2.000,00 referentes a prêmio de atendimento, conforme a Lei Municipal nº 3.779/2011) e R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Médico Ginecologista / Obstetra	Curso de Nível Superior completo em Medicina, com registro no respectivo conselho de classe e Especialização ou residência médica em Ginecologia e Obstetrícia	3	2	0	1	0	0	20h	R\$ 2.578,42 (Podendo ser acrescidos R\$ 2.000,00 referentes a prêmio de atendimento, conforme a Lei Municipal nº 3.779/2011) e R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Médico Neurologista	Curso de Nível Superior completo em Medicina, com registro no respectivo conselho de classe e Especialização ou residência médica em Neurologia	1	1	0	0	0	0	20h	R\$ 2.578,42 (Podendo ser acrescidos R\$ 1.500,00 por plantão na UPA mais R\$ 2.000,00 referentes a prêmio de atendimento, conforme a Lei Municipal nº 3.779/2011) e R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Médico Pediatra	Curso de Nível Superior completo em Medicina, com registro no respectivo conselho de classe e Especialização ou residência médica em Pediatria	4	3	0	1	0	0	20h	R\$ 2.578,42 (Podendo ser acrescidos R\$ 1.500,00 por plantão na UPA mais R\$ 2.000,00 referentes a prêmio de atendimento, conforme a Lei Municipal nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

Cargo	Requisitos	Vagas						Jornada	Remuneração Inicial
		GER	AC	PCD	PP	IND	QUI		
									3.779/2011) e R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Médico Pediatra de Atenção Secundária	Curso de Nível Superior completo em Medicina, com registro no respectivo conselho de classe e Especialização ou residência médica em Pediatria	1	1	0	0	0	0	20h	R\$5.286,42 + R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Médico Psiquiatra Saúde Mental	Curso de Nível Superior completo em Medicina, com registro no respectivo conselho de classe e Especialização ou residência médica em Psiquiatria	3	2	0	1	0	0	20h	R\$5.948,60 + R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Médico Saúde da Família	Curso de Nível Superior completo em Medicina, com registro no respectivo conselho de classe	2	1	0	1	0	0	40h	R\$15.824,89 + R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Médico Psiquiatra	Curso Superior completo em Medicina, com Registro no respectivo conselho de classe e Especialização ou residência médica em Psiquiatria	3	2	0	1	0	0	20h	R\$ 2.578,42 (Podendo ser acrescidos R\$ 2.000,00 referentes a prêmio de atendimento, conforme a Lei Municipal nº 3.779/2011) e R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
Terapeuta Ocupacional Saúde Mental	Curso de Nível Superior completo em Terapia Ocupacional, com registro no respectivo conselho de classe	2	1	0	1	0	0	20h	R\$ 2.578,42 + R\$ 300,00 de Auxílio Alimentação.
TOTAL GERAL DE VAGAS		169	105	15	43	4	2		-

Siglas: GER = Geral; AC = Ampla Concorrência; PCD = Pessoas com Deficiência; PP = Pessoas que se autodeclararam Pretas ou Pardas; IND = Indígenas; QUI = Quilombolas; h/s = horas semanais.

- 2.2.** Os candidatos nomeados estarão submetidos às normas, condutas, direitos e deveres estabelecidos na Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº 327/2014 – Estatuto dos Servidores, na Lei Complementar nº 328/2014, na Lei Complementar nº 448/2022 – Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Lavras, na Lei Complementar nº 449/2022, na Lei Complementar nº 444/2022 – Estatuto do Magistério e suas alterações, e nas demais legislações municipais vigentes.
- 2.3.** Os candidatos nomeados serão subordinados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – (Lavrasprev).
- 2.4.** O exercício da função poderá implicar a necessidade de viagem do servidor, a critério do Município.
- 2.5.** As atribuições sumárias dos cargos constam do **Anexo I** deste edital.
- 2.6.** O servidor poderá ser lotado na sede e nas localidades do Município, ficando responsável pela sua locomoção.

3. DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NOS CARGOS

- 3.1.** O candidato aprovado e nomeado neste Concurso será investido no cargo se comprovar, na data da posse:
- ser brasileiro nato, naturalizado ou cidadão português em condição de igualdade de direitos com os brasileiros; no caso de ser português, comprovar a condição de igualdade e gozo dos direitos políticos na forma do artigo 12, § 1º, da Constituição da República;
 - gozar dos direitos políticos;
 - estar quite com as obrigações eleitorais;
 - estar quite com as obrigações do Serviço Militar, quando se tratar de candidato do sexo masculino;
 - ter 18 (dezoito) anos de idade completos até a data de posse;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, a ser aferida em perícia médica oficial, realizada por unidade pericial competente, nos termos da legislação vigente;
- g) não ter sido demitido a bem do serviço público nos últimos 5 (cinco) anos, nas hipóteses previstas na legislação vigente. Essa situação será considerada nos casos em que já se tenha a decisão final de um eventual processo. Nos casos de processos em tramitação, o candidato poderá assumir a vaga normalmente;
- h) comprovar os requisitos exigidos para ingresso nos cargos, nos termos do **Quadro II do item 2.1** deste edital;
- i) conhecer, atender e estar de acordo com as exigências contidas neste edital e seus anexos, bem como com as condições previstas em lei;
- j) não ter sido condenado nas condições previstas nas Leis Federais nº 11.340/2006 e nº 7.716/1989, nos termos das Leis Municipais nº 3.427/2021 e nº 3.763/2024.

3.2. O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados no item 3.1 deste edital, ou que por qualquer motivo não puder comprová-los, perderá o direito à posse no cargo para o qual for nomeado.

4. DAS VAGAS E DO CADASTRO DE RESERVA

4.1. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1.1. Em atendimento à Lei Federal nº 7.853/1989 e à Lei Municipal nº 2.223/1995, do total de vagas oferecidas por cargo neste Concurso Público, serão reservadas 10% (dez por cento) a pessoas com deficiência.

4.1.2. A reserva de vagas será feita de acordo com os critérios definidos pelo artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, combinado com a Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ (visão monocular), observada a exigência de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo.

4.2. O percentual de 10% (dez por cento) de reserva de que trata o item 4.1.1 deste edital será aplicado sobre o quantitativo de vagas oferecidas para cada cargo discriminado no edital do Concurso Público, nos termos da Lei Federal nº 7.853/1989 e da Lei Municipal nº 2.223/1995.

4.2.1. Somente haverá vagas imediatas destinadas a candidatos com deficiência para os cargos com vagas ofertadas em número igual ou superior a 5 (cinco). Ou seja, para os cargos com menos de 5 (cinco) vagas ofertadas, o candidato classificado figurará na lista de pessoas com deficiência na situação de cadastro reserva para eventuais vagas que vierem a surgir durante o prazo de validade do Concurso.

4.2.2. Ao número de vagas estabelecido na **Quadro II do item 2.1** deste edital poderão ser acrescentadas novas vagas autorizadas dentro do prazo de validade do Concurso Público.

4.2.3. Caso novas vagas sejam oferecidas durante o prazo de validade do Concurso Público, 10% (dez por cento) delas serão destinadas a pessoas com deficiência.

4.2.3.1. Sempre que a aplicação do percentual resulte em número fracionado, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro subsequente, e a fração inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior, conforme Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, c/c o parágrafo único, artigo 2º da Resolução nº 155/96.

4.2.4. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência participará deste Concurso Público em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação, ao conteúdo, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima de aprovação exigida para todos os candidatos.

4.2.5. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência, se aprovado e classificado neste Concurso Público, além de figurar na lista de classificação da ampla concorrência, terá sua classificação em listagem classificatória exclusiva dos candidatos nessa condição.

4.2.6. Para cumprimento da reserva estabelecida na Lei Federal nº 7.853/1989, as vagas reservadas serão providas por candidato com deficiência aprovado, nomeado e submetido a perícia médica, observada a distribuição de vagas constante da **Quadro II do item 2.1** deste edital e a ordem de classificação do candidato nessa concorrência.

4.2.7. Após a investidura do candidato com deficiência, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria nem de reabilitação, visto que deve ser compatível com o exercício do cargo, salvo as hipóteses excepcionais de agravamento imprevisível da deficiência, que impossibilitem a permanência do servidor em atividade.

4.3. DAS VAGAS DESTINADAS A NEGROS, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

4.3.1. Das vagas ofertadas e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade do Concurso Público, 25% (vinte e cinco por cento) serão reservadas às pessoas que concorrerem a cotas para Pessoas Negras, 3% (três por cento) para Indígenas e 2% (dois por cento) para Quilombolas, com fundamento na Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, no Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025, e na Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025, do



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas.

4.3.2. O percentual de 30% (trinta por cento) de reserva de que trata o item anterior será aplicado sobre o número de vagas de ampla concorrência disponibilizadas por cargo no Concurso Público, sempre que o número de vagas oferecido for igual ou superior a 2 (duas), conforme disposto no **Quadro II do item 2.1** deste edital.

4.3.3. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas, este será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), conforme previsto no artigo 1º, § 2º, da Lei Federal nº 15.142, de 3 de junho de 2025.

4.3.4. Se, durante o período de validade deste Concurso, forem disponibilizadas novas vagas, cujo quantitativo atinja 2 (duas) ou mais vagas para cada um dos cargos deste edital, será aplicado o percentual de 30% (trinta por cento) do total das vagas para candidatos da reserva de vagas para negros, indígenas e quilombolas.

4.3.5. Às pessoas que se autodeclararem pertencentes à reserva de vagas étnico-raciais, e de acordo com a Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Ministério da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas, é assegurado o direito de inscrição às vagas reservadas a que se refere a **Quadro II do item 2.1** deste edital, considerando-se:

- a) **Pessoa Negra:** aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e que possua traços fenotípicos que a caracterizem como de cor preta ou parda, nos termos do disposto no artigo 1º, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial;
- b) **Pessoa Indígena:** aquela que se identifica como parte de uma coletividade indígena e é reconhecida por seus membros como tal, independentemente de viver ou não em território indígena, nos termos do artigo 231 da Constituição Federal, da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas;
- c) **Pessoa Quilombola:** aquela pertencente a grupo étnico-racial, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotada de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade preta ou parda, conforme previsto no Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

4.3.6. A autodeclaração e a verificação documental complementar terão validade somente para viabilizar a participação precária como beneficiário de vagas reservadas nas cotas étnico-raciais, a que se refere a **Quadro II do item 2.1** e somente para este Concurso Público, não podendo ser estendida a outros certames.

4.3.7. Presumir-se-ão verdadeiras, até o procedimento de verificação, as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição do certame, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

4.3.8. Os candidatos que autodeclararem e solicitarem reserva de vagas para cotas étnico-raciais participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere a todas as fases do Concurso, como ao conteúdo, ao horário, ao local de aplicação das provas e à nota mínima de aprovação exigida para todos os candidatos.

4.3.9. Os candidatos inscritos na reserva de vagas para cotas étnico-raciais poderão optar também por concorrerem às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição, de acordo com a sua classificação no Concurso.

4.3.10. O candidato inscrito na reserva de vagas para cotas étnico-raciais que também desejar concorrer às vagas reservadas para as pessoas com deficiência deverá, no prazo de inscrição estabelecido no item 5.2.2 deste edital, atender às exigências do item 6 deste edital.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste edital.

5.1.2. Antes de efetuar a inscrição e / ou o pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste edital e em seus anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.1.3. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.1.4. Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea.

5.1.5. Não será admitida, sob qualquer pretexto, inscrição feita por outro meio que não os estabelecidos neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

5.1.6. A Ficha Eletrônica de Isenção, o Formulário Eletrônico de Inscrição e o valor pago referente à inscrição são pessoais e intransferíveis.

5.1.7. O pagamento do valor de inscrição por si só não confere ao candidato o direito de submeter-se à etapa deste Concurso Público.

5.1.8. O candidato poderá concorrer a 01 (um) cargo do Concurso, ficando vedada a inscrição para mais de um deles.

5.1.9. Depois de confirmados e transmitidos os dados cadastrados pelo candidato na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição, não serão aceitos:

- a) alteração no cargo / área de conhecimento indicado pelo candidato na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição;
- b) transferências de inscrições ou da isenção do valor de inscrição entre pessoas;
- c) transferências de pagamentos de inscrição entre pessoas.

5.1.10. A não comprovação do pagamento do valor de inscrição ou o pagamento efetuado em quantia inferior determinará o cancelamento automático da inscrição.

5.1.11. As informações constantes da Ficha Eletrônica de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se a Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, dados pessoais, endereço inexato ou incompleto ou código incorreto referente ao cargo / área de conhecimento pretendido, fornecidos pelo candidato.

5.1.11.1. Declarações falsas ou inexatas constantes do Formulário Eletrônico de Inscrição determinarão o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.1.12. Não se exigirá do candidato cópia de nenhum documento no ato do preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição ou da Ficha Eletrônica de Isenção, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados, salvo no item 5.4 e seus subitens.

5.1.13. No ato da inscrição, o candidato deverá indicar, em campo próprio, a opção pelo cargo ao qual concorrerá, podendo se inscrever para mais de um cargo, observando a data e o horário das provas nos termos dos itens 5.1.8 e 10.2.1.

5.1.14. O candidato inscrito por terceiros assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição e do Ficha Eletrônica de Isenção.

5.2. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO E FORMAS DE PAGAMENTO

5.2.1. O valor a ser pago a título de inscrição é o seguinte:

- **Cargos de Nível Médio e Médio Técnico:** R\$ 80,00 (oitenta reais);
- **Cargos de Nível Superior:** R\$ 100,00 (cem reais).

5.2.2. As inscrições deverão ser efetuadas via internet, **das 9 (nove) horas do dia 16 de março de 2026 às 17 (dezesete) horas do dia 16 de abril de 2026.**

5.2.3. Para se inscrever, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br **das 9 (nove) horas do dia 16 de março de 2026 às 17 (dezesete) horas do dia 16 de abril de 2026**, por meio do *link* correspondente às inscrições do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lavras – Edital nº 01/2026, e efetuar sua inscrição conforme os procedimentos estabelecidos a seguir:

- a) ler atentamente o edital disponível no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br;
- b) preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição, indicando a opção do cargo / área de conhecimento para o qual concorrerá, indicar a modalidade da reserva de vagas, quando for o caso, de acordo com a **Quadro II do item 2.1** deste edital, confirmar os dados cadastrados e transmiti-los pela internet;
- c) gerar e imprimir o boleto bancário para pagamento do valor de inscrição correspondente;
- d) efetuar o pagamento da importância referente à inscrição expressa no item 5.2.1 deste edital até o dia **16 de abril de 2026**, observando o horário de expediente bancário.

5.2.4. O boleto bancário a que se refere o item 5.2.3, alínea “c)”, deste edital será emitido em nome do requerente e deverá ser impresso em impressora a laser ou jato de tinta para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras e ser pago até o último dia de inscrição.

5.2.5. Para efetivar sua inscrição, o candidato deverá efetuar o pagamento do valor da inscrição impresso no boleto bancário, na rede bancária, salas de autoatendimento e *internet banking*, observados os horários de atendimento e das transações financeiras da instituição bancária, conforme item 5.2.3, alínea “d)”, deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

5.2.6. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento, considerando o primeiro dia útil que anteceder o feriado ou o evento que acarrete o fechamento de agências bancárias.

5.2.7. A 2ª (segunda) via do boleto bancário somente estará disponível na internet para impressão até o dia de vencimento do boleto determinado no item 5.2.2 deste edital, ficando indisponível após as 17 (dezessete) horas do último dia de pagamento.

5.2.8. A impressão do boleto bancário ou da 2ª (segunda) via em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato, eximindo-se a Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep de eventuais dificuldades na leitura do código de barras e consequente impossibilidade de efetivação da inscrição.

5.2.9. A inscrição somente será processada e validada após a confirmação à Fundep do pagamento do valor de inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente cancelado o Formulário Eletrônico de Inscrição em que o pagamento não for comprovado ou que for pago a menor.

5.2.10. Serão tornadas sem efeito as solicitações de inscrição cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no item 5.2.3, alínea “d)”, deste edital.

5.2.11. Não será aceito pagamento do valor de inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência, depósito em conta corrente, Pix, DOC, cheque, cartão de crédito ou ordens de pagamento.

5.2.12. Considera-se efetivada a inscrição do candidato que realizar o pagamento exato do valor de inscrição até a data prevista no item 5.2.3, alínea “d)”, nos termos do presente edital, bem como as inscrições deferidas através dos pedidos de isenção do pagamento do valor de inscrição.

5.2.13. Durante o período de inscrição, será permitida a alteração da modalidade de concorrência da vaga, condição especial para realização da prova e cidade da prova, quando for o caso.

5.2.14. Para o candidato que alterar a sua solicitação de inscrição, nos termos do item 5.2.13 deste edital, será considerada válida somente a última alteração realizada.

5.2.15. Encerrado o período de inscrição, aquelas que tenham sido devidamente registradas no sistema e cujo pagamento da taxa tenha sido confirmado, ou que tenham obtido isenção, serão automática e definitivamente efetivadas, não sendo permitidas alterações em nenhuma hipótese.

5.2.16. Havendo mais de uma inscrição paga ou isenta que estiver em desacordo com o item 5.1.8, independentemente da área de conhecimento escolhida, prevalecerá a inscrição para a qual o candidato comparecer para realizar a Prova. Nas demais isenções ou inscrições realizadas, o candidato será considerado ausente. Não haverá possibilidade de cancelamento das inscrições, e nem responsabilidade da Prefeitura Municipal de Lavras ou da Fundep pela devolução de valores referentes às inscrições realizadas, salvos os casos previstos no item 5.3.

5.2.17. O boleto bancário quitado, sem rasuras, emendas e outros, será o comprovante de requerimento de inscrição do candidato neste Concurso Público. Para esse fim, o boleto deverá estar autenticado ou acompanhado do respectivo comprovante do pagamento realizado até a data limite do vencimento, não sendo considerado para tal o simples agendamento de pagamento, uma vez que este pode não ser processado ante a eventual insuficiência de fundos ou outras situações que não permitam o pagamento efetivo do valor da inscrição.

5.2.18. As inscrições deferidas serão disponibilizadas, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos www.lavras.mg.gov.br e www.gestaodeconcursos.com.br, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município de Lavras e no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Lavras.

5.2.19. Nos casos em que tiver sua inscrição indeferida, o candidato poderá manifestar-se formalmente por meio de recurso administrativo previsto no item 12.1, alínea “b)”, deste edital.

5.3. DA DEVOLUÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

5.3.1. O valor de inscrição será devolvido ao candidato em casos de suspensão e cancelamento de cargos ou do Concurso Público, adiamento que acarrete alteração da data da Prova Objetiva, nos casos de duplicidade ou extemporaneidade do pagamento do valor da inscrição ou situações inesperadas que impossibilitem a realização da prova na data prevista.

5.3.2. A devolução do valor de inscrição prevista no item 5.3.1 deverá ser requerida por meio de formulário de solicitação disponibilizado no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, em até 5 (cinco) dias úteis após a data de publicação do ato que ensejou o cancelamento, suspensão ou a não realização do Certame, por meio de requerimento de restituição do valor da inscrição.

5.3.2.1. Para obter a devolução, o candidato deverá preencher a “Solicitação de Devolução”, disponibilizada exclusivamente para essa finalidade no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br. O candidato, para ter acesso, deverá entrar na “Área do Candidato”, no item “Minhas Inscrições” e clicar no *link* referente ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lavras – Edital nº 01/2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

5.3.2.2. A solicitação de devolução do valor de inscrição ficará disponível durante o prazo de 30 (trinta) dias corridos contados a partir da disponibilização do referido formulário.

5.3.3. Para obter a devolução, o candidato deverá informar nome e número do banco, nome e número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito, bem como o nome completo e CPF do titular da conta, caso esta seja de terceiros.

5.3.4. A devolução do valor de inscrição será processada em até 30 (trinta) dias úteis findado o prazo previsto no item 5.3.2.2 por meio de depósito bancário na conta bancária indicada na solicitação, nos casos em que todos os dados encaminhados estiverem corretos.

5.3.5. É de inteira responsabilidade do candidato a informação correta e completa de todos os dados requeridos para a eventual devolução do valor de inscrição, não se podendo atribuir à Prefeitura Municipal de Lavras e à Fundep a responsabilidade pela impossibilidade de devolução caso os dados sejam insuficientes ou incorretos.

5.3.6. Será devolvido ao candidato o valor de inscrição pago em duplicidade ou fora do prazo ou com valor em desconformidade com o do valor de inscrição, mediante ao preenchimento do requerimento de restituição do valor da inscrição e comprovação da extemporaneidade ou da duplicidade do pagamento para o mesmo boleto.

5.3.6.1. Nos casos elencados no item 5.3.6, o candidato arcará com os custos bancários do boleto para o processamento da devolução.

5.3.6.2. No caso previsto no item 5.3.6 deste edital, o candidato deverá requerer a restituição do valor de inscrição em até 10 (dez) dias corridos após o término das inscrições, por meio do envio do requerimento e da documentação comprobatória da duplicidade e extemporaneidade do pagamento, via e-mail concursos@fundep.com.br.

5.3.6.3. Para devolução de valor prevista no item 5.3.6 deste edital, o candidato também deverá informar os seguintes dados:

- a) nome completo, número da identidade e número de sua inscrição no Concurso;
- b) nome e número do banco, nome e número da agência com dígito, número da conta corrente e CPF do titular da conta, caso a conta seja de terceiros;
- c) número de telefones, com código de área e e-mail para eventual contato.

5.3.7. A devolução do valor de inscrição pago em duplicidade ou fora do prazo ou com quantia em desconformidade com o valor de inscrição estará sujeita a análise do requerimento e documentos comprobatórios e consequente aprovação da Fundep.

5.3.8. O candidato que não requerer a restituição do valor de inscrição no prazo e nas formas estabelecidas no item 5.3 deste edital não poderá requerê-la posteriormente.

5.4. DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

5.4.1. O candidato que, em razão de limitações de ordem financeira, não puder arcar com o pagamento do valor de inscrição, sob pena de comprometimento do sustento próprio e de sua família, ou que comprovar os requisitos da Lei Municipal nº 4.707/2022 para ser caracterizado como doador regular de sangue e / ou medula óssea, poderá requerer isenção do pagamento do valor de inscrição exclusivamente **das 9 horas do dia 16 de março de 2026 às 23 horas e 59 minutos do dia 20 de março de 2026**.

5.4.2. O requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição estará disponível para preenchimento no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br no período constante do item 5.4.1 deste edital.

5.4.3. Para requerer a isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá comprovar uma das condições a seguir e preencher a solicitação de isenção no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br:

- a) **em caso de hipossuficiência econômico-financeira**, caracterizada pelo registro de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o do Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022, para a condição caracterizada pelo registro de inscrição no CadÚnico, bastará informar o número de Identificação Social (NIS) no campo específico do requerimento de isenção. Não haverá necessidade do envio de documentos físicos para a organizadora;
- b) **em caso de desemprego ou família de baixa renda**, nos termos do Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022, anexar à solicitação de isenção a declaração conforme modelo do **Anexo III**. Os documentos deverão ser digitalizados em único arquivo de extensão PDF e submetidos via *upload* na “Área do candidato” no *link* específico, observando o tamanho limite de 5 (cinco) *megabytes* e prazo previsto no item 5.4.1;
- c) **em caso de “Doador de Sangue e / ou Medula Óssea”**, anexar ao comprovante de solicitação de isenção a documentação exigida para comprovação da condição informada, nos termos estabelecidos no item 5.4.3.5 deste edital e seus subitens. Os documentos deverão ser digitalizados em único arquivo de extensão PDF, submetido via *upload* na “Área do Candidato” no *link* específico, observando o tamanho limite de 5 (cinco) *megabytes*.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

5.4.3.1. Para comprovar a situação prevista no item 5.4.3, alínea “a)”, deste edital, o candidato deverá estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e indicar seu Número de Identificação Social (NIS) válido, atribuído pelo CadÚnico, no requerimento de isenção quando de seu preenchimento.

5.4.3.2. A Fundep consultará o órgão gestor do CadÚnico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que fornecerá a situação do Número de Identificação Social (NIS) e caracterizará ou não a isenção do candidato.

5.4.3.3. Para comprovação da hipossuficiência econômico-financeira por meio do CadÚnico, não será necessário o envio de documentos, basta indicar o número de identificação válido no campo específico disponível no requerimento de isenção.

5.4.3.4. Para comprovar a situação prevista no item 5.4.3, alínea “b)”, deste edital, o candidato deverá apresentar declaração legível, datada e assinada, na qual informará que é membro de família de baixa renda, nos termos da Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018, e, subsidiariamente, do Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, ou estar na condição de desemprego, nos termos da Lei nº 13.392/1999, conforme modelo do **Anexo III** deste edital. O candidato será responsável por todas as informações prestadas, sob pena de incorrer em crime de falsidade.

5.4.3.5. Para comprovar a situação prevista no item 5.4.3, alínea “c)”, deste edital, o candidato deverá comprovar ter doado sangue a Órgão Oficial ou entidade coletora credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município, pelo menos 3 (três) doações em um período de 12 (doze) meses e / ou da qualidade de doador de medula óssea pelo menos 01 (uma) doação em um período de 12 (doze) meses que antecede à inscrição neste Concurso Público. A comprovação da condição e regularidade de doador dar-se-á através de carteira de doador e comprovantes, feitos pelo hospital, clínica, laboratório ou qualquer outra entidade autorizada pelo Poder Público para a coleta de sangue e / ou de medula óssea, a qual será apresentada conjuntamente com documento de identidade oficial válido, conforme os termos da Lei Municipal nº 4.707/2022.

5.4.4. No requerimento de isenção do pagamento do valor de inscrição, o candidato deverá firmar declaração de que é desempregado, não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, não auferir nenhum tipo de renda — exceto a proveniente de seguro-desemprego, se for o caso — e que sua situação econômico-financeira não lhe permite pagar o referido valor sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.

5.4.5. As informações prestadas na Ficha Eletrônica de Isenção serão de inteira responsabilidade do candidato, que responderá civil e criminalmente pelo teor das afirmativas.

5.4.6. Não será concedida isenção do pagamento do valor de inscrição ao candidato que:

- a) deixar de efetuar o requerimento de isenção pela internet;
- b) omitir informações e / ou torná-las inverídicas;
- c) fraudar e / ou falsificar documento;
- d) não informar o Número de Identificação Social (NIS) corretamente ou informá-lo nas situações de inválido, excluído, com renda fora do perfil, não cadastrado, de outra pessoa, com desatualização cadastral por período superior a 48 (quarenta e oito) meses ou outro motivo informado pelo Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) — órgão gestor do CadÚnico;
- e) não observar prazos para submissão via *upload* dos documentos.

5.4.6.1. Ao candidato que preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição ao invés da Ficha Eletrônica de Isenção, conforme determinado no item 5.4.6 alínea “a)”, deste edital, não será concedida a isenção por descumprimento das normas previstas no edital.

5.4.7. Cada candidato deverá encaminhar individualmente sua documentação, sendo vedado o envio de documentos de mais de um candidato.

5.4.8. As informações prestadas na Ficha Eletrônica de Isenção e nas declarações firmadas no item 5.4.3 e seus subitens deste edital serão de inteira responsabilidade do candidato.

5.4.9. A declaração falsa de dados para fins de isenção do pagamento do valor de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis pelo teor das afirmativas, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.10. Não será aceita solicitação de isenção do pagamento de valor de inscrição via correio eletrônico ou qualquer outra forma que não seja prevista neste edital.

5.4.11. A apuração do resultado da análise do requerimento de isenção do pagamento da inscrição será divulgada no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, onde constará listagem dos candidatos por nome em ordem alfabética, número de inscrição e informação sobre deferimento ou indeferimento, para consulta.

5.4.12. O candidato que tiver sua solicitação de isenção deferida terá sua inscrição efetivada automaticamente e deverá consultar e conferir o seu Cartão de Convocação (CC), em conformidade com o item 9 e seus subitens deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

5.4.13. O pedido de isenção do pagamento da inscrição que não atender a quaisquer das exigências determinadas neste edital será indeferido, assegurado ao candidato o direito de recurso previsto no item 12.1, alínea “a)”, deste edital.

5.4.14. A 2ª (segunda) via do boleto bancário será disponibilizada no endereço www.gestaodeconcursos.com.br, durante todo o período de inscrição.

5.4.15. Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato como isento será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos dela decorrentes, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.4.16. Poderão ser realizadas diligências relativas à situação declarada pelo candidato.

6. DA INSCRIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

6.1. O candidato que estiver amparado pelo artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, pela Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações, poderá concorrer às vagas reservadas na condição de pessoa com deficiência.

6.1.1. Para fins de reserva de vagas conforme previsto, considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, combinado com o enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Lei nº 13.146/2015 e Lei nº 14.768/23, assim definidas:

- a) **Deficiência física:** alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho das funções;
- b) **Deficiência auditiva:** perda unilateral total ou bilateral parcial ou total, de 41dB (quarenta e um decibéis) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1000Hz, 2000Hz e 3000Hz;
- c) **Deficiência visual:** cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,5 no melhor olho, com a melhor correção óptica; casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou ocorrência simultânea de quaisquer condições anteriores; visão monocular;
- d) **Deficiência mental:** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos de idade e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho; conforme Convenção ONU – Psicossociais – Esquizofrenia, outros transtornos psicóticos, outras limitações psicossociais; conforme Lei nº 12.764/12 – Espectro Autista;
- e) **Deficiência múltipla:** associação de duas ou mais deficiências.

6.2. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela legislação é assegurado o direito de inscrição para a reserva de vagas em Concurso Público, nos termos do item 4.1 deste edital, devendo ser observada a compatibilidade das atribuições do cargo com a deficiência apresentada.

6.3. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.

6.4. No ato da inscrição, o candidato com deficiência deverá declarar que está ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições.

6.5. O candidato com deficiência, se aprovado e classificado neste Concurso Público, além de figurar na lista de classificação da ampla concorrência, terá seu nome constante da lista específica de pessoas com deficiência.

6.6. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, estas serão preenchidas pelos demais concursados da ampla concorrência, observada a ordem de classificação.

6.7. O candidato com deficiência, durante o preenchimento do Formulário Eletrônico de Inscrição ou da Ficha Eletrônica de Isenção, além de observar os procedimentos descritos no item 5 deste edital, deverá:

- a) informar ser portador de deficiência;
- b) selecionar o tipo de deficiência;
- c) especificar a deficiência;
- d) informar se necessita de condições especiais para realização das provas e indicá-las, nos termos do § 1º do artigo 40 do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações;
- e) manifestar interesse em concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- 6.8.** O candidato com deficiência que não preencher os campos específicos do Formulário Eletrônico de Inscrição ou da Ficha Eletrônica de Isenção e não cumprir o determinado neste edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.
- 6.9.** Para solicitar inscrição na reserva de vagas, o candidato com deficiência deverá enviar, via *upload*, até o último dia de inscrição ou isenção, Laudo Médico legível, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a provável causa da deficiência. Deve, ainda, conter a data e o local da emissão, a assinatura e o carimbo legíveis com identificação do médico ou profissional de saúde que emitiu o Laudo, com o número de inscrição no Conselho Regional Profissional respectivo.
- 6.9.1.** As imagens dos documentos deverão estar digitalizadas em extensão PDF, não superior a 5 (cinco) *megabytes*, dentro do prazo previsto no item 5.2.2 deste edital.
- 6.10.** O Laudo Médico deverá conter todas as informações necessárias que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, combinado com o enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- 6.10.1.** A análise dos laudos médicos realizada pela Fundep é somente documental, ou seja, constitui em examinar se o documento apresentado está em conformidade com os critérios estabelecidos no item 6.9 deste edital.
- 6.10.2.** A inspeção médica para avaliação do candidato com deficiência será realizada conforme o item 14.2 e seus subitens.
- 6.11.** O candidato com deficiência, além do envio do Laudo Médico indicado no item 6.9 deste edital, deverá assinalar, no Formulário Eletrônico de Inscrição ou na Ficha Eletrônica de Isenção de pagamento do valor de inscrição, nos respectivos prazos, a condição especial de que necessitar para a realização da prova, quando houver.
- 6.12.** Os documentos indicados no item 6.9 deste edital terão validade somente para este Concurso Público e não serão devolvidos.
- 6.13.** Perderá o direito de concorrer às vagas destinadas, neste edital, aos candidatos com deficiência, mesmo que declarada tal condição na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição, o candidato que:
- a) não enviar o Laudo Médico;
 - b) enviar o Laudo Médico fora do prazo estabelecido no item 6.9;
 - c) enviar o Laudo Médico sem data de expedição;
 - d) enviar Laudo Médico que não contenha a expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID);
 - e) enviar Laudo Médico que não contenha a expressa referência do médico, sua especialidade e registro profissional;
 - f) enviar Laudo Médico que não contenha informações suficientes que permitam caracterizar a deficiência nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, combinado com o enunciado da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ);
 - g) submeter exames médicos ao invés do Laudo previsto no item 6.9;
 - h) submeter o Laudo em arquivo que não se encontre em perfeitas condições para análise, apresentando-se ilegível, dobrado, amassado, incompleto, cortado ou com qualidade que inviabilize sua avaliação. A Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep não se responsabilizarão, sob qualquer alegação do candidato, por eventuais situações que impeçam a adequada análise dos documentos apresentados.
- 6.14.** Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 6 e seus subitens deste edital não concorrerão às vagas reservadas para pessoas com deficiência, sendo assegurado ao candidato o direito de recurso previsto no item 12.1, alínea “c”, deste edital.
- 6.15.** A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato com deficiência será condicionada à legislação específica e à possibilidade técnica examinada pela Fundep.
- 6.16.** A lista dos candidatos que tiverem os pedidos de condições diferenciadas e / ou tempo adicional deferidos será disponibilizada nos endereços eletrônicos www.lavras.mg.gov.br e www.gestaodeconcursos.com.br, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município de Lavras e no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Lavras.
- 6.17.** Será indeferido qualquer recurso em favor de candidato com deficiência que não seguir as instruções constantes deste edital para inscrição nesta condição.
- 6.18.** Após a posse do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria, nem de reabilitação, visto que deve ser compatível com o exercício do cargo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

7. PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

- 7.1.** Condições especiais de realização das provas poderão ser requeridas tanto para pessoas com deficiência quanto para pessoas que, em razão de alguma limitação temporária, tenha necessidade.
- 7.2.** O candidato poderá requerer, no ato da inscrição ou no momento do pedido de isenção do valor de inscrição, atendimento especial para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para sua realização.
- 7.2.1.** A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato, assim consideradas aquelas que possibilitam a prestação do exame respectivo, será condicionada à solicitação do candidato e à legislação específica, devendo ser observada a possibilidade técnica examinada pela Fundep.
- 7.2.2.** A Fundep assegurará aos candidatos com deficiência locais de fácil acesso, sem barreiras arquitetônicas e, quando for o caso, pessoas, equipamentos e instrumentos para auxílio durante a realização das provas.
- 7.2.3.** O candidato com deficiência deverá requerer condições especiais (ledor, intérprete de Libras, prova ampliada, auxílio para transcrição ou sala de fácil acesso). Caso não o faça, sejam quais forem os motivos alegados, fica sob sua exclusiva responsabilidade a opção de realizar ou não a prova sem as condições especiais não solicitadas.
- 7.2.4.** O candidato que necessitar de condições especiais para escrever deverá indicar sua condição, informando, na solicitação, que necessita de auxílio para transcrição das respostas. Nesse caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal, não podendo a Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep serem responsabilizados, sob qualquer alegação por parte do candidato, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal.
- 7.3.** O candidato que solicitar condições especiais para a realização de prova deverá assinalar, na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição, nos respectivos prazos, a condição especial de que necessitar para a realização da prova, quando houver.
- 7.4.** O candidato que eventualmente não proceder conforme disposto no item 7.3 deste edital, não indicando nos formulários a condição especial de que necessita, não terá a condição atendida.
- 7.5.** O candidato que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá encaminhar requerimento por escrito, datado e assinado, acompanhado de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, que justificará a necessidade do tempo adicional solicitado pelo candidato, nos termos do § 2º do artigo 40 do Decreto Federal nº 3.298/1999, até o término do período das inscrições.
- 7.6.** Às pessoas com deficiência visual que solicitarem prova especial ampliada serão oferecidas provas com tamanho de letra correspondente a corpo 18. O participante com baixa visão que, além de prova ampliada, tiver solicitado auxílio de leitor ou transcritor será atendido em sala individual. Se necessária uma prova ampliada em papel especial ou fonte superior a corpo 18, o candidato deve enviar Laudo Médico especificando a necessidade de forma justificada. O número de candidatos com prova ampliada que não tiverem solicitado auxílio de leitor ou transcritor será de, no máximo, 15 (quinze) por sala.
- 7.7.** Às pessoas com deficiência auditiva que solicitarem e comprovarem a necessidade de condição especial para a realização das provas, será ofertada a tradução sem prejuízo de adaptações razoáveis, garantindo a acessibilidade e os direitos das pessoas surdas, pautado na Lei Federal nº 13.146/2015.
- 7.8.** A critério médico devidamente comprovado, através de Laudo Médico, o candidato que não estiver concorrendo às vagas reservadas a pessoas com deficiência e que por alguma razão necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá enviar à Fundep, durante o período de inscrição, o requerimento, datado e assinado, indicando as condições de que necessita para a realização das provas e as razões de sua solicitação, acompanhado do respectivo Laudo Médico. A concessão do atendimento especial fica condicionada à possibilidade técnica examinada pela Fundep.
- 7.9.** A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo, desde que assim o requeira, conforme o disposto no item 7.9.1 deste edital.
- 7.9.1.** As solicitações de condições especiais deverão ser realizadas durante o período de inscrição, por meio de requerimento de inscrição ou isenção, e encaminhar o Laudo Médico à Fundep digitalizado via *upload*. As imagens do documento deverão estar digitalizadas em extensão PDF, não superior a 5 (cinco) *megabytes*, dentro do prazo previsto no item 5.2.2 deste edital.
- 7.9.2.** O candidato que não apresentar a solicitação no prazo estabelecido no item 7.9.1 deste edital, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a solicitação atendida por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas, ficando sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido pela Fundep no dia da aplicação das provas.
- 7.9.3.** Haverá compensação do tempo de amamentação de até 30 (trinta) minutos em favor da candidata.
- 7.9.4.** Para amamentação, a criança deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela Coordenação local deste Concurso Público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

7.9.5. A criança deverá estar acompanhada somente de um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Coordenação deste Concurso.

7.9.6. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de uma fiscal, do sexo feminino, da Fundep, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste edital.

7.9.7. Nos momentos necessários à amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

7.9.8. A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários, e na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

7.9.9. A Fundep não disponibilizará acompanhante para guarda de criança, devendo a candidata lactante levar acompanhante para tanto, sob pena de não poder realizar as provas.

7.10. DO TRATAMENTO PELO NOME SOCIAL

7.10.1. A Fundep, nos termos do Decreto nº 8.727/2016, assegurará ao candidato o tratamento pelo nome social.

7.10.2. O candidato que desejar tratamento pelo nome social deverá cadastrar os dados pessoais ou alterar o cadastro já existente antes de realizar a inscrição.

7.10.3. Para ser identificado pelo nome social, o candidato deverá, obrigatoriamente, proceder conforme item 7.10.2 e, no dia da prova, apresentar ao fiscal de sala o documento de identificação oficial com foto. A não apresentação do documento contendo o nome social com o qual se inscreveu não impedirá o candidato de realizar a prova, desde que seja apresentado um dos documentos previstos no item 10.3.1.1.

7.10.4. Para fins de sua identificação, o candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença e nas folhas de respostas conforme assinatura do documento de identificação oficial apresentado.

7.10.5. A Fundep, com base na Resolução Federal nº 12, de 16 de janeiro de 2015, poderá solicitar o documento de registro civil para ser adotado conjuntamente com o nome social.

8. DA INSCRIÇÃO E PROCEDIMENTO DA CONFIRMAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO DE PRETOS E PARDOS, INDÍGENAS E QUILOMBOLA

8.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1.1. A inscrição para as vagas reservadas a que se refere o item 4.3.1 deste edital dar-se-á de acordo com o estabelecido no item 5 e seus subitens, devendo o candidato, ainda, ao preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição ou a Ficha Eletrônica de Isenção, proceder da seguinte forma:

- a) declarar que é pessoa negra, indígena ou quilombola;
- b) declarar que submeter-se-á à avaliação perante a Comissão de Verificação da autodeclaração;
- c) realizar *upload* da documentação exigida durante o período de inscrição nas reservas de vagas;
- d) manifestar interesse em concorrer às vagas reservadas para negros, indígenas ou quilombolas;
- e) confirmar os dados informados;
- f) concordar com os termos da autodeclaração no momento da inscrição.

8.1.2. Anexar os documentos exigidos nos respectivos itens de acordo com a modalidade da reserva: item 8.2 como comprovação para reserva para pessoa negra; 8.3 como comprovação para reserva para indígenas; e 8.4 como comprovação para reserva para quilombolas.

8.1.3. Os candidatos negros, indígenas ou quilombolas que não preencherem, no Formulário Eletrônico de Inscrição ou na Ficha Eletrônica de Isenção, o campo específico sobre o interesse em concorrer às vagas reservadas para negros, indígenas ou quilombolas, que não concordarem com os termos da autodeclaração e não cumprirem o determinado neste edital quanto à reserva de vagas, terão a sua inscrição processada apenas como candidato de ampla concorrência e não poderão alegar posteriormente a condição de cota racial para reivindicar a prerrogativa legal.

8.1.4. Após a conclusão da inscrição ou do pedido de isenção, não será permitida a submissão dos documentos previstos no item 8.1.1 e seus subitens, e o candidato não poderá alegar posteriormente a condição de cota racial para reivindicar a prerrogativa legal.

8.1.5. O não preenchimento do campo específico sobre o interesse em concorrer às vagas reservadas às pessoas negras, indígenas ou quilombolas, cujo preenchimento é de responsabilidade pessoal do candidato, será considerado como opção em concorrer às vagas de ampla concorrência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

8.1.6. O não cumprimento do especificado no item 8.1.1 e seus subitens implicará o indeferimento do pedido de inscrição no sistema de reserva de vaga, passando o candidato automaticamente a concorrer às vagas de ampla concorrência, desde que preenchidos os outros requisitos previstos no edital.

8.1.7. Em caso de dúvidas na avaliação documental e telepresencial ou do material submetido ou produzido para heteroidentificação, a comissão poderá convocá-lo para a entrevista presencial.

8.1.8. Os candidatos classificados na reserva de vagas das cotas étnico-raciais e nas vagas destinadas às pessoas com deficiência, quando convocados simultaneamente para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por apenas uma dessas modalidades de vaga.

8.1.9. Na hipótese de que trata o item 8.1.8, caso os candidatos não se manifestem previamente, serão nomeados dentro das vagas destinadas a reserva das cotas étnico-raciais.

8.1.10. Os candidatos inscritos na reserva de vagas destinadas às cotas étnico-raciais que forem aprovados dentro do número de vagas oferecidas à ampla concorrência, não serão contabilizados para o preenchimento das vagas reservadas, permanecendo, contudo, na lista específica dos cotistas, observada a respectiva ordem de classificação.

8.1.11. Os candidatos inscritos na reserva de vagas étnico-raciais concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no Concurso.

8.1.12. Em caso de desistência de candidato aprovado na reserva de vagas às cotas étnico-raciais, a vaga será preenchida pelo candidato às vagas das cotas étnico-raciais posteriormente classificado.

8.1.13. Na hipótese de não haver candidatos pertencentes à reserva de vagas das cotas étnico-raciais aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no Concurso.

8.1.14. As inscrições deferidas dos candidatos que forem considerados enquadrados na reserva para cotas étnico-raciais serão disponibilizadas, por *download* do arquivo, no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e no Diário Oficial Municipal — www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/.

8.1.15. Para o candidato não enquadrado na reserva para cotas étnico-raciais, será disponibilizado individualmente, na área do candidato, a decisão primária da Comissão de Verificação baseada nas justificativas do item 8.2.7.

8.1.16. A fundamentação objetiva da decisão, que concluir pelo não enquadramento do candidato na reserva de vagas étnico-raciais, estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, podendo ser acessado mediante utilização de senha pessoal, a partir da publicação a que se refere o item 8.1.14 deste edital.

8.1.17. O candidato cujo enquadramento na reserva de vagas étnico-raciais for indeferido poderá interpor recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da publicação da lista preliminar de inscrições deferidas, por meio de formulário eletrônico, que será disponibilizado no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br.

8.1.18. Após o resultado da fase recursal, será eliminado da concorrência às vagas reservadas nas cotas étnico-raciais o candidato cujo enquadramento na condição for indeferido, continuando na ampla concorrência desde que alcançada a nota mínima exigida em cada fase.

8.1.19. A Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de não observância do previsto o item 8.1.1 e seus subitens.

8.2. PROCEDIMENTO DA CONFIRMAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO – NEGROS (PRETOS E PARDOS)

8.2.1. Além de preencher o Formulário Eletrônico de Inscrição ou a Ficha Eletrônica de Isenção, o candidato que optar por concorrer às vagas reservadas para negros deverá, no ato da inscrição ou solicitação de isenção, realizar a submissão, via *link* específico no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, de suas fotos frontal e de perfil e de seu documento oficial de identificação válido e com foto, observando as orientações do item 8.2.2.

8.2.2. Os arquivos previstos no item 8.2.1 deverão ser encaminhados de acordo com as seguintes instruções e conforme indicação dos *links* de postagem:

- anexar a imagem colorida de seu documento oficial de identidade válido e com foto (frente e verso);
- anexar 1 (uma) foto colorida de seu rosto de frente (com o fundo branco, contra a luz);
- anexar 1 (uma) foto colorida sua de perfil (com o fundo branco, contra a luz).



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS



INSTRUÇÕES PARA ENVIO DA FOTOGRAFIA **FRONTAL**

- O candidato deve estar **posicionado de frente para a câmera**. A fotografia deve ser feita em fundo branco de modo que apareça nitidamente do seu rosto até o pescoço.
- A fotografia deve ser feita em local iluminado, que permita a completa visualização, de modo que a iluminação esteja refletindo diretamente em você.
- A imagem deve ser anexada em **JPEG, JPG, PNG** ou **PDF**, e deve ter, no máximo, **2 MB** (megabytes).



INSTRUÇÕES PARA ENVIO DA FOTOGRAFIA **DE PERFIL**

- O candidato deve estar **posicionado de perfil**. A fotografia deve ser feita em fundo branco de modo que apareça nitidamente o perfil de seu rosto até o pescoço.
- A fotografia deve ser feita em local iluminado, que permita a completa visualização, de modo que a iluminação esteja refletindo diretamente em você.
- A imagem deve ser anexada em **JPEG, JPG, PNG** ou **PDF**, e deve ter, no máximo, **2 MB** (megabytes).



8.2.3. Os documentos submetidos que não estiverem em condições adequadas para verificação, com legibilidade comprometida, dobras, amassados, incompletos, cortados ou com qualidade insuficiente, acarretarão ao candidato todos os prejuízos decorrentes da impossibilidade de checagem.

8.2.4. Os arquivos previstos no item 8.2.1 deverão estar em extensão JPEG, JPG, PNG ou PDF e ser submetidos via *upload* no ato da inscrição ou solicitação de isenção em *link* específico, observando o tamanho limite de 2 (dois) *megabytes*.

8.2.5. Em cumprimento aos critérios do edital, a confirmação da autodeclaração será telepresencial, e o candidato que optar por concorrer às vagas reservadas para negros deverá, no ato da inscrição ou solicitação de isenção, realizar a submissão de um vídeo para confirmar sua autodeclaração racial pela Comissão de Verificação, que avaliará os candidatos com base no fenótipo (conjunto de características físicas) que possibilita a identificação social do candidato como pessoa negra.

8.2.5.1. O candidato na condição de pessoa negra deverá fazer o envio eletrônico do vídeo por meio da área do candidato no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, no período das inscrições, conforme orientações a seguir:

- a) anexar 1 (um) vídeo de, no máximo, 30 (trinta) segundos. Nesse vídeo, o candidato deverá dizer:
 - nome completo;
 - número do CPF;
 - cargo a que concorre; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- os seguintes dizeres: “DECLARO para os devidos fins, que sou pessoa negra. Portanto, confirmo a informação racial prestada por mim no ato da inscrição no referido certame, a fim de concorrer na modalidade de vagas reservadas para pessoas negras”.

8.2.5.2. O vídeo enviado pelo candidato à Fundep Concursos deverá cumprir as seguintes recomendações:

- a) o fundo do vídeo deve ser um fundo branco;
- b) o candidato deve estar com postura corporal adequada à visualização da face e do tronco;
- c) o candidato não deve estar de cabeça baixa, nem de cabeça erguida;
- d) o candidato não deve estar usando óculos, boné, touca ou quaisquer outros objetos e / ou acessórios que impeçam ou dificultem a sua devida visualização;
- e) o candidato não deve estar sorrindo;
- f) no vídeo, com duração de, no máximo, 30 (trinta) segundos, o candidato deverá dizer o descrito no item 8.2.5.1;
- g) o vídeo deve ser nos formatos: MP4, AVI ou MOV e ter no máximo 20 MB (*megabytes*).

8.2.5.3. Instruções para envio do vídeo:

- a) o vídeo enviado deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir a análise com clareza;
- b) é de inteira responsabilidade do candidato verificar se o vídeo foi carregado corretamente;
- c) não serão considerados e analisados vídeos que não pertencem ao candidato e / ou ilegíveis e / ou proveniente de arquivo corrompido;
- d) o candidato que não fizer o *upload* do vídeo perderá o direito de concorrer às vagas reservadas aos negros.

INSTRUÇÕES PARA ENVIO DO VÍDEO

- ✓ O candidato deve estar **posicionado de frente para a câmera**. A câmera deverá estar com o foco na face do candidato e estar enquadrada de modo que possa ser visualizada a área do tronco para cima.
- ✓ O vídeo deve ter a duração de no máximo **30 (trinta) segundos**.
- ✓ O vídeo deve ser anexado em **MP4, AVI ou MOV**, e deve ter, no máximo, **20 MB** (*megabytes*).



8.2.6. Os candidatos negros aprovados e que tiverem se autodeclarado negros serão convocados para confirmar tal opção, mediante a assinatura de declaração nesse sentido, e, em momento oportuno, a Comissão de confirmação complementar à autodeclaração avaliará o candidato, considerando as características fenotípicas da pessoa no momento em que for realizado o procedimento de confirmação complementar à autodeclaração.

8.2.7. O candidato não será considerado enquadrado na condição de negro quando:

- a) não atender aos itens 8.2.1 e 8.2.5, referentes ao procedimento da confirmação complementar à autodeclaração – negros (pretos e pardos);
- b) por maioria, os integrantes da Comissão de Verificação considerarem que não atendeu à condição de pessoa negra;
- c) no ato da inscrição ou isenção, não manifestar o interesse em concorrer à reserva de vagas de negros (pretos e pardos);
- d) deixar de submeter corretamente os documentos e vídeo previstos nos itens 8.2.1 e 8.2.5 neste edital.

8.2.8. Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

8.3. PROCEDIMENTO DA CONFIRMAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO – INDÍGENAS

8.3.1. Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se indígenas e forem aprovadas no Concurso Público serão convocadas para a realização de procedimento de verificação documental complementar por meio de convocação, que será disponibilizada, por *download* do arquivo, no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação e tomar ciência do seu conteúdo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

8.3.2. O procedimento de verificação documental complementar será realizado por comissão constituída por pessoas de notório saber na área, composta majoritariamente por indígenas, por meio da análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico do candidato mediante a apresentação de:

- I. documento de identificação civil do candidato, expedido por órgão público reconhecido, na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico;
- II. documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico do candidato, assinada por, no mínimo, 3 (três) integrantes indígenas da respectiva etnia; ou
- III. outros documentos que estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico do candidato, tais como:
 - a) comprovantes de habitação em comunidades indígenas;
 - b) documentos expedidos por escolas indígenas;
 - c) documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;
 - d) documentos expedidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) ou pelo Ministério dos Povos Indígenas (MPI);
 - e) documentos expedidos por órgão de assistência social;
 - f) documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), instituído pelo artigo 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e
 - g) documentos de natureza previdenciária.

8.3.3. Será considerada como indígena o candidato que assim for reconhecido pela maioria dos membros da comissão mencionada no item 8.3.2 a partir da análise documental enviada durante o período de inscrição.

8.3.4. A comissão responsável pelo procedimento de verificação documental complementar será composta por 3 (três) integrantes, e deliberará por maioria, a partir de parecer sobre a atribuição identitária autodeclarada pelo candidato.

8.3.5. As deliberações da comissão de verificação documental complementar terão validade apenas para este Concurso Público, não servindo para outras finalidades.

8.3.6. O teor do parecer decisório será de acesso restrito, nos termos do artigo 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

8.4. PROCEDIMENTO DA CONFIRMAÇÃO COMPLEMENTAR À AUTODECLARAÇÃO – QUILOMBOLAS

8.4.1. Os candidatos que, no ato da inscrição, declararem-se quilombolas e forem aprovadas no Concurso Público serão convocadas para a realização de procedimento de verificação documental complementar por meio de Convocação, que será disponibilizada, por *download* do arquivo, no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação e tomar ciência do seu conteúdo.

8.4.2. O procedimento de verificação documental complementar será realizado por comissão constituída por pessoas de notório saber na área, composta majoritariamente por quilombolas, por meio da análise de documentação comprobatória do pertencimento étnico da pessoa candidata, mediante apresentação de:

- I. declaração que comprova o seu pertencimento étnico, assinada por 3 (três) lideranças ligadas à associação da comunidade, nos moldes do artigo 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; e
- II. certificação da Fundação Cultural Palmares, que reconhece como quilombola a comunidade à qual a pessoa candidata pertence.

8.4.3. Será considerado como quilombola o candidato que assim for reconhecido pela maioria dos membros presentes da comissão mencionada no item 8.4.2 a partir da análise documental enviada durante o período de inscrição.

8.4.4. A comissão responsável pelo procedimento de verificação documental complementar será composta por 3 (três) integrantes, e deliberará, por maioria, a partir de parecer sobre a atribuição identitária autodeclarada pela pessoa candidata.

8.4.5. As deliberações da comissão de verificação documental complementar terão validade apenas para este Concurso Público, não servindo para outras finalidades.

8.4.6. O teor do parecer decisório será de acesso restrito, nos termos do artigo 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

9. DA COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO

9.1. A Fundep divulgará, no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, para consulta e impressão pelo próprio candidato, até 5 (cinco) dias úteis antes da data de realização das provas, o Cartão de Convocação (CC), que conterá a data, o horário e o local de realização das provas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- 9.2.** É de inteira responsabilidade do candidato consultar, no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, as informações relativas ao horário e ao local da prova.
- 9.3.** No Cartão de Convocação, estará expresso o nome completo do candidato, o número de inscrição, o nome e o código do cargo / área de conhecimento para o qual concorre, o número do documento de identidade, a data de nascimento, a data, o horário, o local de realização das provas (escola / prédio / sala) e outras orientações úteis ao candidato.
- 9.4.** É obrigação do candidato conferir, no Cartão de Convocação, seu nome, o número do documento utilizado na inscrição, a sigla do órgão expedidor, bem como a data de nascimento.
- 9.5.** Eventuais erros de digitação ocorridos durante o preenchimento do requerimento de inscrição ou isenção, tais como nome do candidato, nome social, número do documento de identidade utilizado na inscrição, sigla do órgão expedidor ou na data de nascimento, deverão ser corrigidos pelo próprio candidato diretamente no sistema disponível no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, em “Minhas Inscrições”, clicando na inscrição e realizando a correção dos dados pessoais até o dia 26 de março de 2026.
- 9.5.1.** Após o dia 26 de março de 2026, as informações prestadas serão definitivas para este Concurso Público e não poderão ser alteradas ou retificadas.
- 9.5.1.1.** A Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de não observância do item 9.5.
- 9.5.1.2.** O candidato não poderá alegar desconhecimento acerca da correção de dados prevista no item 9.5.
- 9.6.** O candidato que não realizar a correção dos dados pessoais até a data prevista no item 9.5 não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.
- 9.7.** Em nenhuma hipótese serão efetuadas alterações e / ou retificações, relativos ao cargo / área de conhecimento, bem como à condição em que concorre confirmados e transmitidos pelo candidato na Ficha Eletrônica de Isenção ou no Formulário Eletrônico de Inscrição.

10. DAS PROVAS

10.1. ETAPAS DO CONCURSO

10.1.1. O Concurso Público de que trata este edital será composto das etapas previstas no item 1.3.

10.2. DATA, LOCAL E TURNO DE APLICAÇÃO

10.2.1. A Prova Objetiva para todos os cargos será aplicada no dia **17 de maio de 2026**, no turno da manhã, no município de Lavras (MG).

10.2.1.1. A confirmação da data, local e horário de aplicação das provas será disponibilizada no Cartão de Convocação (CC), a partir do dia 11 de maio de 2026, conforme item 9.1 deste edital.

10.2.2. Caso haja alteração na data inicialmente prevista, as provas poderão ser aplicadas em sábados, domingos ou feriados.

10.2.3. O candidato deverá realizar a prova exclusivamente na data, local e horário definidos no Cartão de Convocação, não podendo alegar desconhecimento para justificar sua ausência.

10.2.4. Não será permitido ao candidato prestar provas fora da data, do horário estabelecido ou do espaço físico determinado pela Fundep.

10.2.5. Não haverá segunda chamada para realização das provas previstas neste edital, devendo ser eliminado deste Concurso Público o candidato ausente por qualquer motivo.

10.2.6. Caso o número de candidatos inscritos exceda a capacidade dos locais disponíveis no município contratante, a Fundep reserva-se o direito de alocá-los em outras localidades, não assumindo, entretanto, qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

10.2.7. O Caderno de Questões da Prova Objetiva e os gabaritos serão divulgados no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, no segundo dia subsequente à data da prova.

10.3. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

10.3.1. Documentos de Identificação

10.3.1.1. Serão considerados documentos de identidade oficial a carteira / cédula de identidade expedida pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelas Forças Armadas, pelas Polícias Militares, pelos Tribunais, pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e Ministério Público, pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (OAB, CRE, CRC, CRA, CREA etc.); a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); o Certificado de Reservista; a Carteira



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

Nacional de Habilitação instituída pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; e o Passaporte válido, documentos digitais com foto (e-Título, CNH e CNI) apresentados nos respectivos aplicativos oficiais.

10.3.1.1.1. Não serão aceitas cópias, ainda que autenticadas, cópias *on-line*, foto do documento impresso ou *on-line*, ou até mesmo PDF que o aplicativo possa vir a gerar.

10.3.1.1.2. Nos casos em que for apresentado documento digital para fins de identificação, a Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep não se responsabilizam por eventuais falhas e / ou inoperância dos aplicativos oficiais, ausência de sinal de internet ou qualquer situação que impossibilite a apresentação do documento em formato digital.

10.3.1.2. O documento de identificação deverá estar em perfeita condição, a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato e deverá conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia, data de nascimento e assinatura.

10.3.2. No caso de perda, roubo ou na falta do documento de identificação com o qual se inscreveu neste Concurso Público, o candidato poderá apresentar outro documento de identificação equivalente, conforme disposto no item 10.3.1.1 deste edital.

10.3.2.1. Não será realizada a coleta de impressão digital do candidato que não estiver portando documentos de identidade ou documentos com prazo de validade vencido, ilegíveis, não identificáveis e / ou danificados.

10.3.2.2. O candidato que não apresentar documento de identificação oficial, conforme descrito no item 10.3.1.1 deste edital, não poderá realizar a prova.

10.3.3. As Provas serão realizadas no município de Lavras (MG), conforme disposto no item 10.2.1 deste edital. As datas estão subordinadas à disponibilidade de locais adequados à sua realização.

10.3.4. Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova 60 (sessenta) minutos antes do horário previsto para o início da realização das provas, munidos do original de documento de identidade oficial com foto, caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente e preferencialmente do Cartão de Convocação (CC) ou do boleto original quitado com comprovante de pagamento.

10.3.4.1. Somente serão permitidos assinalamentos na Folha de Respostas feitos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros, respeitadas as condições solicitadas e concedidas aos portadores de deficiência.

10.3.5. O sinal sonoro para início das provas será emitido até 15 (quinze) minutos após o fechamento do portão. Esse tempo será destinado para recepção e identificação do candidato que tenha entrado no prédio no horário limite para fechamento do portão.

10.3.6. O ingresso do candidato na sala para a realização das provas somente será permitido dentro do horário estabelecido pela Fundep, informado no Cartão de Convocação e divulgado na forma prevista neste edital.

10.3.7. Não será permitida, nos locais de realização das provas, a entrada e / ou permanência de pessoas não autorizadas pela Fundep, salvo o previsto no item 7.9.5 deste edital.

10.3.8. Será eliminado deste Concurso Público o candidato que se apresentar após o fechamento dos portões.

10.3.9. A inviolabilidade dos malotes das provas será comprovada no momento do rompimento de seus lacres, mediante termo formal, na presença de, no mínimo, dois candidatos convidados aleatoriamente nos locais de realização das provas.

10.3.10. As provas serão distribuídas aos candidatos após a autorização da Coordenação do Prédio.

10.3.11. As instruções constantes no Caderno de Questões e na Folha de Resposta das Provas Objetivas, bem como as orientações e instruções expedidas pela Fundep durante a realização das provas, complementam este edital e deverão ser rigorosamente observadas e seguidas pelo candidato.

10.3.12. Os prejuízos decorrentes do preenchimento incorreto da folha de respostas da prova objetiva serão de inteira responsabilidade do candidato.

10.3.12.1. Serão consideradas nulas as questões com marcações incorretas, tais como: marcações em desacordo com as orientações contidas na folha de respostas ou na capa da prova, marcações rasuradas ou emendadas, campos de marcação não preenchidos integralmente, ou mais de uma marcação por questão.

10.3.13. O candidato deverá assinar a lista de presença de acordo com aquela constante no seu documento de identidade apresentado.

10.3.14. Depois de identificado e instalado, o candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

10.3.15. Período de Sigilo: não será permitido ao candidato ausentar-se em definitivo da sala de provas antes de decorridas 2 (duas) horas do início das provas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

10.3.16. O tempo de duração das provas abrange assinatura e a transcrição das respostas para a Folha de Respostas e para os Cadernos Definitivos, quando for o caso.

10.3.17. Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, salvo nas hipóteses previstas no item 7.5.

10.3.18. Será proibido, durante a realização das provas, portar ou fazer uso de, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, *paggers*, *beep*, agenda eletrônica, lápis, lapiseira, lápis-borracha, borracha, corretivo, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palmtop*, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, podendo a organização deste Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

10.3.19. Será eliminado do Concurso Público, assumindo a anulação de suas provas, o candidato que, durante a realização das provas:

- a) tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- b) estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a este Concurso Público, por qualquer meio;
- c) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- d) portar arma(s) no local de realização das provas, ainda que de posse de documento oficial de licença para o respectivo porte;
- e) portar, mesmo que desligados, ou fizer uso de, durante o período de realização das provas, quaisquer equipamentos eletrônicos, como relógios, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palmtop*, agenda eletrônica, gravador ou outros similares, ou instrumentos de comunicação interna ou externa, tais como telefone celular, *beep*, *pager*, entre outros;
- f) fazer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações;
- g) fazer uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço ou similares;
- h) deixar de atender às normas contidas neste edital, no Caderno de Provas e na Folha de Respostas e instruções expedidas pela Fundep, durante a realização das provas;
- i) se recusar a submeter-se a detector de metais e não apresentar documento de identificação conforme especificado no item 10.3.1.1 e, ainda, se estes estiverem com prazos de validade vencidos, ilegíveis, não identificáveis e / ou danificados;
- j) deixar de entregar o caderno da Prova Objetiva e a Folha de Respostas da Prova Objetiva, findo o prazo limite para realização da prova;
- k) entregar a Folha de Respostas da Prova Objetiva sem estar devidamente preenchida e assinada no local indicado.

10.3.19.1. Caso ocorra alguma situação prevista no item 10.3.19 deste edital, a Fundep lavrará ocorrência e, em seguida, encaminhará o referido documento à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lavras, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis, ouvida a Fundep no que lhe couber.

10.3.19.2. Quando, após as provas, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico ou por investigação policial, ter o candidato utilizado meios ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado deste Concurso.

10.3.20. O candidato deverá levar somente os objetos citados no item 10.3.4 deste edital. Caso assim não proceda, os pertences pessoais serão deixados em local indicado pelos aplicadores durante todo o período de permanência dos candidatos no local da prova, não se responsabilizando a Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep por perdas, extravios, furto, roubo ou danos que eventualmente ocorrerem.

10.3.21. Os objetos ou documentos perdidos durante a realização das provas, que porventura venham a ser entregues à Fundep, serão guardados pelo prazo de 90 (noventa) dias e encaminhados posteriormente à:

- a) seção de achados e perdidos dos Correios, tratando-se de documentos;
- b) instituições assistencialistas, tratando-se de objetos.

10.3.22. Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios.

10.3.23. O candidato será submetido a detector de metais durante a realização das provas na entrada e saída dos banheiros ou quando houver indício de fraude.

10.3.24. O candidato não poderá fazer anotação de questões ou informações relativas às suas respostas no Cartão de Convocação (CC), no rascunho da Prova Objetiva e / ou em quaisquer outros meios que não os permitidos neste Edital e especificados na capa da prova.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

10.3.25. Ao terminar as provas, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala: a Folha de Respostas da Prova Objetiva, o Caderno de Prova Objetiva e o Caderno Definitivo da Prova de Redação (quando for o caso), com as devidas assinaturas nos locais apropriados.

10.3.26. Será permitido ao candidato levar apenas o rascunho da Prova Objetiva (versão do candidato) contendo somente as marcações das respostas desta Prova. O rascunho será destacado mediante a conferência do fiscal da sala.

10.3.26.1. O candidato não poderá levar o Caderno de Questões da Prova Objetiva, que deverá ser entregue ao fiscal de sala.

10.3.27. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar sua Folha de Respostas da Prova Objetiva, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

10.3.28. Não haverá substituição da Folha de Respostas da Prova Objetiva por erro do candidato.

10.3.29. Na correção da Folha de Respostas, serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contiverem mais de uma resposta e as rasuradas.

10.3.30. Será considerada nula a Folha de Respostas da Prova Objetiva que estiver marcada ou escrita, respectivamente, a lápis, bem como contendo qualquer forma de identificação ou sinal distintivo (nome, pseudônimo, símbolo, data, local, desenhos ou formas) produzido pelo candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

10.3.31. Ao término do prazo estabelecido para a prova, os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a Ata de Sala, atestando a idoneidade da sua fiscalização, retirando-se da sala de prova de uma só vez.

10.3.32. Nas salas que, por atendimento a condição especial para realização das provas, tiver apenas um candidato, ao término da prova, a Ata de Sala será assinada pelo candidato, pelo aplicador e por um fiscal para atestar a idoneidade da fiscalização.

10.4. DA PROVA OBJETIVA

10.4.1. A Prova Objetiva deste Concurso será de caráter eliminatório e classificatório, e será aplicada a todos os cargos no dia **17 de maio de 2026**, conforme consta no item 1.3 deste edital.

10.4.2. As disciplinas, o número de questões e o valor das questões da Prova Objetiva estão definidos no **Anexo II** deste edital.

10.4.3. Cada questão da Prova Objetiva terá 4 (quatro) alternativas de respostas, devendo ser marcada como resposta apenas 1 (uma) alternativa por questão.

10.4.4. As questões da Prova Objetiva versarão sobre o Referencial Teórico sugerido, conforme consta no **Anexo IV** deste edital.

10.4.5. Será considerado aprovado na Prova Objetiva o candidato que obtiver o mínimo de pontos previstos no **Anexo II** e não zerar nenhuma das disciplinas da Prova.

10.4.6. Será excluído deste Concurso o candidato que não obtiver a pontuação mínima exigida para aprovação nos termos do item 10.4.5 e do **Anexo II** deste edital.

10.5. DA PROVA DE TÍTULOS

10.5.1. A Prova de Títulos será de caráter classificatório.

10.5.2. A etapa será constituída de Prova de Títulos para os candidatos aprovados nas etapas anteriores e obedecerá aos critérios estabelecidos no subitem 10.4.5.

10.5.3. A Prova de Títulos (Acadêmicos) será avaliada com no máximo de 6 (seis) pontos, conforme **Quadro III – Títulos de Formação Acadêmica**, do item 10.5.7.3 deste edital.

10.5.4. O candidato que não apresentar títulos válidos ou deixar de entregá-los não será eliminado do Concurso, porém deixará de computar a pontuação relativa a essa etapa.

10.5.5. Os candidatos terão 3 (três) dias úteis, conforme a data informada no Ato Convocatório, para submissão dos títulos na Área do Candidato.

10.5.6. Acerca do envio dos títulos

10.5.6.1. Os títulos deverão ser entregues via *upload*, na Área do Candidato, no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, em *link* específico, no período previsto no item 10.5.5 deste edital.

10.5.6.1.1. O candidato deverá enviar, via *upload*, a imagem legível da documentação que trata o item 10.5.3, em *link* específico, conforme o caso em que se enquadra, observando o tamanho limite de 5 (cinco) *megabytes* e seguindo as instruções estabelecidas neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

10.5.6.1.2. O(s) título(s) referente(s) a cada critério avaliativo deverá(ão) ser entregue(s), via *upload*, de uma única vez, em um único arquivo, conforme especificado no item 10.5.6.1 ordenado(s) de acordo com o especificado no **Quadro III do item 10.5.7.3**, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e / ou substituição de documentos durante ou após os períodos estabelecidos neste edital.

10.5.6.1.3. Será de inteira responsabilidade do candidato o envio e conferência dos arquivos submetidos via *upload* da documentação referente a títulos.

10.5.6.2. A documentação deverá ser entregue individualmente, não podendo, no arquivo digitalizado, conter títulos de mais de um candidato.

10.5.6.3. Não será permitida a submissão de títulos para terceiros, bem como a interposição de recurso contra título de outro candidato.

10.5.6.4. Serão aceitos apenas títulos que demonstrem a correlação direta com as atribuições e os requisitos do cargo em questão, e que comprovem a formação acadêmica específica do cargo (quando for o caso) para o qual o candidato está concorrendo, devidamente autenticados, conforme previsto nos itens citados neste edital. Os candidatos deverão atentar-se para incluir apenas os títulos que comprovem sua formação acadêmica específica do cargo para o qual estão concorrendo, quando for o caso. Em caso da entrega de mais de um título de formação, será atribuída somente a pontuação máxima prevista em cada item de avaliação.

10.5.6.4.1. Títulos que não estejam diretamente relacionados à formação exigida para o cargo e / ou a descrição do cargo serão desconsiderados. A não observância deste item implicará no indeferimento dos títulos enviados que não estejam em conformidade com as especificações deste edital.

10.5.6.5. Títulos indicados como requisitos básicos para a contratação e o exercício do cargo / especialidade, conforme descrito na habilitação de cada cargo disponível no **Quadro II do item 2.1** deste edital, NÃO deverão ser enviados para fins de pontuação na fase de títulos, pois deverão ser comprovados conforme descrito no item 15.4, alínea “r)”, deste edital.

10.5.6.6. O arquivo digitalizado deverá permitir a perfeita condição para análise, não podendo estar corrompido, ilegível, rasurado, dobrado, amassado, incompleto ou cortado, assim como deve estar em perfeita condição de validação da autenticidade do documento. O documento que não estiver nessas condições não será validado.

10.5.6.7. Quando da submissão de cada um dos títulos referentes aos respectivos critérios de avaliação, cabe ao candidato o correto preenchimento das informações sistemicamente solicitadas, em consonância com o(s) documento(s) postado(s).

10.5.6.8. Documentos digitais com assinatura eletrônica que não permitirem a perfeita condição de acesso dos mecanismos de validação ou qualquer situação que impeça a confirmação não serão considerados na análise, e acarretará o indeferimento do documento.

10.5.6.8.1. Documentos emitidos pela internet somente serão aceitos com autenticação digital para verificação da veracidade das informações do documento. Documentos com *QR code* que possuem assinatura digital, mas que não contiverem mecanismo de validação *on-line* do próprio documento, não serão considerados.

10.5.6.9. A veracidade das informações prestadas no envio da imagem dos títulos será de inteira responsabilidade do candidato; a Banca Examinadora analisará apenas a documentação apresentada e não realizará diligências, no caso de serem prestadas informações inverídicas, a qualquer momento; por se tratar de crime contra a fé pública, haverá a eliminação do candidato no Concurso Público.

10.5.6.10. Em caso de alteração do nome civil do candidato, seja por retificação, seja por complementação, por motivo de casamento ou outro estado civil, o candidato deverá enviar, junto com os títulos, cópia autenticada do documento oficial que comprove a alteração. O documento que não comprovar a alteração de nome será indeferido.

10.5.6.11. Os títulos e os comprovantes deverão ser expedidos até a data prevista no Ato Convocatório para entrega de documentos deste Concurso Público.

10.5.6.12. Em nenhuma hipótese, serão devolvidas ou disponibilizadas cópias, aos candidatos, dos documentos entregues referentes aos títulos.

10.5.6.13. Todos os documentos que não preencherem os requisitos descritos e especificados neste edital não serão considerados válidos para pontuação.

10.5.6.14. Após concluir o período de submissão dos documentos comprobatórios para análise dos títulos, não serão permitidos quaisquer alterações e envios de novos documentos, e serão considerados inválidos na análise documentos entregues pessoalmente, enviados por *e-mail*, via correios ou diverso da forma prevista em edital.

10.5.6.15. A Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhes forem imputáveis, por recursos não recebidos por falhas de comunicação; congestionamento das linhas de comunicação; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, falha na submissão do arquivo, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

10.5.6.16. Serão recusados, liminarmente, os títulos que não atenderem às exigências deste edital.

10.5.7. Prova de Títulos de Formação Acadêmica

10.5.7.1. Para efeito de pontuação referente a títulos acadêmicos, serão computados, no máximo, 6 (seis) pontos, conforme **Quadro III do item 10.5.7.3**.

10.5.7.2. A pontuação de formação acadêmica está prevista no **Quadro III do item 10.5.7.3** e será efetuada considerando as atividades realizadas até a data do Ato Convocatório.

10.5.7.3. Quadro III – Títulos de Formação Acadêmica

QUADRO III – TÍTULOS DE FORMAÇÃO ACADÊMICA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR				
Critério de Avaliação	Título	Quantidade Máxima de Comprovações	Pontuação por Item	Pontuação Máxima por Item
PÓS-GRADUAÇÃO (<i>lato sensu</i>)	Certificado de conclusão de curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , com carga horária mínima de 360 horas – Especialização, de acordo com a legislação em vigor, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, específico do cargo pleiteado e com conteúdos ministrados / histórico.	1	1,00	1,00
MESTRADO (<i>stricto sensu</i>)	Diploma de conclusão de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> – mestrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, específico do cargo pleiteado, acompanhado de seu histórico com a discriminação das disciplinas cursadas.	1	2,00	2,00
DOUTORADO (<i>stricto sensu</i>)	Diploma de conclusão de curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> – doutorado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, específico do cargo pleiteado, acompanhado de seu histórico com a discriminação das disciplinas cursadas.	1	3,00	3,00

* Será pontuado apenas 1 (um) título por formação.
* Pontuação máxima de 6,00 (seis) pontos.
* Títulos que sejam pré-requisito para o cargo NÃO deverão ser enviados, pois deverão ser comprovados conforme descrito no item 10.5.6.5 deste edital.
* Documentos enviados fora desse padrão não serão pontuados.

10.5.7.4. Será de inteira responsabilidade do candidato o envio e a conferência dos arquivos submetidos via *upload* da documentação referente a títulos de formação acadêmica, que deverão ser entregues via sistema, ordenados da seguinte forma:

- I. Diploma ou certificado de conclusão de pós-graduação.
- II. Diploma ou certificado de conclusão de mestrado.
- III. Diploma ou certificado de conclusão de doutorado.

10.5.7.5. Antes de submeter os arquivos, o candidato deve se certificar de que eles estão em conformidade com os critérios estabelecidos no edital.

10.5.7.6. Serão aceitos como documentos os títulos que forem representados por diplomas e certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por instituição reconhecida pelo MEC, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

10.5.7.7. Será pontuado somente 1 (um) título por formação acadêmica, conforme pontuação do **Quadro III do item 10.5.7.3**, sendo:

- 1 (um) título de especialização *lato sensu*;
- 1 (um) de *stricto sensu* mestrado;
- 1 (um) de *stricto sensu* doutorado.

10.5.7.8. A comprovação de títulos referentes à pós-graduação, para a qual serão admitidas declarações que apresentem conteúdo equivalente ao de diploma e / ou certificado expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, bem como documentos redigidos em língua estrangeira, obedecerá aos seguintes critérios:



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- a) **Nível lato sensu:** mediante a apresentação de fotocópia do certificado de conclusão autenticado em serviço notarial e de registros (Cartório de Notas), frente e verso, expedido por instituição superior reconhecida pelo MEC, com indicação da carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas e dos conteúdos ministrados / histórico, específico do cargo pleiteado. Nos documentos com o verso em branco, deverá ser carimbada a expressão "Em branco";
- b) **Nível stricto sensu (mestrado e doutorado):** mediante a apresentação de fotocópias dos respectivos diplomas, acompanhado de seus históricos com a discriminação das disciplinas cursadas, específico do cargo pleiteado, devidamente autenticados em serviço notarial e de registros (Cartório de Notas), frente e verso, expedidos por instituição superior reconhecida pelo MEC ou de fotocópias autenticadas em cartório das atas das bancas examinadoras, devidamente assinadas, comprovando a aprovação das dissertações ou teses.

10.5.7.8.1. Não serão aceitas declarações e / ou documentos em língua estrangeira que não contenham o mesmo conteúdo de um diploma e / ou certificado, expedido por instituição superior reconhecida pelo MEC.

10.5.7.8.2. Os candidatos detentores de diplomas de especialização, mestrado ou doutorado realizados em universidades estrangeiras só terão seus cursos considerados para os fins deste edital se seus diplomas tiverem sido revalidados conforme as regras estabelecidas pelo MEC. Os candidatos deverão apresentar, juntamente a estes títulos, documento comprobatório emitido por instituição reconhecida pelo MEC.

11. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE DOS CANDIDATOS

- 11.1. Será considerado aprovado neste Concurso o candidato que obtiver a pontuação mínima exigida para aprovação na Prova Objetiva, nos termos do item 10.4.5 deste edital.
- 11.2. A nota final dos candidatos aprovados neste Concurso Público será igual ao total de pontos obtidos na Prova Objetiva, acrescido dos pontos obtidos na Prova de Títulos, quando for o caso.
- 11.3. O total de pontos obtidos na Prova Objetiva será igual à soma dos pontos obtidos em todos os conteúdos.
- 11.4. Na hipótese de igualdade de nota final entre candidatos, serão aplicados critérios de desempate para todos os cargos, tendo preferência, sucessivamente, o candidato que tiver:
 - 11.4.1. Cargos de Nível Médio e Médio Técnico:
 - a) idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), sendo considerado, para esse fim, o último dia de inscrição;
 - b) maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Conhecimentos Específicos;
 - c) maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Língua Portuguesa;
 - d) maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Matemática e Raciocínio Lógico;
 - e) maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Conhecimentos Gerais;
 - f) idade maior;
 - g) ainda assim permanecendo o empate, sorteio.
 - 11.4.2. Cargos de Nível Superior:
 - a) idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), sendo considerado, para esse fim, o último dia de inscrição;
 - b) maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Conhecimentos Específicos;
 - c) maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Língua Portuguesa;
 - d) maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Matemática e Raciocínio Lógico;
 - e) maior número de acertos na Prova Objetiva, nas questões de Conhecimentos Gerais;
 - f) idade maior;
 - g) ainda assim permanecendo o empate, sorteio.
- 11.5. Os candidatos aprovados neste Concurso serão classificados em ordem decrescente de nota final, observada a área de conhecimento para os quais concorreram.
- 11.6. A classificação dos candidatos aprovados será feita em três listas, a saber:



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- a) a primeira lista conterà a classificação de todos os candidatos, ampla concorrência, aqueles inscritos na condição de pessoas com deficiência e os inscritos na reserva de vagas destinadas a negros, indígenas e quilombolas respeitada a área de conhecimento para a qual se inscreveram;
- b) a segunda lista conterà especificamente a classificação dos candidatos inscritos na condição de pessoa com deficiência, respeitada a área de conhecimento para a qual se inscreveram;
- c) a terceira lista conterà especificamente a classificação dos candidatos inscritos na reserva de vagas destinadas a negros, indígenas e quilombolas respeitada a área de conhecimento para a qual se inscreveram.

11.7. A ordem de convocação dos candidatos dar-se-á observando os critérios de alternância e proporcionalidade estabelecidos no artigo 9º da Lei nº 15.142, de 03 de julho de 2025, e Jurisprudência do STF (MS 31.715/DF, MS 30.861/DF; MS 26.310/DF e RMS 27.710/DF), aplicando-se os percentuais em blocos de até 30 convocações, de modo que a cada 30 convocações inicia-se um novo bloco.

11.7.1. Quando uma reserva atingir o percentual máximo previsto, esta será automaticamente convertida para outra reserva ou para ampla concorrência, conforme disposto na MGI/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025.

11.7.2. Considerando o bloco de até 30, os percentuais são: 8 reservas para negros (25%), 2 reservas para deficientes (5%), 1 reserva para indígena (3%), 1 reserva para quilombolas (2%) e 18 para ampla concorrência.

11.7.3. Considerando o bloco de 30 convocações, a ordem se dará conforme a tabela a seguir:

Ordem de convocação	Modalidade de Ingresso	Ordem de convocação	Modalidade de Ingresso
1º	Ampla Concorrência	16º	Ampla Concorrência
2º	Negro	17º	Negro
3º	Ampla Concorrência	18º	Indígena
4º	Ampla Concorrência	19º	Ampla Concorrência
5º	PCD	20º	Ampla Concorrência
6º	Ampla Concorrência	21º	PCD
7º	Negro	22º	Ampla Concorrência
8º	Ampla Concorrência	23º	Negro
9º	Ampla Concorrência	24º	Ampla Concorrência
10º	Negro	25º	Quilombola
11º	Ampla Concorrência	26º	Negro
12º	Ampla Concorrência	27º	Ampla Concorrência
13º	Negro	28º	Negro
14º	Ampla Concorrência	29º	Ampla Concorrência
15º	Ampla Concorrência	30º	Ampla Concorrência

* Essa tabela aplica-se apenas à definição da ordem de convocação. O número de vagas deve ser consultado na tabela de vagas.

11.8. O resultado final deste Concurso será disponibilizado, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos www.lavras.mg.gov.br e www.gestaodeconcursos.com.br, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município de Lavras e no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Lavras.

11.9. O candidato não aprovado será excluído do Concurso e não constará da lista de classificação.

11.10. Não haverá divulgação da relação de candidatos reprovados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

11.10.1. O candidato reprovado poderá obter a informação sobre a sua situação neste Concurso Público através de Consulta Individual no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br após a publicação dos resultados.

12. DOS RECURSOS

12.1. Caberá interposição de recurso fundamentado à Fundep, no prazo de 3 (três) dias úteis, no horário das 9h do primeiro dia às 23h59 do último dia, ininterruptamente, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto do recurso, em todas as decisões proferidas e que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, tais como nas seguintes situações:

- a) contra indeferimento do pedido de isenção do valor de inscrição;
- b) contra indeferimento da inscrição;
- c) contra indeferimento da inscrição como pessoa com deficiência, cotas étnico-raciais e do pedido de condição especial para realização das provas;
- d) contra o gabarito preliminar e o conteúdo das questões da Prova Objetiva;
- e) contra a nota (totalização de pontos) na Prova Objetiva;
- f) contra a nota da Prova de Títulos;
- g) contra o indeferimento da verificação da autodeclaração;
- h) contra a classificação preliminar no Concurso.

12.1.1. No caso de indeferimento da inscrição, item 12.1, alínea “b)”, deste edital, além de proceder conforme disposto no item 12.2, o candidato deverá, obrigatoriamente, enviar para o e-mail concursos@fundep.com.br, cópia legível do comprovante de pagamento do valor da inscrição, com autenticação bancária, bem como de toda a documentação e das informações que o candidato julgar necessárias à comprovação da regularidade de sua inscrição.

12.1.2. Para interposição de recurso mencionado na alínea “f)” do item 12.1 deste edital, o candidato terá vista ao julgamento de sua prova, através de arquivo digitalizado, no período recursal, disponibilizado exclusivamente para essa finalidade no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br. O candidato, para ter acesso, deverá entrar na “Área do Candidato”, no item “Minhas Inscrições” e clicar no *link* referente ao Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lavras Edital nº 01/2026.

12.2. Os recursos mencionados no item 12.1 deste edital deverão ser encaminhados exclusivamente via internet pelo endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, por meio do *link* correspondente a cada fase recursal, conforme discriminado no item 12.1, que estará disponível das 9h do primeiro dia recursal às 23h59 do terceiro dia recursal.

12.3. Os recursos devem seguir as determinações constantes no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br e:

- a) não conter qualquer identificação do candidato no corpo do recurso;
- b) serem elaborados com argumentação lógica, consistente e acrescidos de indicação da bibliografia pesquisada pelo candidato para fundamentar seus questionamentos;
- c) apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso;
- d) indicar corretamente o número da questão e as alternativas a que se refere o recurso;
- e) após a submissão do recurso, não será permitido editá-lo ou excluí-lo.

12.4. Para a situação mencionada no item 12.1, alínea “d)”, deste edital, será admitido um único recurso por questão para cada candidato, devidamente fundamentado.

12.5. Não serão aceitos recursos coletivos.

12.6. Serão indeferidos os recursos que:

- a) não estiverem devidamente fundamentados;
- b) não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;
- c) forem encaminhados via fax, telegrama, ou via internet fora do endereço eletrônico / *link* definido no item 12.2, com exceção à situação prevista no item 12.1.1;
- d) forem interpostos em desacordo com o prazo conforme estabelecido no item 12.1;
- e) apresentarem, no corpo da fundamentação, outras questões que não a selecionada para recurso;
- f) forem interpostos contra títulos e / ou nota de outro candidato.

12.7. Não serão deferidos os recursos a que se refere o item 12.1 que não atenderem às formas e aos prazos determinados neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- 12.8.** Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso apontado no item 12.1 deste edital.
- 12.9.** A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento dos recursos será divulgada nos endereços eletrônicos www.gestaodeconcursos.com.br e www.lavras.mg.gov.br.
- 12.10.** Após a divulgação oficial de que trata o item 12.9 deste edital, a fundamentação objetiva da decisão da banca examinadora sobre o recurso ficará disponível para consulta individualizada do candidato no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, na “Área do Candidato”, no item “Meus Recursos”, até o encerramento deste Concurso Público.
- 12.11.** A decisão de que trata o item 12.9 deste edital terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.
- 12.12.** Os pontos relativos a questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram a prova e não obtiveram pontuação nas referidas questões conforme o primeiro gabarito oficial, independentemente de interposição de recursos. Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.
- 12.13.** Alterado o gabarito oficial, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o novo gabarito.
- 12.14.** Na ocorrência do disposto nos itens 12.12 e 12.13 deste edital, poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.
- 12.15.** Não haverá reapreciação de recursos.
- 12.16.** Não serão permitidas ao candidato a inclusão, a complementação, a suplementação e / ou a substituição de documentos durante ou após os períodos recursais previstos neste edital.
- 12.17.** A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 12.18.** Após análise dos recursos, será disponibilizada a decisão, por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos www.lavras.mg.gov.br e www.gestaodeconcursos.com.br, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município de Lavras e no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Lavras.
- 12.18.1.** Em caso de alteração do resultado, será publicada a reclassificação dos candidatos e a divulgação da nova lista de aprovados.
- 12.19.** A Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhes forem imputáveis, por recursos não recebidos por falhas de comunicação; congestionamento das linhas de comunicação; problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados.

13. DA HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO

- 13.1.** O resultado final do Concurso Público será homologado considerando o término de todas as etapas contidas em cada cargo, por meio de Ato da Prefeitura Municipal de Lavras.
- 13.2.** O ato de homologação do resultado final do Concurso Público será por *download* do arquivo, nos endereços eletrônicos www.lavras.mg.gov.br e www.gestaodeconcursos.com.br, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município de Lavras e no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Lavras.

14. DOS EXAMES MÉDICOS PRÉ-ADMISSIONAIS

14.1. Das Disposições Gerais:

14.1.1. Todos os candidatos nomeados em decorrência de aprovação neste Concurso Público deverão submeter-se a Exame Médico Pré-Admissional, sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Lavras, que concluirá quanto à sua aptidão física e / ou psicológica para o exercício do cargo.

14.1.2. Para a realização do Exame Pré-Admissional, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- fotocópia da publicação da convocação para exames médicos;
- documento original de identidade, com foto e assinatura;
- comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF).



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

14.1.3. Para a realização do Exame Pré-Admissional, o candidato deverá apresentar também resultado dos seguintes exames, realizados às suas expensas:

- a) hemograma completo;
- b) glicemia em jejum;
- c) creatinina;
- d) E. C. G., com Laudo, para candidatos a todos os cargos com idade de 50 (cinquenta) anos ou mais.

14.1.4. Os exames descritos nas alíneas de “a)” a “c)” do item 14.1.3 deste edital poderão ser realizados em laboratórios de livre escolha do candidato e somente terão validade se realizados dentro de 30 (trinta) dias anteriores à data de marcação do Exame Pré-Admissional; e o exame descrito na alínea “d)” do item 14.1.3 deste edital somente terá validade se realizado dentro de 90 (noventa) dias anteriores à data de marcação do Exame Pré-Admissional.

14.1.5. O candidato deverá estar em perfeitas condições de saúde, segundo o exame clínico realizado pelo médico examinador, e ficará sujeito a critério e necessidade do médico da apresentação de outros exames para verificação de sua aptidão ou não para o cargo.

14.1.6. Caso necessite, o médico examinador poderá solicitar parecer de médicos especialistas.

14.1.7. O candidato que for considerado inapto no Exame Médico Pré-Admissional poderá recorrer da decisão junto à Prefeitura Municipal de Lavras, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data em que se der a ciência do resultado da inaptidão ao candidato.

14.1.8. Decorrido o prazo para interposição do recurso de que trata o item 14.1.7 deste edital, o candidato considerado inapto no Exame Médico Pré-Admissional estará impedido de tomar posse e terá seu ato de nomeação tornado sem efeito.

14.1.9. O recurso referido no item 14.1.7 deste edital suspende o prazo legal para a posse do candidato.

14.2. Dos exames aplicáveis aos candidatos na condição de pessoa com deficiência

14.2.1. Os candidatos com deficiência inscritos para as vagas reservadas, aprovados neste Concurso Público, além de submeterem-se à perícia médica especificada no item 14.1.3, serão convocados para submeter-se à equipe multiprofissional para caracterização da deficiência e para avaliação de compatibilidade entre a deficiência do candidato e as atividades inerentes à função para a qual concorre.

14.2.1.1. A Inspeção Médica para avaliação do candidato com deficiência e a caracterização de deficiência serão feitas por Equipe Multiprofissional indicada e sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Lavras.

14.2.2. Os candidatos a que se refere o item 14.2.1 deste edital deverão comparecer à perícia munidos de exames originais emitidos com antecedência máxima de 90 (noventa) dias da data de sua realização, comprobatórios da espécie e do grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID).

14.2.3. A critério da perícia, poderão ser solicitados exames complementares para a constatação da deficiência, da aptidão ou da compatibilidade com a função para a qual concorre.

14.2.4. A perícia será realizada para verificar:

- a) se a deficiência enquadra-se na previsão da Súmula STJ 377 do artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 1999, que regulamentou a Lei Federal nº 7.853, de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004;
- b) se o candidato encontra-se apto do ponto de vista físico e mental para o exercício das atribuições do cargo;
- c) se há compatibilidade entre a deficiência do candidato e as atividades inerentes à função para a qual concorre.

14.2.5. Nos termos do artigo 16, inciso VII, § 2º do Decreto Federal nº 3.298/1999, a verificação disposta na alínea “c)” do item 14.2.4 deste edital será feita por Equipe Multiprofissional, composta por profissionais indicados pela Prefeitura Municipal de Lavras.

14.2.6. O candidato somente será submetido à etapa da perícia de que trata a alínea “c)” do item 14.2.4 deste edital se for considerado apto e na condição de pessoa com deficiência.

14.2.7. Serão habilitados a ingressar nas vagas reservadas a pessoas com deficiência os candidatos que se enquadrarem no disposto nas alíneas “a)”, “b)” e “c)” do item 14.2.4 deste edital.

14.2.8. Concluindo a perícia pela inexistência da deficiência ou por ser ela insuficiente para habilitar o candidato a ingressar nas vagas reservadas, o candidato será excluído da relação de candidatos com deficiência inscritos para as vagas reservadas no item 4.1 deste edital, mantendo a sua classificação na lista de candidatos de ampla concorrência.

14.2.8.1. O candidato será eliminado do certame na hipótese de não ter sido classificado conforme estabelecido neste edital.

14.2.9. Os procedimentos de perícia médica dos candidatos nomeados obedecerão à legislação municipal aplicável ao tema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

15. DO PROVIMENTO DO CARGO – NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

- 15.1.** Concluído o Concurso Público e homologado o resultado final, a nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas neste edital obedecerá à estrita ordem de classificação, ao prazo de validade do Concurso e ao cumprimento das disposições legais pertinentes.
- 15.2.** A nomeação será direito subjetivo do candidato aprovado dentro do número de vagas ofertadas neste edital, no prazo de validade do Concurso.
- 15.3.** O candidato nomeado deverá se apresentar para posse, às suas expensas, quando convocado para nomeação, sob pena de ter seu ato de nomeação tornado sem efeito.
- 15.3.1.** A Prefeitura Municipal de Lavras publicará o ato de nomeação dos candidatos no Diário Oficial do Município, no endereço eletrônico www.lavras.mg.gov.br e no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Lavras.
- 15.4.** O candidato nomeado deverá apresentar obrigatoriamente os originais e as cópias simples dos documentos discriminados a seguir, no ato da posse:
- 02 (duas) fotos 3x4 (recentes e coloridas);
 - documento de identidade (RG);
 - título de eleitor, e comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (certidão de quitação eleitoral — emitida pelo Cartório Eleitoral ou pelo endereço eletrônico www.tse.jus.br);
 - cadastro nacional de pessoa física (CPF);
 - cadastro nacional de pessoa física (CPF) do cônjuge ou companheiro(a);
 - comprovante do estado civil — certidão de nascimento ou certidão de casamento ou certidão de casamento com averbação (divórcio / separação / óbito). Quando for o caso de companheiro(a), acrescentar certidão de união estável, se possuir;
 - carteira nacional de habilitação (CNH), se possuir;
 - certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, para candidatos do sexo masculino;
 - comprovante de residência com CEP;
 - certidão de nascimento ou documento de identidade e CPF dos filhos e / ou dependentes menores de 21 (vinte e um) anos de idade, solteiros;
 - declaração de que exerce, ou não, outro cargo, emprego ou função pública nos âmbitos federal, estadual e / ou municipal;
 - apresentação de declaração de bens e valores firmada por ele próprio ou declaração atualizada de bens e valores do imposto de renda;
 - CTPS (carteira de trabalho e previdência social) frente (foto) e verso (dados pessoais);
 - qualificação cadastral retirada no [link](http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml) <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>;
 - dados de conta bancária de qualquer agência da instituição Itaú Unibanco, conforme contrato;
 - certidão positiva de antecedentes criminais, no qual o candidato somente seja impedido de tomar posse mediante ato fundamentado da Administração, sendo-lhe reservado o direito ao contraditório e a ampla defesa;
 - cartão de cadastramento no PIS/PASEP, frente e verso, ou extrato do PIS com data de vinculação, retirado na Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil;
 - comprovante de escolaridade mínima exigida para o cargo, nas condições especificadas no **Quadro II do item 2.1** deste edital;
 - comprovação de conclusão de curso de formação específica, quando for o caso;
 - histórico escolar, diploma ou certificado de conclusão de curso (com data de colação de grau quando for o caso) acompanhado do histórico escolar (quando for o caso);
 - comprovante do registro e de regularidade junto ao órgão de fiscalização profissional, se exigido para o cargo;
 - extrato do CNIS (cadastro nacional com informações previdenciárias) — com relação previdenciária.
- 15.5.** O candidato nomeado será responsabilizado administrativamente por quaisquer informações inverídicas que vier a prestar, sendo assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 15.6.** A comprovação da escolaridade mínima exigida será feita por meio de documentos originais e cópias comprobatórias devidamente registrados e legalmente reconhecidos, expedidos por instituições de ensino credenciadas no CNE (Conselho Nacional de Educação), CEE (Conselho Estadual de Educação) ou no MEC (Ministério da Educação), conforme relacionados nas alíneas “r)”, “s)” e “t)” do item 15.4 deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- 15.7. Caso o candidato ainda não esteja de posse do diploma, esse documento poderá ser substituído provisoriamente por certidão de conclusão de curso acompanhada de histórico escolar, emitida por instituição de ensino credenciada.
- 15.8. Estará impedido de tomar posse o candidato que deixar de comprovar qualquer um dos requisitos especificados no item 15.4 deste edital.
- 15.9. Poderão ser exigidos pela Prefeitura Municipal de Lavras, no ato da posse, outros documentos além dos relacionados, quando a exigência for justificada.
- 15.10. O candidato que for nomeado na condição de pessoa com deficiência não poderá arguir ou utilizar essa condição para pleitear lotação, alteração de carga horária, alteração de jornada de trabalho e limitação de atribuições para o desempenho da função.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. A Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas deste Concurso Público.
- 16.2. Todas as publicações oficiais referentes ao Concurso Público de que trata este edital serão feitas nos endereços eletrônicos www.lavras.mg.gov.br e www.gestaodeconcursos.com.br, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município de Lavras e no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Lavras.
- 16.3. O acompanhamento das publicações, atos complementares, avisos, comunicados e convocações referentes ao Concurso Público são de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 16.4. O candidato deverá consultar os endereços eletrônicos do município de Lavras, www.lavras.mg.gov.br, e da Fundep, www.gestaodeconcursos.com.br, frequentemente para verificar as informações que lhe são pertinentes referentes à execução do Concurso Público, até a data de homologação.
- 16.5. Após a data de homologação do Concurso, os candidatos deverão consultar informações e avisos sobre nomeações, perícia médica, posse e exercício no endereço eletrônico do www.lavras.mg.gov.br.
- 16.6. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado ou qualquer outro gênero de informação deste Concurso Público.
- 16.7. A eventual disponibilização de atos nos endereços eletrônicos da Prefeitura Municipal de Lavras e da Fundep não isenta o candidato da obrigação de acompanhar as publicações oficiais sobre este Concurso Público.
- 16.8. Incorporar-se-ão a este edital, para todos os efeitos, quaisquer atos complementares, avisos, comunicados e convocações, relativos a este Concurso Público, que vierem a ser publicados no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Lavras e divulgados nos endereços eletrônicos www.lavras.mg.gov.br e www.gestaodeconcursos.com.br.
- 16.9. Será admitida a impugnação do edital normativo do Concurso interposta impreterivelmente e formalmente escrita, até o quinto dia corrido à data de publicação do edital, por meio do endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, e será julgada pela Prefeitura Municipal de Lavras, ouvida a Fundep no que lhe couber.
- 16.10. Para fins de comprovação de aprovação ou classificação do candidato no Concurso, será válida a publicação nos endereços eletrônicos www.lavras.mg.gov.br e www.gestaodeconcursos.com.br, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município de Lavras e no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Lavras.
- 16.11. Os prazos estabelecidos neste edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.
- 16.12. A Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep não se responsabilizarão por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes às matérias deste Concurso Público que não sejam oficialmente divulgadas ou por quaisquer informações que estejam em desacordo com o disposto neste edital.
- 16.13. Não serão fornecidas provas relativas a Concursos anteriores.
- 16.14. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.
- 16.15. Para contagem dos prazos de interposição de recursos, deverá ser observado o disposto no item 12.1 deste edital.
- 16.16. Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso apontado neste edital.
- 16.17. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e / ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados a este Concurso Público, quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, irregularidade de documentos, ou, ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- 16.17.1.** Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item 16.17 deste edital, o candidato estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal.
- 16.18.** Em caso de verificação de incorreção nos dados pessoais (nome, endereço e telefone para contato, data de nascimento) constantes do Formulário Eletrônico de Inscrição, o candidato deverá atualizar suas informações nas seguintes condições:
- até a publicação da homologação do Concurso Público a que se refere o item 12 deste edital, o candidato deverá manter seu endereço, telefones de contato ou correio eletrônico atualizados na Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – Fundep, no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br, no link “Meu Cadastro”;
 - o candidato deverá obrigatoriamente realizar a atualização dos dados pessoais (nome, identidade, órgão expedidor, data da expedição e data de nascimento) até o prazo previsto no item 9.5;
 - após a data de homologação e durante o prazo de validade deste Concurso Público, o candidato deverá efetuar a atualização de seus dados cadastrais junto ao endereço eletrônico www.lavras.mg.gov.br.
- 16.19.** A atualização de dados pessoais junto à Prefeitura Municipal de Lavras e à Fundep não desobriga o candidato de acompanhar as publicações oficiais do Concurso, não cabendo a este alegar perda de prazo por ausência de recebimento de correspondência.
- 16.20.** A Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep não se responsabilizam por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:
- endereço eletrônico incorreto e / ou desatualizado;
 - endereço residencial desatualizado;
 - endereço residencial de difícil acesso;
 - correspondência devolvida pela empresa de correios por razões diversas;
 - correspondência recebida por terceiros.
- 16.21.** As ocorrências não previstas neste edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Concurso da Prefeitura Municipal de Lavras e pela Fundep, no que a cada uma couber.
- 16.22.** Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será comunicada em ato complementar ao edital, e seu extrato de aviso de publicação será veiculado no Diário Oficial do Município de Lavras e no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Lavras.
- 16.23.** Durante a realização das provas, não será permitida ao candidato a prática do tabagismo, de acordo com a Lei Estadual nº 18.552, de 4 de dezembro de 2009.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 17.1.** O candidato, desde logo, manifesta pela livre, informada e inequívoca a concordância com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- 17.2.** O candidato consente e concorda que a Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep tomem decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realize o tratamento de seus dados pessoais, envolvendo operações como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- 17.3.** Além disso, a Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep ficam autorizadas a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento dos dados inseridos pelo candidato, com a intenção de obter a prestação dos serviços ofertados por este, como: divulgação de material pela Fundep através de e-mail e redes sociais, fotografias expostas em redes sociais públicas a fim de interação entre o candidato, a Fundep e a Prefeitura Municipal de Lavras.
- 17.4.** A Prefeitura Municipal de Lavras e a Fundep ficam autorizados a compartilhar os dados pessoais do candidato com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste termo, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018.

Lavras, 08 de janeiro de 2026.

Jussara Menicucci de Oliveira

PREFEITA DE LAVRAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, 09 DE JANEIRO DE 2026

ANEXO I – ATRIBUIÇÕES SUMÁRIAS DOS CARGOS

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

- Classificar e arquivar correspondências, relatórios, planilhas, fichas e outros documentos, efetuando triagem, ordenando, grampeando e etiquetando, para fins de controle e facilitação de sua localização;
- Receber, registrar e encaminhar correspondências, faturas, ordens de serviços, listagens e outros documentos, separando, conferindo e registrando dados de identificação, para fins de controle de documentação e prosseguimento do processo de trabalho;
- Protocolar e despachar documentos e volumes efetuando registros quanto à quantidade, especificações, destino, data e outras informações e acondicionando-os em embalagens apropriadas, a fim de evitar extravios e possibilitar o encaminhamento aos interessados,
- Digitar ou datilografar correspondências, tabelas, relatórios, circulares, memorandos, apostilas, formulários e outros documentos, transcrevendo dados manuscritos, impressos e seguindo padrões estabelecidos de estética e apresentação, a fim de atender as exigências de trabalho do órgão;
- Efetuar levantamentos referentes a assuntos diversos, coletando e registrando dados, a fim de serem utilizados pelos órgãos competentes;
- Redigir correspondência de natureza simples, desenvolvendo assuntos rotineiros, a fim de obter e/ou prestar informações;
- Controlar o material de expediente, ferramentas e instrumentos utilizados na área, registrando quantidade, qualidade e consumo dos mesmos, preparando requisições, conferindo e entregando quando solicitado, a fim de atender às necessidades da área e do andamento dos trabalhos;
- Realizar controles diversos dentro de sua área de atuação recebendo comunicados ou procedendo o levantamento de dados, e efetuando os registros pertinentes, a fim de possibilitar o acompanhamento dos serviços;
- Efetuar a recepção e expedição de listagens e trabalhos processados, verificando prazos de entrega, qualidade e remetendo aos usuários;
- Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- I - Promover e zelar pelo horário de repouso;
- II – Prestar atendimento em casos de pequenos ferimentos ou outras situações, ou auxiliar de secretaria para comunicar ao responsável;
- III – Manter disciplinadas as crianças quando sob sua responsabilidade;
- IV – Zelar pelos objetos pertencentes à Unidade de Educação Infantil e pertencente às crianças;
- V – Zelar pelas crianças durante as atividades livres no pátio;
- VI – Acompanhar as crianças em suas atividades educacionais como passeios, visitas, festas;
- VII- Observar, anotar e organizar registros das crianças matriculadas na rede municipal de ensino, em seu Plano de Trabalho e na Agenda das crianças, sob orientação do Professor;
- VIII – Auxiliar nas atividades educativas de turmas de creche e pré-escola;
- IX – Guardar sigilo sobre assunto da repartição;
- X – Participar das reuniões de pais promovidas pela escola;
- XI – Assumir a recepção e/ou entrega das crianças no ambiente educativo da educação infantil;
- XII – Ter relação de respeito com seus colegas de trabalho;
- XIII - Participar de reuniões pedagógicas e administrativas quando for estritamente necessário;
- XIV -Executar atividades pedagógicas e recreativas;
- XV –Seguir as orientações da direção da Escola e do Serviço de Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
- XVI – Colaborar com atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;
- XVII – Executar outras tarefas pertinentes que lhe forem delegadas ou correlatas ao cargo de Monitor de Educação Infantil;
- XVIII – Ajudar na alimentação dos alunos;
- XIX – As formas e procedimentos utilizados pela escola para distribuir as turmas aos profissionais deverá priorizar àqueles que não tenha parentesco na mesma;
- XX – Na ausência do professor regente, o monitor eventual irá acompanhar a turma;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, 09 DE JANEIRO DE 2026

- XXI – Os monitores auxiliarão as crianças na escovação dos dentes;
- XXII – Participar de seminários, encontros, palestras, sessões de estudo e eventos relacionados à educação;
- XXIII – Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

- I - Auxiliar no planejamento, programação e orientação das atividades de assistência de enfermagem, na prevenção e controle de doenças e vigilância epidemiológica, no controle sistemático de danos físicos que acometem pacientes durante assistência da saúde;
- II - Auxiliar nos cuidados diretos de Enfermagem a pacientes em diferentes estados físicos, bem como em paciente da creche do idoso;
- III - Auxiliar na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica;
- IV - Auxiliar na prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar;
- V - Auxiliar na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde e da creche do idoso;
- VI - Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

TÉCNICO EM LABORATÓRIO

- I - Executar atividades em laboratório de análises clínicas, analisando microscopicamente a anatomia patológica, dosagem bacteriológica, bacterioscópica e química, para possibilitar a leitura microscópica e o diagnóstico laboratorial;
- II - Realizar exames e teste de cultura de microorganismos, através da manipulação e leitura de lamina para possibilitar diagnóstico, tratamento ou prevenção de doenças;
- III - Efetuar a leitura de laminas, através de material coletado, para identificar ou complementar diagnóstico médico;
- IV - Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

SUPORTE TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- I - Instalar e configurar dispositivos de comunicação digital em redes TCP/IP;
- II - Executar procedimentos de segurança dos recursos da rede, ou seja, dados e serviços como:
- III - Prevenção contra invasões físicas e/ou lógicas;
- IV - Criação de políticas de segurança;
- V- Controle de acesso aos recursos;
- Instalar, configurar e atualizar programas de antivírus e antispyswares;
- Criação e manutenção de backups.
- Instalar e manter Sistemas Operacionais múltiplos;
- Instalar e manter a comunicação digital, ou seja, e-mail, WEB, FTP e VPN:
- Definir políticas de controle de conteúdo;
- Definir controle de acesso de banda à WEB;
- Configurar as contas de correio eletrônico;
- Criar e utilizar VPN's;
- Prover sistemas de mídia digital, ou seja, VoIP, videoconferência, etc.
- Instalar e manter sistemas de gestão (ERP);
- Instalar e manter sistemas de banco de dados (SGBD);
- Efetuar a manutenção preventiva e corretiva de computadores, identificando e substituindo componentes defeituosos e restabelecendo o funcionamento do sistema, sempre que necessário, por meio de procedimentos de backup, formatação e restauração das informações;
- Prestar suporte aos colaboradores internos no uso da infraestrutura de TI.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, 09 DE JANEIRO DE 2026

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

FARMACÊUTICO

- I - Fornecer os recursos técnicos, científicos e materiais voltados aos produtos farmacêuticos necessários à promoção, prevenção e recuperação da saúde individual e coletiva dos usuários da Rede Pública Municipal de Saúde;
- II - Administrar o estoque de medicamentos de acordo com as necessidades do Hospital, realizando a seleção da aquisição de medicamentos tendo como referência o Consumo Médio Mensal, o estoque mínimo, o ponto de ressuprimento e outras ferramentas administrativas;
- III - Garantir a distribuição de medicamentos dentro da data de validade e seu armazenamento em local com condições ideais de temperatura, umidade, luminosidade e assepsia, de acordo com as boas práticas de estocagem, visando à manutenção das naturezas físicas e bioquímicas de suas composições;
- IV - Realizar seleção e padronização de medicamentos;
- V - Promover a distribuição de medicamentos de forma adequada - Proporcionar junto aos profissionais do âmbito hospitalar, orientação e informação quanto ao uso correto dos medicamentos;
- VI - Promover educação continuada dos funcionários, para o trabalho em farmácia hospitalar;
- VII - Participar da elaboração de Procedimentos Operacionais Padrões (POP) bem como de sua contínua revisão e atualização;
- VIII - Realizar o controle de qualidade de insumos e produtos farmacêuticos manipulados e fracionados na farmácia hospitalar;
- IX - Controlar entorpecentes e outros produtos psicotrópicos, de acordo com a legislação vigente;
- X - Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento ou aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- XI - Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

MÉDICO ANGIOLOGISTA

- I - Diagnosticar e tratar doenças e lesões do sistema vascular, realizando exames clínicos e subsidiários, para estabelecer o plano terapêutico;
- II - Realizar as atribuições de Médico e demais atividades inerentes ao emprego;
- III - Empenhar-se para melhorar as condições de saúde e os padrões dos serviços médicos e assumir sua parcela de responsabilidade em relação à saúde pública, à educação sanitária e a legislação referente à saúde;
- IV - Manter boas relações com demais profissionais na área de saúde, baseando-se no respeito mútuo, na liberdade e independência profissional de cada um, buscando sempre o interesse e o bem-estar do paciente;
- V - Cumprir as normas estabelecidas de biossegurança, seguindo criteriosamente todas as medidas de prevenção preconizadas, para evitar contaminações e acidentes;
- VI - Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

MÉDICO CARDIOLOGISTA

- I - Diagnosticar e tratar afecções cardíacas congênitas ou adquiridas, empregando meios clínicos ou cirúrgicos, para promover ou recuperar a saúde dos pacientes;
- II - Realizar as atribuições de Médico e demais atividades inerentes ao emprego;
- III - Empenhar-se para melhorar as condições de saúde e os padrões dos serviços médicos e assumir sua parcela de responsabilidade em relação à saúde pública, à educação sanitária e a legislação referente à saúde;
- IV - Manter boas relações com demais profissionais na área de saúde, baseando-se no respeito mútuo, na liberdade e independência profissional de cada um, buscando sempre o interesse e o bem-estar do paciente;
- V - Cumprir as normas estabelecidas de biossegurança, seguindo criteriosamente todas as medidas de prevenção preconizadas, para evitar contaminações e acidentes;
- VI - Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, 09 DE JANEIRO DE 2026

MÉDICO CIRURGIÃO GERAL

- I - Realizar atendimento cirúrgico, tomando as providências relacionadas a função, solicitando exames ou internações, realizando intervenções cirúrgicas, utilizando os recursos técnicos e materiais, corrigindo sequelas, lesões ou estabelecendo diagnóstico cirúrgico; II - Participar de todos os atos pertinentes ao exercício da medicina nas unidades de atenção à saúde e unidade de pronto atendimento, realizando exames, diagnósticos, prescrevendo e ministrando tratamentos para as diversas doenças, perturbações e lesões do organismo e aplicando os métodos e protocolos da medicina aceitos e reconhecidos cientificamente;
- III - Praticar atos cirúrgicos e correlatos, emitir laudos e pareceres;
- IV - Participar de processos educativos e de vigilância em saúde;
- V - Prescrever exames laboratoriais tais como: sangue, urina, raio-x e outros;
- VI - Examinar casos especiais e serviços especializados;
- VII - Preencher a ficha única individual do paciente;
- VIII - Preencher relatórios mensais relativos às atividades do emprego;
- IX - Participar do planejamento, execução e avaliação de programas de prevenção à Saúde e Higiene;
- X - Participar de Programas e pesquisas em Saúde Pública e ou Coletiva;
- XI - Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

- I - Diagnosticar e tratar afecções cardíacas congênitas ou adquiridas, empregando meios clínicos ou cirúrgicos, para promover ou recuperar a saúde dos pacientes;
- II - Realizar as atribuições de Médico e demais atividades inerentes ao emprego;
- III - Empenhar-se para melhorar as condições de saúde e os padrões dos serviços médicos e assumir sua parcela de responsabilidade em relação à saúde pública, à educação sanitária e a legislação referente à saúde;
- IV - Manter boas relações com demais profissionais na área de saúde, baseando-se no respeito mútuo, na liberdade e independência profissional de cada um, buscando sempre o interesse e o bem-estar do paciente;
- V - Cumprir as normas estabelecidas de biossegurança, seguindo criteriosamente todas as medidas de prevenção preconizadas, para evitar contaminações e acidentes;
- VI - Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA

- I - Realizar atendimento na área de Ginecologia e Obstetrícia;
- II - Realizar atendimentos, exames, diagnósticos, terapêutica, acompanhamento dos pacientes e executar qualquer outra atividade, que por sua natureza, esteja inserida no âmbito das atribuições pertinentes ao cargo e à área;
- III - Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos, inclusive os padronizados para o programa de pré-natal conforme protocolo de atendimento, solicitar, analisar, interpretar diversos exames e realizar outras formas de tratamento para os diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica;
- IV - Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados, para conservar ou restabelecer a saúde do paciente;
- V - Manter registro dos pacientes examinados, anotando diagnóstico, tratamento, evolução da doença e resultados de exames, para efetuar orientação terapêutica adequada;
- VI - Realizar atendimento individual, individual programado e individual interdisciplinar a pacientes;
- VII - Efetuar a notificação compulsória de doenças;
- VIII - Realizar reuniões com familiares ou responsáveis de pacientes a fim de prestar informações e orientações sobre a doença e o tratamento a ser realizado;
- IX - Prestar informações do processo saúde-doença aos indivíduos e a seus familiares ou responsáveis;
- X - Participar de grupos terapêuticos através de reuniões realizadas com grupos de pacientes específicos para prestar orientações e tratamentos e proporcionar a troca de experiências entre os pacientes;
- XI - Participar de programa de treinamento, quando convocado;
- XII - Participar de planejamentos, coordenação e execução de programas, colaborando de forma efetiva de acordo com especificidade exigida.
- XIII - Assessorar, elaborar e participar de campanhas educativas nos campos da saúde pública e da medicina preventiva;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, 09 DE JANEIRO DE 2026

- XIV - Promover pesquisas, estudos e outras atividades de saúde, atendendo prioridades estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- XV - Atender urgências/emergências nas diversas unidades de saúde, quando necessário, visando prestar serviços de saúde com qualidade e eficácia;
- XVI - Fazer prevenção de câncer de mama e ginecológico, através de exame clínico e de apoio diagnóstico, promover orientações e palestras para diminuição da incidência da patologia;
- XVII - Fazer tratamentos e/ou encaminhamentos para cirurgia, de casos específicos, preenchendo guias de encaminhamento para atendimento individual do paciente;
- XVIII - Orientar as mulheres sobre a importância do pré-natal;
- XIX - Orientar a vacinação das gestantes;
- XX - Orientar as gestantes com relação a fatores de risco no pré-natal;
- XXI - Proceder ao acompanhamento puerperal;
- XXII - Registrar, carimbar e assinar os atendimentos no prontuário e no cartão da gestante a cada consulta;
- XXIII - Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuída

MÉDICO NEUROLOGISTA

- I - Diagnosticar e tratar doenças e lesões orgânicas do sistema nervoso central e periférico, realizando exames clínico e subsidiário, visando a saúde e bem-estar do paciente;
- II - Empenhar-se para melhorar as condições de saúde e os padrões dos serviços médicos e assumir sua parcela de responsabilidade em relação à saúde pública, à educação sanitária e a legislação referente à saúde;
- III - Manter boas relações com demais profissionais na área de saúde, baseando-se no respeito mútuo, na liberdade e independência profissional de cada um, buscando sempre o interesse e o bem-estar do paciente;
- IV - Buscar constantemente o melhor desempenho no ambiente de trabalho observando as prescrições de comportamento ou conduta: assiduidade, pontualidade, obediência e respeito à hierarquia, disciplina, iniciativa, produtividade, interesse, qualidade e atenção no trabalho, dedicação, eficiência, zelo na utilização dos materiais e equipamentos do patrimônio público, bom relacionamento com as chefias, colegas e munícipes, disponibilidade permanente para colaborar com a chefia e/ou colegas, acatamento de ordens, assimilação de novos métodos de trabalho, etc;
- V - Cumprir as normas estabelecidas de biossegurança, seguindo criteriosamente todas as medidas de prevenção preconizadas, para evitar contaminações e acidentes;
- VI - Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

MÉDICO PEDIATRIA

- I - Efetuar exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para os diversos tipos de enfermidades, utilizando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, para promover a saúde e o bem-estar do paciente;
- II - Examinar o paciente, auscultando-o, apalpando ou utilizando instrumentos especiais para determinar diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares;
- III - Analisar e interpretar resultados de exames de raio X, bioquímico, hematológico e outros, comparando-o com padrões normais, para confirmar o diagnóstico;
- IV - Prescrever medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de administração, assim como cuidados a serem observados, para conservar ou restabelecer a saúde do paciente.
- V - Manter registro dos pacientes examinados, anotando diagnóstico, tratamento, evolução da doença e resultados de exames, para efetuar orientação terapêutica adequada;
- VI - Participar de planejamentos, coordenação e execução de programas, colaborando de forma efetiva de acordo com especificidade exigida; VII - Promover pesquisas, estudos e outras atividades de saúde, atendendo prioridades estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- VIII - Participar e realizar reuniões práticas e educativas junto à comunidade, atendendo programas estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- IX - Atender urgências/emergências nas diversas unidades de saúde, quando necessário, visando prestar serviços de saúde com qualidade e eficácia;
- X - Diagnosticar e tratar doenças próprias da área de sua especialização: Pediatria;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, 09 DE JANEIRO DE 2026

- XI - Realizar tratamento das patologias pediátricas específicas, realizando exame clínico, tratamento medicamentoso, para reintegração e reabilitação do paciente até 12 anos;
- XII - Solicitar exames clínicos e preencher guias de encaminhamento, para atender às necessidades da criança;
- XIII - Detectar possíveis alterações físicas, avaliando o desenvolvimento, para posterior tratamento das mesmas;
- XIV Aprimorar continuamente seus conhecimentos e usar o melhor do progresso científico em benefício do paciente;
- XV - Cumprir as normas estabelecidas de biossegurança, seguindo criteriosamente todas as medidas de prevenção preconizadas, para evitar contaminações e acidentes;
- XVI - Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

MÉDICO PEDIATRA DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA

- I - Atuar na Atenção Secundária, com atendimento especializado, como suporte à Atenção Primária à Saúde;
- II - Prestar assistência médica em pediatria efetuando os procedimentos técnicos pertinentes à especialidade e executando tarefas afins;
- III - Clinicar e medicar pacientes dentro de sua especialidade;
- IV - Realizar solicitação de exames diagnósticos especializados relacionados a sua especialidade;
- V - Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais para confirmar ou informar o diagnóstico;
- VI - Emitir diagnóstico, prescrever medicamentos relacionados a patologias específicas, aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica;
- VII - Manter registros dos pacientes, examinando-os, anotando a conclusão diagnosticada, o tratamento prescrito e a evolução da doença;
- VIII - Prestar atendimento em urgências clínicas, dentro de atividades afins;
- IX - Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

MÉDICO PSIQUIATRA SAÚDE MENTAL

- *Realizar o cuidado em saúde da população, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar busca ativa e notificação de doenças e agravos de notificação compulsória e de outros agravos e situações de importância local;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Coordenar e gerenciar a unidade de serviço, caso haja solicitação da Coordenação de Saúde Mental;
- Promover a mobilização e participação da comunidade, buscando efetivar o controle social;
- Realizar consultoria e emissão de pareceres sobre assuntos da área;
- Identificar parceiros e recursos na comunidade que possam potencializar ações intersetoriais com a equipe, sob coordenação da SMS;
- Garantir a qualidade do registro das atividades nos sistemas de informação do SUS;
- Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais;
- Contribuir e participar das atividades de Educação Permanente;
- Prestar assistência psiquiátrica à população com ações de promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde aos indivíduos e famílias em todas as fases do desenvolvimento humano, nas modalidades: individual, familiar e em grupo;
- Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, 09 DE JANEIRO DE 2026

MÉDICO SAÚDE DA FAMÍLIA

- Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita;
- Executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, adultos e idoso, de ambos os sexos;
- No nível de sua competência, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária;
- Realizar consultas e procedimentos na USF e, quando necessário, no domicílio;
- Aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva;
- Fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, diabéticos, de saúde mental, etc.;
- Encaminhar o paciente aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento na USF, por meio de um sistema de acompanhamento e de referência e contra-referência;
- Supervisionar e coordenar ações para capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde e de auxiliares de enfermagem, com vistas ao desempenho de suas funções;
- Solicitar exames complementares;
- Conhecer a realidade das famílias pelas quais é responsável, com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas;
- Identificar os problemas de saúde e as situações de risco mais comuns aos quais aquela população está exposta;
- Elaborar, com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde;
- Executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância à saúde e de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida;
- Valorizar a relação com o usuário e com a família para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito;
- Realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento;
- Fomentar a participação popular, discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direito à saúde e às suas bases legais;
- Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

MÉDICO PSIQUIATRA

- Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos da medicina preventiva ou terapêutica;
- Analisar e interpretar resultados de exames diversos, comparando-os com os padrões normais, para confirmar ou informar o diagnóstico;
- Manter registro dos pacientes examinados, anotando a conclusão diagnóstica, o tratamento prescrito e a evolução da doença;
- Encaminhar pacientes para atendimento especializado, quando for o caso;
- Realizar consultas e atendimentos médicos na sua área de sua especialidade;
- Tratar pacientes; implementar ações para promoção da saúde; efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundir conhecimentos da área médica;
- Participar dos atos pertinentes ao exercício da medicina nas unidades de atenção à saúde, realizando e prescrevendo exames; realizando diagnósticos; prescrevendo e ministrando tratamentos das diversas doenças, perturbações e lesões do organismo e aplicando os métodos e protocolos da medicina aceitos e reconhecidos cientificamente; praticar atos cirúrgicos e correlatos; emitir laudos e pareceres; participar de processos educativos e de vigilância em saúde.
- Preencher relatórios mensais relativos às atividades; participar do planejamento, execução e avaliação de programas de prevenção à Saúde e Higiene; participar de Programas e pesquisas em Saúde Pública e ou Coletiva;
- Encaminhar, quando necessário, usuários a outros pontos de atenção, respeitando fluxos locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário;
- Contribuir, realizar e participar das atividades de Educação Permanente de todos os membros da equipe;
- Orientar enfermeiros, assistentes e outras pessoas envolvidas, para o adequado atendimento, tratamento e prestação do serviço médico e de saúde;
- Operar equipamentos e inserir dados em sistemas informatizados de saúde;
- Empenhar-se para melhorar as condições de saúde e os padrões dos serviços médicos e assumir sua parcela de responsabilidade em relação à saúde pública, à educação sanitária e a legislação referente à saúde;
- Cumprir as normas estabelecidas de biossegurança, seguindo criteriosamente todas as medidas de prevenção preconizadas, para evitar contaminações e acidentes;
- Participar de ações para atendimento médico de urgência, emergência e pronto atendimento, bem como em situações de calamidade pública, quando convocado pela Prefeitura;



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, 09 DE JANEIRO DE 2026

- Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas, que sejam de responsabilidade na sua área de atuação.

TERAPEUTA OCUPACIONAL SAÚDE MENTAL

- Realizar o cuidado em saúde da população, prioritariamente no âmbito da unidade de saúde, no domicílio e nos demais espaços comunitários (escolas, associações, entre outros), quando necessário;
- Realizar ações de atenção integral conforme a necessidade de saúde da população local, bem como as previstas nas prioridades e protocolos da gestão local;
- Garantir a integralidade da atenção por meio da realização de ações de promoção da saúde, prevenção de agravos e curativas; e da garantia de atendimento da demanda espontânea, da realização das ações programáticas e de vigilância à saúde;
- Realizar a escuta qualificada das necessidades dos usuários em todas as ações, proporcionando atendimento humanizado e viabilizando o estabelecimento do vínculo;
- Responsabilizar-se pela população adscrita, mantendo a coordenação do cuidado mesmo quando esta necessita de atenção em outros serviços do sistema de saúde;
- Participar das atividades de planejamento e avaliação das ações da equipe, a partir da utilização dos dados disponíveis;
- Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de baixa e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contra-referência locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;
- Indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento do usuário em conjunto com os demais níveis da atenção em saúde;
- Trabalhar em equipe interprofissional, colaborando na construção de projetos terapêuticos;
- Realizar educação em saúde, individual e coletiva, visando à melhoria de saúde da população;
- Realizar visitas domiciliares quando necessário;
- Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, 09 DE JANEIRO DE 2026

ANEXO II – QUADRO DE PROVAS

QUADRO 1 - ENSINO MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO							
CÓD.	CARGO	CONTEÚDOS					TOTAL DE QUESTÕES/ PONTOS DA OBJETIVA
		LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO	CONHECIMENTOS GERAIS	INFORMÁTICA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
301	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	10 questões Valor de 1 (um) pontos por questão	05 questões Valor de 1 (um) pontos por questão	05 questões Valor de 1 (um) pontos por questão	05 questões Valor de 1 (um) pontos por questão	10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	35 questões 45 pontos
302	MONITOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	35 questões 45 pontos
401	TÉCNICO DE ENFERMAGEM					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	35 questões 45 pontos
402	TÉCNICO EM LABORATÓRIO					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	35 questões 45 pontos
403	SUORTE TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	35 questões 45 pontos

CRITÉRIO DE APROVAÇÃO: não zerar nenhum dos conteúdos da Prova Objetiva e obter no mínimo 23 (vinte três) pontos do total da prova.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, 09 DE JANEIRO DE 2026

QUADRO 2 - ENSINO SUPERIOR							
CÓD.	CARGO	CONTEÚDOS					TOTAL DE QUESTÕES/ PONTOS DA OBJETIVA
		LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO	CONHECIMENTOS GERAIS	INFORMÁTICA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	
501	FARMACÊUTICO	15 questões Valor de 1 (um) ponto por questão	5 questões Valor de 1 (um) ponto por questão	5 questões Valor de 1 (um) ponto por questão	5 questões Valor de 1 (um) ponto por questão	10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	40 questões 50 pontos
502	MÉDICO ANGIOLOGISTA					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	40 questões 50 pontos
503	MÉDICO CARDIOLOGISTA					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	40 questões 50 pontos
504	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	40 questões 50 pontos
505	MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	40 questões 50 pontos
506	MÉDICO GINECOLOGISTA /OBSTETRA					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	40 questões 50 pontos
507	MÉDICO NEUROLOGISTA					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	40 questões 50 pontos
508	MÉDICO PEDIATRA					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	40 questões 50 pontos
509	MÉDICO PEDIATRA DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	40 questões 50 pontos
510	MÉDICO PSIQUIATRA					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	40 questões 50 pontos
511	MÉDICO PSIQUIATRA DE SAÚDE MENTAL					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	40 questões 50 pontos



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, 09 DE JANEIRO DE 2026

512	MÉDICO SAÚDE DA FAMÍLIA					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	40 questões 50 pontos
513	TERAPEUTA OCUPACIONAL DE SAÚDE MENTAL					10 questões Valor de 2 (dois) pontos por questão	40 questões 50 pontos
CRITÉRIO DE APROVAÇÃO: não zerar nenhum dos conteúdos da Prova Objetiva e obter no mínimo 25 (vinte e cinco) pontos do total da prova.							



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026, 09 DE JANEIRO DE 2026

ANEXO III – DECLARAÇÃO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, _____ (nome completo),
_____ (estado civil), _____ (profissão), portador(a) do documento de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) à _____

_____ (endereço completo cidade/estado/CEP), candidato(a) para ingresso no cargo de _____ do **Concurso Público da Prefeitura Municipal de Lavras/MG - Edital Nº 01/2026, declaro e atesto**, para fins de solicitação de isenção de pagamento de Taxa de Inscrição, sob as penas da lei, que estou ciente das exigências deste Edital e que **não tenho condições de arcar com o pagamento do valor da Taxa de Inscrição para este certame**. Declaro ainda que me enquadro nos critérios estabelecidos no Edital para a devida avaliação, na condição de:

() **Cidadão(ã) Desempregado(a)** há _____ (tempo). Declaro estar desempregado e não mantenho vínculo estatutário vigente ou assemelhado de prestação de serviços com o Poder Público, nos âmbitos federal, estadual ou municipal, não exerço atividade legalmente reconhecida como autônoma, não gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada; não obtenho nenhum tipo de renda, à exceção do seguro-desemprego. **ou**

() **Insuficiência econômico-financeira**, declaro que em virtude de limitações de ordem financeira, estou impossibilitado(a) de arcar com o pagamento da taxa de inscrição, sob pena do comprometimento do sustento próprio e da família, independentemente de estar desempregado ou não, com plena consciência das implicações cíveis, criminais e administrativas decorrentes de declaração falsa ou parcialmente falsa, assegurados o contraditório e ampla defesa.

Declaro estar ciente de que deverei apresentar a documentação exigida no Edital para comprovação da situação acima identificada, a fim de permitir a avaliação. Afirmo estar ciente que a Fundep poderá verificar as informações prestadas e, em decisão terminativa, deliberará sobre a concessão, ou não, da isenção, reservando-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documento que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento declarado.

Afirmo, também, que as informações falsas serão de minha inteira responsabilidade, podendo responder civil e criminalmente pelo teor das afirmativas, sendo aplicáveis as sanções previstas, no parágrafo único do artigo 10 do Decreto Federal nº 83.936, de 6 de setembro de 1979 e no artigo 2º da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Declaro, ainda, que constatada a declaração falsa de dados, a irregularidade da inscrição ou da isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição, a inclusão do candidato como isento ou a inscrição, a depender do caso, será automaticamente cancelada, considerados nulos todos os atos decorrentes, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

_____, ____/____/____.
(Local) (Data)

Assinatura do(a) candidato(a)



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

EDITAL Nº 01/2026, 09 DE JANEIRO DE 2026.

ANEXO IV – Conteúdos Programáticos e Referências

ENSINO MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Semântica e Estilística: denotação e conotação; sinonímia; antonímia; homonímia; polissemia. Sentido próprio e sentido figurado.
2. Funções de linguagem.
3. Texto e discurso: intertextualidade, metalinguagem, dialogismo, polifonia.
4. Leitura e interpretação de textos: informações implícitas e explícitas. Significação contextual de palavras e expressões. Ponto de vista do autor. Leitura e sentido: compreensão e atividade inferencial.
5. Linguagem mista, verbal e não verbal.
6. Tipologia textual e gêneros discursivos de circulação social: estrutura composicional; objetivos discursivos do texto; contexto de circulação; aspectos linguísticos.
7. Texto e Textualidade: coesão, coerência, argumentação e outros fatores de textualidade.
8. Variação linguística: heterogeneidade linguística: aspectos culturais, históricos, sociais e regionais no uso da Língua Portuguesa. Registros formal e informal da escrita padrão.
9. Fonética e fonologia: tonicidade, ortografia e acentuação gráfica. Crase.
10. Sinais de pontuação como fatores de coesão.
11. Morfologia: classes de palavras e suas flexões; análise morfológica.
12. Sintaxe: frase, oração, período; termos da oração; sintaxe do período composto: processos de coordenação e subordinação, mecanismos de sequenciamento, relações discursivo-argumentativas, relações lógico-semânticas; análise sintática.
13. Concordância verbal e nominal aplicadas ao texto.
14. Regência verbal e nominal aplicadas ao texto.
15. Colocação pronominal aplicada ao texto.
16. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
17. Ortografia oficial – Novo Acordo Ortográfico.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- CEGALLA, D. Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 2010.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza A. Cochar; CLETO, Ciley. **Interpretação de textos: construindo competências e habilidades em leitura**. 3. ed. São Paulo: Atual, 2016.
- CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. São Paulo: Atual, 2013.
- CHALHUB, Samira. **Funções da linguagem**. Rio de Janeiro: Ática, 1990.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- KOCH, Ingedore V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1992.
- KOCH, Ingedore V. **O texto e a construção de sentidos**. São Paulo: Contexto, 2003.
- KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Cortez, 2008.
- SARMENTO, Leila Lauer. **Oficina de redação**. São Paulo: Moderna, 2013.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Matemática

- 1.1. Números – Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. Operações fundamentais, sistema de numeração, divisibilidade, fatoração, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum, operações com frações, representação decimal, números decimais periódicos e não periódicos.
- 1.2. Matemática Comercial – Razões, proporções, regra de três simples e composta. Porcentagem e juros simples.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- 1.3. Estatística – Conceitos fundamentais de estatística descritiva (população, amostra e amostragem). Organização de dados (tabelas e gráficos). Medidas de tendência central (média, moda e mediana).
- 1.4. Sequências – Progressões aritméticas e geométricas.
- 1.5. Cálculo Algébrico – Equações do 1º grau. Raízes de uma equação algébrica.
- 1.6. Geometria plana – Áreas e perímetros - Triângulos, quadriláteros e circunferências.

2. Raciocínio Lógico

- 2.1. Noções básicas da lógica matemática – Proposições, problemas com tabelas, argumentação e associação lógica.
- 2.2. Verdades e Mentiras – Resolução de problemas.
- 2.3. Diagramas lógicos e sequências lógicas.
- 2.4. Casa de pombos.
- 2.5. Orientação espacial e temporal.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR FILHO, Edgar de. **Iniciação à lógica matemática**. São Paulo: Nobel, 2017.
- BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo lógica**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CHAVANTE, Eduardo; PRESTES, Diego. **Coleção Matemática e suas Tecnologias**. São Paulo: Edições SM, 2020.
- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações**. Vols. 1-4. 3. ed. São Paulo: Ática, 2016.
- IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo *et al.* **Matemática: volume único**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- IEZZI, Gelson *et al.* **Matemática: ciência e aplicações**. Vols. 1-3. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- LUSTOSA, Daniel. **Raciocínio lógico-matemático de A a Z**. 2. ed. São Paulo: Alfacon, 2023.
- PAIVA, Manoel Rodrigues. **Matemática – Paiva**. Vols. 1-3. 3. ed. São Paulo: Moderna Plus, 2015.
- SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. **Ser protagonista: matemática**. São Paulo: Edições SM, 2020.

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Atualidades e conhecimentos relativos a aspectos culturais, econômicos, geográficos, históricos, políticos e sociais do município de Lavras; temas de relevância sobre a sociedade contemporânea em nível regional e estadual.
2. Legislação referente ao território e sua gestão; direitos civis e sociais, políticas públicas e questões ambientais relacionadas ao município de Lavras e região.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 de out. 2025.
- LAVRAS. Câmara Municipal de Lavras. **Lei Complementar nº 327, de 16 de julho de 2014**. Estatuto dos servidores públicos do município de Lavras. Disponível em: https://sapl.lavras.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/2780/2780_texto_integral.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.
- LAVRAS. Câmara Municipal de Lavras. **Resolução nº 068/2011**. Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras. Disponível em: https://sapl.lavras.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2011/1881/regimento_interno_cml.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.
- LAVRAS. Câmara Municipal de Lavras. **Site eletrônico oficial**. Disponível em: <https://www.lavras.mg.leg.br/>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- LAVRAS. Prefeitura Municipal de Lavras. **Site eletrônico oficial**. Disponível em: <https://lavras.mg.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- IBGE. **Cidades e Estados: Lavras (MG)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- IEDE. Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais. **Dados Geoespaciais de Minas Gerais**. Disponível em: <https://iede.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- Imprensa Escrita, Televisiva, Radiodifusão ou Internet.
- Livros Didáticos de Geografia e História indicados pelo Programa Nacional do Livro Didático, nível Ensino Médio.
- ONU Brasil. Organização das Nações Unidas. **Site eletrônico oficial**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 15 dez. 2025.

INFORMÁTICA

1. Sistemas operacionais – Conhecimentos do ambiente Windows 10: organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear).
2. Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta.
3. Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

gráficos; classificação e organização de dados.

4. Software de Apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações.
5. Criação, manipulação e utilização de formulários no Google e abstração dos dados preenchidos.
6. Criação, manipulação e utilização e compartilhamento do drive do Google.
7. Segurança. Conceitos de segurança da informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade.
8. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
9. Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Microsoft Edge, Google Chrome e Firefox).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Escola virtual de Governo**. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 30 out. 2025.
- CERT.BR. **Cartilha de Segurança para Internet**. Disponível em: <https://cartilha.cert.br/fasciculos/>. Acesso em: 30 out. 2025.
- CONCEITOS. **Conceitos**. Disponível em: <https://conceitos.com/>. Acesso em: 30 out. 2025.
- GOOGLE. **Como podemos ajudar?** Disponível em: <https://support.google.com>. Acesso em: 30 out. 2025.
- MICROSOFT. **Ajuda do Google Chrome**. Disponível em: <https://support.google.com/chrome>. Acesso em: 30 out. 2025.
- MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Excel**. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/excel>. Acesso em: 30 out. 2025.
- MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Microsoft Edge**. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/microsoft-edge>. Acesso em: 30 out. 2025.
- MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do PowerPoint**. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/powerpoint>. Acesso em: 30 out. 2025.
- MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Windows**. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/windows>. Acesso em: 30 out. 2025.
- MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Word**. Disponível em: <https://support.office.com/pt-BR/Word>. Acesso em: 30 out. 2025.
- MOZILLA FIREFOX. Mozilla Support. **Firefox Suporte**. Disponível em: <https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>. Acesso em: 30 out. 2025.
- TECHTUDO. **Página inicial**. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/>. Acesso em: 17 dez. 2025.
- TECMUNDO. **Página inicial**. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

1. Base Nacional Comum Curricular: as competências gerais da Educação Básica e a etapa da Educação Infantil.
2. Cuidados com a criança: alimentação, higiene, saúde e segurança.
3. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
4. Educação inclusiva.
5. Educar e cuidar.
6. Jogos, brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil.
7. Lei Complementar nº 449, de 27 de julho de 2022 – Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério Público e dos Servidores da Educação Básica do Município de Lavras.
8. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.
9. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
10. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.
11. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).
12. Noções sobre prevenção de acidentes e primeiros socorros.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Brinquedos e brincadeiras de creche**: manual de orientação pedagógica. Brasília: MEC/SEB/2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao_brinquedo_e_brincadeiras_completa.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Higiene e Segurança nas Escolas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/higiene.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. **Livro de estudo**: Módulo III. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2006. (Coleção PROINFANTIL, Unidade 6). Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012773.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 15 dez. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12773.htm#art1. Acesso em: 15 dez. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 15 dez. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 15 dez. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 dez. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm. Acesso em: 15 dez. 2025.
- KISHIMOTO, T. M. A importância do brinquedo para a educação. **Revista Pedagógica** – Unochapecó, ano 4, nº 8, p. 7-13, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3904/2244>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- KISHIMOTO, T. M. Brinquedos e brincadeiras na Educação Infantil. In: ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010-pdf/7155-2-3-brinquedos-brincadeiras-tizuko-morchida/file>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- LAVRAS. Prefeitura Municipal de Lavras. **Lei Complementar nº 449, de 27 de julho de 2022**. Dispõe sobre o Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério Público e dos Servidores da Educação Básica do Município de Lavras e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.lavras.mg.leg.br/norma/7961?display>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- NONO, Maévi Anabel. **Organização do Tempo e do Espaço na Educação infantil** – Pesquisas e Práticas. UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. Departamento de Educação, São José do Rio Preto. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/297/1/01d13t08.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- PIRES, Adriane Regina Scaranti; MORENO, Gilmar Lupion. **Rotina e escola infantil**: organizando o cotidiano de crianças de 0 a 5 anos. Disponível em: <https://www.cursosprofec.com.br/escola/apostilas/auxiliar-de-creche-pfc-1.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- RIO DE JANEIRO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação. Subsecretaria de ensino. **Orientações para profissionais da Educação Infantil**. Rio de Janeiro: SME, 2010. Disponível em: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1053798/DLFE-203708.pdf/ManualdeOrientacoesSMEfinaleducacaooinfantil.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da Saúde. **Manual de prevenção de acidentes e primeiros socorros nas escolas**. Secretaria da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde. CODEPPS. São Paulo: SMS, 2007. Disponível em: https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/colegiados/codime/2016/Primeiros_Socorros_Manual_Prev_Acid_Escolas.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.
- SIAULYS, Mara O. de Campos. **Brincar para todos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/brincartodos.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

1. Conhecimentos e práticas de arquivos. Conceitos, funções, atribuições, rotinas de arquivos. Operações. Tipos de arquivos e documentos. Classificação, controle e gestão de documentos. Arquivos digitais. Repositório digital.
2. Documentos empresariais. Conhecimentos fundamentais, tipos de documentos. Noções das normatizações técnicas e redação. Redação oficial. Registros, expedição, protocolos, correspondências, cartas comerciais, listas, informativos, relatórios, ofícios, requerimentos, notas fiscais, faturas, ordens de serviços, cadastros, formulários, ofícios, pareceres, circulares, atas, regulamentos, editais, convites.
3. Gestão de materiais. Controle, organização, movimentação, consumo, requisições, conservação etc. Operações de almoxarifado. Noções de inventário.
4. Noções de estatística aplicada às empresas. Definições e conceitos. Levantamento e tratamento de dados. Variáveis e informações. Tabulação e análise de informações. Ordenamento e contagem. Gráficos e diagramas. Médias e medidas de posição central.
5. Noções fundamentais de administração. Organização, planejamento, direção e controle. Serviços de apoio.
6. Ferramentas administrativas, gráficos, planilhas, diagramas, organogramas, fluxogramas, cronogramas e tabelas para visualização de dados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Guia de gestão de documentos**: para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Manual de Redação da Presidência da República**. 3. ed. rev. atual. e amp. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística Aplicada à Gestão Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2008.

CARRETONI, Enio. **Administração de materiais**: uma abordagem estrutural. Campinas-SP: Alínea, 2000.

COSTA, Nelson Pereira da. **Documentos Empresariais**: informações complementares da comunicação empresarial. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: princípios, conceitos e gestão. 6. ed. reimp. São Paulo: Atlas, 2014.

LUIZ, Sinclayr. **Organização e técnica comercial**. Editora Saraiva, 2001

LONGO, Gilson Luiz Palma. **Organização de empresas e técnicas comerciais**. São Paulo: Baraúna, 2012.

MARIZ, Ana Carla Almeida *et al.* **Arquivologia**. Temas centrais em uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Fundamentos da Administração**: introdução à teoria geral e aos processos da administração. 3. ed. LTC, 2015.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**. Teoria e prática. 3. ed. 2013.

PAOLESSH, Bruno. **Almoxarifado e gestão de estoques**: do recebimento, guarda e expedição à distribuição do estoque. São Paulo: Erica/Saraiva, 2013.

PEGORINI, Diana Gurgel. **Redação e Gestão de Documentos**. Curitiba-PR. Ed. Intersaberes, 2022.

SENAI. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Assistente Administrativo**. São Paulo: SENAI-SP Editora, 2014.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

1. Lei do exercício profissional.
2. Código de ética do profissional de Enfermagem.
3. Humanização da assistência de Enfermagem.
4. Processo de Enfermagem.
5. Segurança do Paciente.
6. Técnicas de Enfermagem para execução de cuidados à saúde: prevenção e controle de infecções, biossegurança, sinais vitais, princípios da administração de medicamentos (legislação, vias, doses e cálculos, técnicas e cuidados de Enfermagem no preparo e administração de medicamentos).
7. Feridas: cuidados de Enfermagem e prevenções de lesões cutâneas.
8. Cuidados de Enfermagem em: higienização, movimentação ativa e passiva, administração de dietas (oral, enteral e parenteral), coleta de material para exame, oxigenoterapia, hemotransfusões, cateterismos, monitorização hemodinâmica invasiva e não invasiva, ventilação mecânica, transporte do paciente, exames diagnósticos de baixa e média complexidade.
9. Registro de Enfermagem.
10. Suporte básico de vida na assistência de Enfermagem em urgências e emergências clínicas, cirúrgicas e traumáticas.
11. Assistência de Enfermagem a pacientes com arboviroses: dengue, chicungunha e zica.

REFERÊNCIAS

AMERICAN HEART ASSOCIATION. Destaques das diretrizes para Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) e Atendimento Cardiovascular de Emergência (ACE). 2025. Disponível em: https://cpr.heart.org/-/media/CPR-Files/2025-documents-for-cpr-heart-edits-posting/Resuscitation-Science/JN1580_PTBR_Hghlghts_2025ECCGuidelines_Final_251021.pdf?sc_lang=en. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 09 jun. 1987.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cartilha**: Política Nacional de Humanização. 1. ed. Brasília: 2015. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Anexo 01**: protocolo para a prática de higiene das mãos em serviços de saúde. Ministério da Saúde. Anvisa. Fiocruz. 2013. Disponível em: https://www.hospitalsantalucinda.com.br/downloads/prot_higiene_das_maos.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Anexo 03**: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Ministério da Saúde. Anvisa. Fiocruz. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/protocolo-de-seguranca-na-prescricao-uso-e-administracao-de-medicamentos>. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução-RDC nº 36, de 25 de julho de 2013**. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jul. 2013. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html. Acesso em: 16 dez. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Guia de recomendações para registro de enfermagem no prontuário do paciente e outros documentos de enfermagem**. Biblioteca Virtual de Enfermagem, 2016. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/RESOLUCAO%20C3%87%20C3%83O-COFEN-N%C2%BA-0514-2016-GUIA-DE-RECOMENDA%C3%87%20C3%95ES-vers%C3%A3o-web.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 564, de 06 de novembro de 2017**. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/>. Acesso em: 16 dez. 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 736, de 17 de janeiro de 2024.** Dispõe sobre a implementação do Processo de Enfermagem em todo contexto socioambiental onde ocorre o cuidado de enfermagem. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-736-de-17-de-janeiro-de-2024/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS. **Cuidado à pessoa com lesão cutânea:** manual de orientações quanto à competência técnico-científica, ética e legal dos profissionais de enfermagem. Belo Horizonte: Coren-MG, 2020. 180p. Disponível em: <https://www.corenmg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/MANUAL-DE-CUIDADO-A-PESSOA-COM-LESAO-CUTANEA.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.

DURO, C. L. M. **Cartilha de orientações para profissionais de enfermagem sobre o cuidado com lesões na pele.** Porto Alegre: UFRGS, 2018. Disponível em: <https://efivest.com.br/wp-content/uploads/2024/10/lesao-pele.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria de Saúde. **Manejo Clínico das Arboviroses.** 2023. Disponível em:

<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/portal/pdf/saude1342202303.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.

HINKLE, J. L.; CHEEVER, K. H. **Tratado de Enfermagem médico-cirúrgica.** 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2020.

OLIVEIRA, *et al.* Instituto Federal do Ceará. Reitoria. Diretoria de Assuntos Estudantis. **Manual de biossegurança:** serviço de enfermagem. Elaboração: Carla Lidiany Bezerra Silva Oliveira *et al.*; Colaboração: Angélica Maria de Oliveira Almeida *et al.* Fortaleza: IFCE, 2021. Disponível em:

https://portal.ifce.edu.br/documents/327/Manual_de_Biosseguran%C3%A7a_do_Servi%C3%A7o_de_Enfermagem.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.

POTTER, P. A.; PERRY, A. G.; STOCKERT P. A.; HALL, A. M. **Fundamentos de Enfermagem.** 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

TÉCNICO EM LABORATÓRIO

1. Fundamentos, Biossegurança e Gestão da Qualidade

- 1.1. Biossegurança e Boas Práticas de Laboratório (BPL) – Níveis de Biossegurança. Uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e coletiva (EPC – Ex.: Cabines de Segurança Biológica). Descontaminação, desinfecção e esterilização de materiais e equipamentos. Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (GRSS) / Classificação e descarte.
- 1.2. Controle de Qualidade (CQ) – Conceitos de exatidão, precisão, sensibilidade e especificidade. Controle interno e Controle Externo (Programas de Proficiência). Gráficos de Levey-Jennings e Regras de Westgard (noções básicas).
- 1.3. Pré-analítica – Coleta, manipulação, conservação, transporte e estabilidade de amostras biológicas (sangue, urina, fezes e fluidos corporais). Anticoagulantes e aditivos.

2. Química Clínica e Dosagens

- 2.1. Princípios de Análise: fotometria, espectrofotometria, eletroforese (noções).
- 2.2. Metabolismo e Dosagens Clínicas – Glicose: jejum, curva glicêmica, hemoglobina glicada. Lipídeos: colesterol total, HDL, LDL, VLDL e triglicerídeos. Função Renal: ureia e creatinina. Função Hepática: bilirrubinas, TGO, TGP, fosfatase alcalina.
- 2.3. Cálculos Laboratoriais: preparo de soluções, diluições simples e seriadas (fundamentais para dosagens e culturas).

3. Hematologia e Leitura de Lâminas

- 3.1. Morfologia Celular: reconhecimento microscópico dos elementos figurados do sangue (série vermelha, branca e plaquetas) – Normalidade e alterações patológicas (anemias, leucemias).
- 3.2. Hemograma: contagem global e diferencial de leucócitos, índices hematimétricos (VCM, HCM, CHCM), reticulócitos.
- 3.3. Coloração: fundamentos e aplicação da coloração de Wright/Giemsa.
- 3.4. Coagulação: fundamentos e execução dos testes de triagem (TP e TTPA).

4. Microbiologia Clínica (Bacterioscopia e Cultura)

- 4.1. Microscopia e Colorações Essenciais – Coloração de Gram: fundamentos, técnica de execução e reconhecimento morfotintorial (cocos gram-positivos, bacilos gram-negativos etc.). Coloração de Ziehl-Neelsen (BAAR): aplicação e leitura de lâminas.
- 4.2. Cultura de Microrganismos (Bacteriologia) – Meios de cultura: tipos (seletivos, diferenciais, de enriquecimento) e utilização. Técnicas de semeadura e isolamento. Leitura e interpretação de crescimento em culturas. Identificação bioquímica preliminar de bactérias (provas de catalase, coagulase, oxidase etc.).
- 4.3. Antibiograma (Teste de Sensibilidade aos Antimicrobianos): princípios, método de difusão em disco (Kirby-Bauer) e leitura.

5. Urinálise e Parasitologia (Leitura Microscópica)

- 5.1. Urinálise – Exame físico e químico da urina (fita reagente). Sedimentoscopia (exame microscópico): reconhecimento de células (leucócitos, hemácias, epiteliais), cilindros, cristais e microrganismos (bactérias, leveduras) – (fundamental para leitura de lâmina).
- 5.2. Parasitologia – Métodos de concentração de fezes (Ex.: Hoffmann, Faust, Kato-Katz). Identificação microscópica: reconhecimento de ovos, larvas, cistos e trofozoítos de parasitos de interesse clínico (Ex.: *Ascaris lumbricoides*, *Giardia lamblia*, *Entamoeba histolytica*).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Anvisa. **RDC nº 978/2025.** (Laboratórios Clínicos).



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

BRASIL. Anvisa. **RDC nº 222/2018**. (Gerenciamento de Resíduos).

HENRY, John Bernard. **Diagnósticos Clínicos & Tratamento por Métodos Laboratoriais**. 21. ed. Manole.

KONEMAN, Elmer W. *et al.* **Diagnóstico Microbiológico**: texto e atlas colorido. 7. ed. Guanabara Koogan.

LIMA, A. Oliveira *et al.* **Métodos de Laboratório Aplicados à Clínica**. 8. ed. Guanabara Koogan.

NEVES, David Pereira *et al.* **Parasitologia Humana**. 14. ed. Atheneu.

STRASINGER, Susan K.; DI LORENZO, Marjorie S. **Urínalise e Fluidos Corporais**. 5. ed. (em diante). Elsevier.

OMS. **Manual de Segurança Biológica em Laboratório da OMS**. 4. ed. 2020.

SUPORTE TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

1. Conceitos básicos de hardware e software.
2. Sistemas operacionais (Windows 10 e posteriores e noções de Linux).
3. Gerenciamento de arquivos e pastas.
4. Periféricos de entrada, saída e armazenamento.
5. Tipos de computadores e dispositivos móveis.
6. Conceitos de redes de computadores (LAN, WAN, Internet).
7. Internet, navegadores e correio eletrônico (e-mail).
8. Endereço IP, modem, roteador e Wi-Fi.
9. Segurança da informação e boas práticas digitais.
10. Vírus, malware, antivírus e firewall.
11. Senhas seguras, backup e recuperação de dados.
12. Noções da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).
13. Pacote Office / LibreOffice – editor de texto.
14. Planilhas eletrônicas – fórmulas e gráficos básicos.
15. Ferramentas de apresentação (slides).
16. Instalação, atualização e desinstalação de softwares.
17. Softwares livres, proprietários e aplicativos corporativos.
18. Noções básicas de banco de dados.
19. Lógica de programação e algoritmos simples.
20. Computação em nuvem.

REFERÊNCIAS

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DATE, C. J. **Introdução a sistemas de bancos de dados**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DEITEL, Paul; DEITEL, Harvey. **Java: como programar**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

FOROUZAN, Behrouz A. **Comunicação de dados e redes de computadores**. 4. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2010.

HEUSER, Carlos Alberto. **Projeto de banco de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

MACHADO, Felipe Nery Rodrigues; MAIA, Luiz Paulo. **Arquitetura de sistemas operacionais**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013

MANZANO, José Augusto N. G. **Informática aplicada**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2016.

MORIMOTO, Carlos E. **Hardware: o guia definitivo**. Porto Alegre: Sul Editores, 2019.

PRESSMAN, Roger S. **Engenharia de software**. 7. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

SEBESTA, Robert W. **Conceitos de linguagens de programação**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

SILVA, Mario Gomes da. **Informática: conceitos básicos**. São Paulo: Érica, 2015.

STALLINGS, William. **Segurança de computadores**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

TANENBAUM, Andrew S. **Redes de computadores**. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

ENSINO SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Leitura e interpretação de textos: informações implícitas e explícitas. Significação contextual de palavras e expressões. Ponto de vista do autor. Leitura e sentido: compreensão e atividade inferencial.
2. Linguagem mista, verbal e não verbal.
3. Semântica e estilística: polissemia, sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia, hiperonímia, denotação e conotação, sentido e sentido figurado, figuras de linguagem.
4. Recursos de estilo e adequação vocabular.
5. Funções da linguagem.
6. Texto e discurso: intertextualidade, metalinguagem, dialogismo, polifonia.
7. Tipos de discurso (direto, indireto, indireto livre).
8. Tipologia textual e gêneros discursivos de circulação social: estrutura composicional; objetivos discursivos do texto; contexto de circulação; aspectos linguísticos.
9. Texto e textualidade: coesão, coerência, argumentação e outros fatores de textualidade.
10. Linguagem e adequação social: variedades linguísticas e seus determinantes culturais, sociais, regionais, históricos e individuais. Registros formal e informal da escrita padrão.
11. Fonética e fonologia: tonicidade; ortografia: regras ortográficas e uso correto das palavras; acentuação gráfica de acordo com as normas vigentes. Crase.
12. Morfologia: classes de palavras e suas flexões; análise morfológica.
13. Sintaxe: frase, oração, período; termos da oração; sintaxe do período composto: processos de coordenação e subordinação, mecanismos de sequenciação, relações discursivo-argumentativas, relações lógico-semânticas; análise sintática.
14. Concordância verbal e nominal aplicadas ao texto.
15. Regência verbal e nominal aplicadas ao texto.
16. Colocação pronominal aplicada ao texto.
17. Sinais de pontuação como fatores de coesão.
18. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua.
19. Ortografia oficial – Novo Acordo Ortográfico.

REFERÊNCIAS

- BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- CEGALLA, D. Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 2010.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza A. Cochar; CLETO, Ciley. **Interpretação de textos: construindo competências e habilidades em leitura**. 3. ed. São Paulo: Atual, 2016.
- CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática reflexiva: texto, semântica e interação**. São Paulo: Atual, 2013.
- CHALHUB, Samira. **Funções da linguagem**. Rio de Janeiro: Ática, 1990.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016.
- FIORIN, José L.; BARROS, Diana L. P. de (Orgs.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- KOCH, Ingedore V. **O texto e a construção de sentidos**. São Paulo: Contexto, 2003.
- KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Cortez, 2008.
- SARMENTO, Leila Lauer. **Oficina de redação**. São Paulo: Moderna, 2013.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. Matemática

- 1.1. Números e Operações – Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais. Operações fundamentais. Sistema de numeração. Divisibilidade. Fatoração. Máximo Divisor Comum (MDC) e Mínimo Múltiplo Comum (MMC). Frações: operações, simplificação e representação decimal. Números decimais periódicos e não periódicos.
- 1.2. Matemática Comercial e Financeira – Razões e proporções. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Juros simples e



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

compostos. Descontos e acréscimos.

- 1.3. Estatística – Conceitos fundamentais: população, amostra e amostragem. Organização de dados em tabelas e gráficos. Medidas de tendência central (média, moda e mediana). Medidas de dispersão: variância e desvio padrão.
- 1.4. Sequências – Progressões aritméticas e geométricas: termos, razão, soma dos termos.
- 1.5. Cálculo Algébrico – Equações do 1º e 2º graus. Sistemas lineares. Inequações. Produtos notáveis. Fatoração algébrica. Raízes de uma equação algébrica.
- 1.6. Funções – Função real de uma variável: definição, domínio, imagem e gráfico. Funções polinomiais. Funções exponenciais. Funções logarítmicas. Interpretação e análise de gráficos.
- 1.7. Geometria Plana – Áreas e perímetros de triângulos, quadriláteros e circunferências. Relações métricas em triângulos. Semelhança de figuras.
- 1.8. Geometria Analítica – Ponto, distância entre pontos, ponto médio. Equação da reta. Condições de paralelismo e perpendicularidade. Circunferência no plano cartesiano.
- 1.9. Probabilidade – Definição clássica. Eventos simples e compostos. Eventos independentes. Probabilidade condicional. Teorema da multiplicação.

2. Raciocínio Lógico

- 2.1. Lógica Proposicional – Proposições, conectivos, tabelas-verdade, equivalências lógicas, negações e implicações. Argumentação lógica.
- 2.2. Associação Lógica – Problemas envolvendo tabelas, classificações, relações e cruzamentos lógicos.
- 2.3. Sequências e Padrões – Reconhecimento de sequências numéricas, geométricas e lógicas.
- 2.4. Diagramas Lógicos – Diagramas de Venn e outros esquemas de organização.
- 2.5. Princípios Combinatórios – Princípio da Casa dos Pombos (pigeonhole). Contagem simples.
- 2.6. Orientação Espacial e Temporal – Relações de posição, sentidos, deslocamentos e ordens cronológicas.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR FILHO, Edgar de. **Iniciação à lógica matemática**. São Paulo: Nobel, 2017.
- BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo lógica**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- CHAVANTE, Eduardo; PRESTES, Diego. **Coleção Matemática e suas Tecnologias**. São Paulo: Edições SM, 2020.
- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações**. Vols. 1-4. 3. ed. São Paulo: Ática, 2016.
- IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo *et al.* **Matemática: volume único**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- IEZZI, Gelson *et al.* **Matemática: ciência e aplicações**. Vols. 1-3. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- LUSTOSA, Daniel. **Raciocínio lógico-matemático de A a Z**. 2. ed. São Paulo: Alfacon, 2023.
- PAIVA, Manoel Rodrigues. **Matemática – Paiva**. Vols. 1-3. 3. ed. São Paulo: Moderna Plus, 2015.
- ROSEN, Kenneth H. **Matemática discreta e suas aplicações**. 7. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2011.
- SMOLE, Kátia Stocco; DINIZ, Maria Ignez. **Ser protagonista: matemática**. São Paulo: Edições SM, 2020.
- TRIOLA, Mario F. **Introdução à Estatística**. 12. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

CONHECIMENTOS GERAIS

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Atualidades e conhecimentos relativos a aspectos culturais, econômicos, geográficos, históricos, políticos e sociais do município de Lavras, Minas Gerais e do Brasil. Temas de relevância sobre a sociedade contemporânea em nível mundial.
2. Legislação referente ao território e sua gestão. Direitos civis, sociais, políticas públicas e questões ambientais relacionadas ao município de Lavras e região.

REFERÊNCIAS

Artigos científicos e materiais didáticos relacionados a Lavras, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, voltados ao Nível Superior.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 dez. 2025.

LAVRAS. Câmara Municipal de Lavras. **Lei Complementar nº 327, de 16 de julho de 2014**. Estatuto dos servidores públicos do município de Lavras. Disponível em: https://sapl.lavras.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2014/2780/2780_texto_integral.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

LAVRAS. Câmara Municipal de Lavras. **Resolução nº 068/2011**. Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras. Disponível em: https://sapl.lavras.mg.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2011/1881/regimento_interno_cml.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

LAVRAS. Câmara Municipal de Lavras. **Site eletrônico oficial**. Disponível em: <https://www.lavras.mg.leg.br/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

LAVRAS. Prefeitura Municipal de Lavras. **Site eletrônico oficial**. Disponível em: <https://lavras.mg.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

IBGE. **Cidades e Estados**: Lavras (MG). Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

IEDE. Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais. **Dados Geoespaciais de Minas Gerais**. Disponível em: <https://iede.fjp.mg.gov.br/>. Acesso em: 15 dez. 2025.

Imprensa Escrita, Televisiva, Radiodifusão ou Internet.

ONU Brasil. Organização das Nações Unidas. **Site eletrônico oficial**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 15 dez. 2025.

INFORMÁTICA

1. Sistemas operacionais: conhecimentos do ambiente Windows 10: organização de pastas e arquivos; operações de manipulação de pastas e arquivos (criar, copiar, mover, excluir e renomear).
2. Editor de texto Microsoft Word 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; criação e manipulação de tabelas; inserção e formatação de gráficos e figuras; geração de mala direta.
3. Planilha eletrônica Microsoft Excel 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão; utilização de fórmulas; geração de gráficos; classificação e organização de dados.
4. Software de apresentações PowerPoint 2016 e superior: criação, edição, formatação e impressão das apresentações.
5. Criação, manipulação e utilização de formulários no Google e abstração dos dados preenchidos.
6. Criação, manipulação e utilização e compartilhamento do drive do Google.
7. Segurança. Conceitos de segurança da informação. Classificação da informação, segurança física e segurança lógica. Análise e gerenciamento de riscos. Ameaça, tipos de ataques e vulnerabilidade.
8. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
9. Conhecimentos de internet: noções básicas; correio eletrônico (receber e enviar mensagens; anexos; catálogos de endereço; organização das mensagens); navegadores (Microsoft Edge, Google Chrome e Firefox).
10. Sistemas de backup. Tipos de backup. Planos de contingência. Meios de armazenamento para backups.
11. Cloud computing: definição, tipos, características, vantagens e desvantagens.

REFERÊNCIAS

AWS. **Amazon Web Services**. Disponível em: <https://aws.amazon.com/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. **Escola virtual de Governo**. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 30 out. 2025.

CERT.BR. **Cartilha de Segurança para Internet**. Disponível em: <https://cartilha.cert.br/fasciculos/>. Acesso em: 30 out. 2025.

CONCEITOS. **Conceitos**. Disponível em: <https://conceitos.com/>. Acesso em: 30 out. 2025.

GOOGLE. **Como podemos ajudar?** Disponível em: <https://support.google.com>. Acesso em: 30 out. 2025.

HOSTINGER. **Hostinger Tutoriais**. Disponível em: <https://www.hostinger.com.br/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

INFOWESTER. **Página inicial**. Disponível em: <https://www.infowester.com/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

MICROSOFT. **Ajuda do Google Chrome**. Disponível em: <https://support.google.com/chrome>. Acesso em: 30 out. 2025.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Excel**. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/excel>. Acesso em: 30 out. 2025.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Microsoft Edge**. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/microsoft-edge>. Acesso em: 30 out. 2025.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do PowerPoint**. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/powerpoint>. Acesso em: 30 out. 2025.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Windows**. Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/windows>. Acesso em: 30 out. 2025.

MICROSOFT. **Auxílio e aprendizado do Word**. Disponível em: <https://support.office.com/pt-BR/Word>. Acesso em: 30 out. 2025.

MOZILLA FIREFOX. Mozilla Support. **Firefox Suporte**. Disponível em: <https://support.mozilla.org/pt-BR/products/firefox>. Acesso em: 30 out. 2025.

SCIELO. **Página inicial**. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

TECHTUDO. **Página inicial**. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/>. Acesso em: 17 dez. 2025.

TECMUNDO. **Página inicial**. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/>. Acesso em: 17 dez. 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

FARMACÊUTICO

1. Gestão da assistência farmacêutica.
2. Ciclo da assistência farmacêutica: seleção, programação, aquisição, distribuição, armazenamento, prescrição e dispensação.
3. Gestão técnica e clínica do medicamento.
4. Seleção e padronização de medicamentos.
5. Medicamentos sujeitos a controle especial.
6. Formas farmacêuticas sólidas, líquidas, semissólidas e parenterais: conceito, importância, aspectos biofarmacêuticos, preparo, acondicionamento e estabilidade.
7. Operações farmacotécnicas e manipulação de produtos farmacêuticos.
8. Controle de qualidade de insumos e produtos farmacêuticos.
9. Unitarização e fracionamento de medicamentos.
10. Sistemas de distribuição de medicamentos.
11. Terminologia básica em farmácia e produtos farmacêuticos.
12. Farmacocinética.
13. Fisiopatologia, farmacologia e farmacoterapia: da dor e inflamação; das doenças cardiovasculares; e das doenças infecciosas.
14. Cuidado farmacêutico e Farmácia clínica.
15. Farmacovigilância.
16. Segurança do paciente.
17. Segurança no uso de medicamentos.
18. Uso de antimicrobianos em serviços de saúde.
19. Condutas baseadas em evidências na utilização de medicamentos.
20. Desinfecção, assepsia e antissepsia das mãos, materiais e instalações.
21. Noções de higiene e segurança no ambiente farmacêutico.

REFERÊNCIAS

AULTON, M.E.; TAYLOR K.M.G. **Delineamento de Formas Farmacêuticas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 872 p.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Diretriz Nacional para Elaboração de Programa de Gerenciamento de Antimicrobianos em Serviços de Saúde**. Brasília: ANVISA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/DiretrizGerenciamentoAntimicrobianosANVISA2023FINAL.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 36, de 25 de julho de 2013**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC nº 80, de 11 de maio de 2006**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2006/rdc0080_11_05_2006.html. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência farmacêutica no SUS**. Brasília: CONASS, 2011. Disponível em: https://www.conass.org.br/biblioteca/v3/pdfs/colecao2011/livro_7.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013**. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998**. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.095, de 24 de setembro de 2013**. ANEXO 03: protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Disponível em: <http://proqualis.net/sites/proqualis.net/files/000002490IQmWd8.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais 2024**. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sectics/renome/renome-2024>. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 67, de 8 de outubro de 2007, seus anexos e alterações**. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rdc0067_08_10_2007.html. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973 e suas alterações**. Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5991.htm. Acesso em: 16 dez. 2025.

BRUNTON, L. L.; CHABNER, B. A.; KNOLLMANN, B. C. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica de Goodman & Gilman**. 12. ed. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade contextualização e arcabouço conceitual**. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016. 200 p. Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/Profar_Arcabouco_TELA_FINAL.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.

DIEHL, E. E.; SANTOS, R. I.; SCHAEFER, S. C. **Assistência farmacêutica no Brasil: política, gestão e clínica**. Gestão da Assistência Farmacêutica. Florianópolis: EdUFSC, 2016. Disponível em: <https://www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/Assistencia-Farmacêutica-no-Brasil-vol-2-Gestao-da-Assistencia-Farmacêutica.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- DIEHL, E. E.; SANTOS, R. I.; SCHAEFER, S. C. **Assistência farmacêutica no Brasil:** política, gestão e clínica. Logística de Medicamentos. Florianópolis: EdUFSC, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187552/4%20-%20Logística%20de%20medicamentos%20e-book.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- DIEHL, E. E.; SANTOS, R. I.; SCHAEFER, S. C. **Assistência farmacêutica no Brasil:** política, gestão e clínica. Seleção de Medicamentos. Florianópolis: EdUFSC, 2016. Disponível em: <https://www.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2025/05/Assistencia-Farmaceutica-no-Brasil-vol-3-Selecao-de-Medicamentos.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- GOLAN, D. E.; *et al.* **Princípios de Farmacologia:** a base fisiopatológica da farmacoterapia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
- INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. **Antimicrobianos:** erros de medicação, riscos e práticas seguras na sua utilização. 2019. Disponível em: https://ismp-brasil.org/wp-content/uploads/2024/06/842_BOLETIM-ISMP_SETEMBRO_2019-Capa-800x1051-1.jpg. Acesso em: 16 dez. 2025.
- INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. **Desafio global de segurança do paciente:** medicação sem danos. 2018. Disponível em: https://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2018/02/ISMP_Brasil_Desafio_Global.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.
- INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. **Medicamentos potencialmente perigosos de uso hospitalar:** lista atualizada 2019. 2019. Disponível em: <https://ismp-brasil.org/wp-content/uploads/2024/06/BOLETIM-ISMP-FEVEREIRO-2019.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. **Prevenção de erros de medicação na transição do cuidado.** 2019. Disponível em: https://ismp-brasil.org/wp-content/uploads/2024/06/boletim_ismp_30a_edicao.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.
- INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. **Prevenção de erros de prescrição.** 2021. Disponível em: https://ismp-brasil.org/wp-content/uploads/2024/06/1208_capa_800x1051px.png. Acesso em: 16 dez. 2025.
- INSTITUTO PARA PRÁTICAS SEGURAS NO USO DE MEDICAMENTOS. **Segurança de rótulos e embalagens de medicamentos.** 2023. Disponível em: https://ismp-brasil.org/wp-content/uploads/2024/06/Boletim_ISMP_Brasil_Rotulos-e-embalagens.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.
- NOVAES, M. R. C. G.; NUNES, M. S.; BEZERRA, V. S. **Guia de boas práticas em Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde.** Barueri-SP. Manole, 2020.
- ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. **Boas práticas de farmacovigilância para as Américas.** 2011. Disponível em: <https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2011/Red-PARF-5-Port.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2025.
- OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S.; LUIZA, V. L.; CASTILHO, S. R.; OLIVEIRA, M. A.; MARIN, N. (org.). **Assistência Farmacêutica:** gestão e prática para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014. v. 1. 469 p.
- PEREIRA, R. M. **Planejamento, Programação e Aquisição:** prever para prover. Brasília: OPAS, 2015. Disponível em: https://www.rets.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/arquivos/biblioteca/fasciculo_10.pdf. Acesso em: 16 dez. 2025.

MÉDICO ANGIOLOGISTA

1. Anatomia médico-cirúrgica do sistema vascular.
2. Avaliação clínica dos doentes vasculares.
3. Métodos não invasivos no diagnóstico das doenças vasculares.
4. Angiotomografia e angiorressonância no diagnóstico das doenças vasculares.
5. Angiografias.
6. Doença arterial periférica.
7. Vasculites.
8. Trombofilias.
9. Arteriopatias funcionais vasomotoras.
10. Aneurismas: medidas para seu acompanhamento clínico.
11. Dissecção aórtica.
12. Síndromes compressivas cervicotoracoaxilares.
13. Insuficiência vascular cerebral extracraniana.
14. Isquemia visceral.
15. Pé diabético: diagnóstico e terapêutica.
16. Doença tromboembólica venosa.
17. Doença venosa crônica.
18. Síndrome da congestão venosa pélvica.
19. Varizes.
20. Linfangites e erisipelas.
21. Linfedemas.
22. Úlceras de membros inferiores.
23. Oclusões arteriais agudas OAA.
24. Malformações e tumores vasculares.
25. Trauma vascular: diagnóstico da lesão vascular e conduta clínica inicial.
26. Doenças da artéria poplítea não aterosclerótica.
27. Terapia gênica e celular na isquemia crítica dos membros inferiores.
28. Tratamento escleroterápico das varizes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

29. Tratamento da hiperchromia pós escleroterapia.
30. Dislipidemias.
31. Terapêutica antiplaquetária.
32. Terapêutica anticoagulante e fibrinolítica.
33. Terapêutica vasodilatadora.

REFERÊNCIAS

LOBATO, A. C. *Cirurgia endovascular, vascular e angiologia*. 4. ed. São Paulo: ICVE, 2025.

MAFFEI, Francisco H. A. *et al. Doenças Vasculares Periféricas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2024.

OBS.: Em caso de conflito entre os materiais indicados, será considerado o dado bibliográfico mais relevante ou atual, a critério da banca.

MÉDICO CARDIOLOGISTA

1. Anatomia, fisiologia e semiologia cardiovascular. Arritmia cardíaca. Cardiopatias congênitas. Dislipidemia. Doença arterial coronariana. Doenças da aorta e vascular periférica. Doenças do miocárdio e pericárdio. Eletrocardiografia. Endocardite. Farmacologia cardiovascular. Febre reumática. Gravidez e doença cardiovascular. Hipertensão arterial sistêmica e Hipertensão pulmonar. Infarto agudo do miocárdio. Insuficiência cardíaca. Ressuscitação cardiopulmonar. Síndrome coronariana aguda. Terapia anticoagulante e trombolítica. Tromboembolismo pulmonar. Valvopatias.

REFERÊNCIAS

BRAUNWALD. *Tratado de Doenças Cardiovasculares*. 11. ed. 2. v. by Elsevier. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2022.

CASTRO, Iran. *Livro-texto da Sociedade Brasileira de Cardiologia*. 3. ed. Barueri-SP: Manole, 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Diretrizes, posicionamentos e normatizações. Disponível em: <https://www.portal.cardiol.br/diretrizes>. (valendo a mais atual, com suas respectivas atualizações, compreendendo o período de 01 de janeiro de 2016 até 01 de dezembro de 2025).

MÉDICO CIRURGIÃO GERAL

1. Cirurgia Geral – Fundamentos e Prática
 - 1.1. Anatomia cirúrgica aplicada ao abdome, tórax e extremidades.
 - 1.2. Princípios de técnica operatória e assepsia.
 - 1.3. Cicatrização, hemostasia e controle de infecção cirúrgica.
 - 1.4. Sutura, fios, grampeadores e dispositivos cirúrgicos.
 - 1.5. Princípios de cirurgia minimamente invasiva (laparoscopia e robótica).
 - 1.6. Tratamento cirúrgico das hérnias da parede abdominal (inguinal, crural, umbilical, incisionais).
 - 1.7. Doenças do trato gastrointestinal: estômago, intestino delgado, cólon e reto.
 - 1.8. Doenças da vesícula e vias biliares.
 - 1.9. Doenças do fígado, pâncreas e baço – indicações cirúrgicas.
 - 1.10. Abdome agudo inflamatório, obstrutivo, vascular e traumático.
 - 1.11. Apendicite, colecistite, pancreatite e diverticulite.
 - 1.12. Trauma abdominal fechado e penetrante.
 - 1.13. Doenças anorretais: hemorroidas, fissuras, fístulas e abscessos.
 - 1.14. Infecções de partes moles, fleimões e fasciítes.
 - 1.15. Princípios de oncologia cirúrgica aplicada à cirurgia geral.
 - 1.16. Cuidados perioperatórios: avaliação pré-operatória, risco cirúrgico, manejo de comorbidades.
 - 1.17. Complicações cirúrgicas: sepse, deiscência, fistulização, sangramento, choque.
 - 1.18. Manejo de drenos, sondas e curativos complexos.
 - 1.19. Indicações e contra-indicações de transfusão sanguínea em cirurgia.
 - 1.20. Manejo de dor pós-operatória e analgesia multimodal.
2. Atendimento em Urgência e Emergência
 - 2.1. Avaliação inicial do paciente grave – Protocolo ABCDE.
 - 2.2. Manejo de via aérea difícil e oxigenação.
 - 2.3. Choque séptico, cardiogênico, hipovolêmico e distributivo.
 - 2.4. Politrauma – princípios do ATLS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- 2.5. Trauma torácico e abdominal – diagnóstico e condutas.
- 2.6. Hemorragias internas e externas – diagnóstico e tratamento.
- 2.7. Feridas complexas e lesões por arma branca e arma de fogo.
- 2.8. Queimaduras – classificação e condutas iniciais.
- 2.9. Abdome agudo no pronto atendimento.
- 2.10. Complicações pós-operatórias imediatas no PA.
- 2.11. Interpretação rápida de exames laboratoriais e de imagem na urgência (RX, USG FAST, TC).
- 2.12. Critérios de internação hospitalar e de encaminhamento para UTI.
3. Diagnóstico Clínico-Cirúrgico
 - 3.1. Raciocínio clínico cirúrgico e diagnóstico diferencial.
 - 3.2. Semiologia do abdome, tórax e extremidades.
 - 3.3. Prescrição e interpretação de exames complementares: hemograma e bioquímica, urinálise, gasometria, radiografias, ultrassonografia, tomografia computadorizada, ressonância magnética.
 - 3.4. Indicações de biópsia e critérios para investigação de tumores.
 - 3.5. Emissão de laudos, pareceres e relatórios técnicos.
4. Saúde Coletiva e Saúde Pública
 - 4.1. Princípios do SUS – organização, hierarquização e regionalização.
 - 4.2. Vigilância epidemiológica e sanitária.
 - 4.3. Notificações compulsórias em cirurgia geral (acidentes, violência, doenças infecciosas).
 - 4.4. Programas de prevenção em saúde: câncer, obesidade, doenças crônicas, trauma.
 - 4.5. Educação em saúde para comunidades e equipes multiprofissionais.
 - 4.6. Indicadores de saúde e vigilância de eventos adversos.
 - 4.7. Protocolos assistenciais e linhas de cuidado do SUS.
 - 4.8. Participação do cirurgião em programas, pesquisas e ações de saúde coletiva.
5. Administração, Ética e Documentação Médica
 - 5.1. Prontuário eletrônico e ficha clínica individual.
 - 5.2. Relatórios mensais e registros obrigatórios do cirurgião.
 - 5.3. Legislação médica, ética e responsabilidade profissional.
 - 5.4. Bioética aplicada à prática cirúrgica.
 - 5.5. Direitos do paciente e consentimento informado.
 - 5.6. Regulação de leitos, solicitação de internações e fluxos assistenciais.
 - 5.7. Processos educativos na saúde – trabalho em equipe e educação continuada.
 - 5.8. Protocolos hospitalares, segurança do paciente e qualidade assistencial.
6. Temas Transversais e Atribuições Complementares
 - 6.1. Protocolos clínicos e diretrizes cirúrgicas baseadas em evidências.
 - 6.2. Prevenção de infecções hospitalares – bundles e práticas seguras.
 - 6.3. Manejo de pacientes especiais: idosos, diabéticos, obesos, imunossuprimidos.
 - 6.4. Cuidados paliativos e limitações terapêuticas em cirurgia geral.
 - 6.5. Comunicação de más notícias e relação médico-paciente.
 - 6.6. Procedimentos cirúrgicos ambulatoriais.
 - 6.7. Atribuições administrativas e atividades correlatas ao cargo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. D.; LÁZARO DA SILVA, A.; GOFFI, F. S. Laparotomias. In: GOFFI, F. S. (ed.). **Técnica cirúrgica**: bases anatômicas, fisiopatológicas e técnicas da cirurgia. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 1996.
- AMATO NETO, Valdir *et al.* **Doenças infecciosas e parasitárias**: guia de bolso. 3. ed. São Paulo: Sarvier, 2020.
- AMERICAN COLLEGE OF SURGEONS. **ATLS – Advanced Trauma Life Support**: manual do curso de alunos. 10. ed. Chicago: ACS, 2018.
- BOGOSSIAN, A. T.; BOGOSSIAN, L. Resposta orgânica ao trauma. In: VIEIRA, O. M. **Clínica cirúrgica**: fundamentos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Atheneu, 1989.
- BRUNICARDI, F. Charles *et al.* **Schwartz**: princípios de cirurgia. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2020.
- CAMPOS, F. G. C. M. *et al.* **Tratado de coloproctologia**. São Paulo: Atheneu, 2012.
- COLÉGIO BRASILEIRO DE CIRURGIÕES. **Manual de condutas em cirurgia geral**. 5. ed. São Paulo: CBC, 2021.
- DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2011.
- DANTE SENRA. **Medicina intensiva**: fundamentos e prática. São Paulo: Atheneu, 2013.
- DOHERTY, Gerard M. **Current – Cirurgia**: diagnóstico e tratamento. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2017.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- DOHERTY, G. M. **Washington Manual de Cirurgia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- FAHEL, Edvaldo; ROCHA, Paulo Roberto Savassi. **Abdome agudo não traumático**. Rio de Janeiro: MedBook, 2008.
- GOFFI, F. S. **Técnica cirúrgica: bases anatômicas, fisiopatológicas e técnicas da cirurgia**. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.
- GONÇALVES RODRIGUES, Marco Antônio *et al.* **Fundamentos em clínica cirúrgica**. Belo Horizonte: Coopmed, 2006.
- HARRISON, T. R. **Harrison: medicina interna**. 21. ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2023. 2 v.
- IRWIN, R. S.; LILLY, C. M.; RIPPE, J. M. **Manual de terapia intensiva**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
- ISAC FILHO, J. **Cirurgia geral: pré e pós-operatório**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2011.
- KNOBEL, E. **Condutas no paciente grave**. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2016. 2 v.
- LARANJEIRA, Luiz Negrão *et al.* **Medicina de emergência: abordagem prática**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2021.
- MACHADO, Marcel Cerqueira César *et al.* **Tratado de cirurgia do CBC**. São Paulo: Manole, 2018.
- MATTOX, K. L.; FELICIANO, D. V.; MOORE, E. E. **Trauma**. 8. ed. Nova Iorque: McGraw-Hill, 2017.
- MOORE, K. L.; DALLEY, A. F.; AGUR, A. M. R. **Anatomia orientada para a clínica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
- MORGAN, G. E.; MIKHAIL, M. S.; MURRAY, M. J. **Anestesiologia clínica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2017.
- PAIM, Jairnilson. **O que é o SUS**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.
- RATTON, J. L. de A. **Emergências médicas e terapia intensiva**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- RODRIGUES, Marco Antônio *et al.* **Fundamentos em clínica cirúrgica**. Belo Horizonte: Folium Editorial, 2018.
- SAVASSI ROCHA, Paulo Roberto. **Cirurgia de ambulatório**. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.
- TOWNSEND, Courtney M. **Sabiston: tratado de cirurgia – a base biológica da prática cirúrgica moderna**. 20. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.
- UTIYAMA, E. M.; STEINMAN, E.; BIROLINI, D. (eds.). **Cirurgia de emergência**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2012.
- VERONESI, Ricardo; FOCACCIA, Roberto. **Tratado de infectologia**. 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2020. 2 v.
- WALDMAN, Eliseu Alves; MORAIS, Rodrigo Mendes. **Vigilância em saúde pública: conceitos, organização e práticas**. São Paulo: Hucitec, 2020.
- WAY, Lawrence W.; DOHERTY, Gerard M. **Current: cirurgia – diagnóstico e tratamento**. 14. ed. Porto Alegre: AMGH, 2015.

MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

1. Obesidade.
2. *Diabetes mellitus*.
3. Dislipidemias.
4. Adenomas Hipofisários.
5. Nódulos Tireodíanos.
6. Hipotireoidismo.
7. Hipertireoidismo.
8. Osteoporose.
9. Hipertensão endócrina.
10. Hipogonadismo.

REFERÊNCIAS

- VILAR, Lúcio. **Endocrinologia Clínica**. 8. ed. Editora Guanabara Kogan, 2025.

MÉDICO GINECOLOGISTA / OBSTETRA

1. Obstetrícia
 - 1.1. Obstetrícia geral – Evolução cronológica do conceito. Duração da gravidez. Assistência pré-natal. Curvas de ganho ponderal e altura uterina. Nutrição na gestação. Vitaminas e suplementações. Drogas na gravidez e classificação de risco. Imunizações recomendadas (MS e SBIM). Avaliação da maturidade e vitalidade fetal. Dinâmica uterina e diagnóstico de trabalho de parto. Mecanismos e fases do parto. Assistência ao parto de baixo e alto risco. Partograma. Indução e condução do trabalho de parto. Cesariana. Avaliação fetal intraparto. Puerpério fisiológico e patológico. Lactação e dificuldades comuns. Planejamento familiar pós-parto.
 - 1.2. Patologia obstétrica – Abortamento e complicações. Prematuridade. Gravidez ectópica em todas as localizações. Neoplasia trofoblástica gestacional. Placenta prévia e acretismo placentário. Descolamento prematuro da placenta. Hiperêmese gravídica. Doença hemolítica perinatal e isoimunização. Insuficiência istmocervical. Amniorrexe prematura. Gravidez prolongada. Crescimento intrauterino restrito. Oligoâmnio e polidrâmnio. Rotura uterina. Infecção puerperal, mastite e



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

abscessos. Mortalidade materna, perinatal e neonatal. Transtornos psiquiátricos perinatais. Distocias. Hemorragias da gestação e do pós-parto. Choque hipovolêmico.

- 1.3. Propedêutica obstétrica – Ultrassonografia em obstetrícia: idade gestacional, anatomia fetal, biometria, CIUR, macrosomia, avaliação do líquido amniótico, placenta prévia, DPP, gestação ectópica, e malformações fetais principais. Cardiotocografia. Dopplervelocimetria. Perfil biofísico fetal. Avaliação da vitalidade fetal. Métodos complementares em gestação de alto risco.
 - 1.4. Intercorrências clínico-cirúrgicas na gestação – Síndromes hipertensivas: hipertensão crônica, hipertensão gestacional, pré-eclâmpsia, eclâmpsia, pré-eclâmpsia sobreposta. Endocrinopatias: diabetes gestacional e pré-gestacional, distúrbios tireoidianos. Tromboembolismo venoso. Cardiopatias. Epilepsia. Doenças hematológicas. Doenças autoimunes e do colágeno. Doenças renais e hepáticas. Infecções urinárias. ISTs, HIV/Aids. Toxoplasmose, sífilis, hepatites. Arboviroses (zika, dengue, chikungunya). Obesidade na gestação. Gestação na adolescência e na idade avançada. Aborto legal e aspectos éticos e legais. Emergências obstétricas: hemorragia pós-parto, sepse, crises hipertensivas, choque.
 - 1.5. Medicina fetal e atualidades – Triagem e rastreamento de aneuploidias. Ecocardiografia fetal. Malformações estruturais principais. Diagnóstico pré-natal. Manejo de fetos com prognóstico letal. Cuidados paliativos perinatais. Terapias fetais. Gestação múltipla. Violência obstétrica e boas práticas no parto. Assistência ao parto humanizado.
2. Ginecologia
 - 2.1. Fundamentos – Fisiologia menstrual. Anatomia dos órgãos genitais e da mama. Anamnese e exame físico ginecológico. Exames complementares: colpocitologia oncótica, testes de HPV, colposcopia, histeroscopia, ultrassonografia transvaginal, mamografia, ressonância, anatomia patológica e dosagens hormonais.
 - 2.2. Distúrbios menstruais – Sangramento uterino anormal. Amenorreias primária e secundária. Dismenorreia. Metrorragias e oligomenorreia.
 - 2.3. Ginecologia infecciosa – ISTs. Vaginites e vulvovaginites. Doença inflamatória pélvica. HPV e lesões pré-neoplásicas.
 3. Doenças benignas e disfunções pélvicas – Miomas uterinos. Pólipos. Cistos ovarianos. Endometriose. Adeniose. Doença ovariana funcional. Prolapso genital. Disfunções do assoalho pélvico. Incontinência urinária. Dor pélvica crônica.
 4. Ginecologia endócrina e reprodutiva – Puberdade normal e patológica. Síndrome dos ovários policísticos. Insuficiência ovariana prematura. Hiperprolactinemia. Infertilidade conjugal: investigação básica e condutas. Climatério e terapia hormonal.
 5. Mastologia
 - 5.1. Anatomia e Fisiologia da Mama – Estrutura e desenvolvimento mamário. Influência hormonal e principais alterações fisiológicas.
 - 5.2. Avaliação Clínica – Anamnese específica. Exame físico completo das mamas e linfonodos. Identificação de sinais de alarme.
 - 5.3. Métodos Diagnósticos – Mamografia e ultrassonografia. Ressonância magnética. Técnicas de biópsia (core, PAAF, mamotomia).
 - 5.4. Doenças Benignas – Mastalgia. Nódulos benignos (fibroadenoma, cistos). Mastites e abscessos. Papiloma intraductal e alterações funcionais.
 - 5.5. Lesões de Risco – Hiperplasias ductais / lobulares. Lesões papilares. Adenose esclerosante.
 - 5.6. Genética e Aconselhamento – Avaliação de risco familiar. Síndromes hereditárias (BRCA1/2, TP53). Estratégias para mulheres de alto risco.
 - 5.7. Mama no Ciclo Reprodutivo – Avaliação de doenças mamárias na gestação. Condutas na lactação e manejo de complicações da amamentação.
 6. Oncologia ginecológica – Fatores de risco. Rastreamento. Neoplasias benignas e malignas do trato genital e das mamas. Câncer do colo do útero, endométrio, ovário, vulva e vagina: epidemiologia, diagnóstico, estadiamento e tratamento. Câncer de mama: rastreamento, diagnóstico, manejo cirúrgico e clínico.
 7. Anticoncepção e planejamento familiar – Métodos hormonais, não hormonais, de longa duração (LARC), barreira e naturais. DIU. Anticoncepção de emergência. Planejamento reprodutivo em mulheres com comorbidades. Direitos sexuais e reprodutivos.
 8. Questões éticas e legais – Violência sexual e doméstica. Violência contra a mulher. Atendimento a vítimas. Consentimento informado. Ética na reprodução assistida. Sigilo profissional.
 9. Atualidades e temas emergentes – Saúde sexual e reprodutiva. Prevenção combinada em IST/HIV. Disforia de gênero e cuidados em saúde sexual de pessoas trans. Vacinas em ginecologia. Telemedicina em saúde da mulher. Segurança do paciente e comunicação clínica.

REFERÊNCIAS

BEREK, J. S.; BEREK; NOVAK. **Tratado de Ginecologia**. 16. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais de assistência ao parto normal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Manual de gestão de alto risco**. [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_gestacao_alto_risco.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Portaria Conjunta SAES/SECTICS nº 13, de 29 de julho de 2025.** Aprova as Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer de Colo do Útero: Parte I – Rastreamento organizado utilizando testes moleculares para detecção de DNA-HPV Oncogênico. Portaria atualizada em: 18 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/pcdt/r/rastreamento-cancer-do-colo-do-utero/view>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Portaria Conjunta SAES/SECTICS nº 17, de 25 de novembro de 2024.** Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Câncer de Mama. Portaria atualizada em: 17 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/pcdt/c/cancere-de-mama/view>. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional da Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 32 p. 1ª Reimp. [Citado em: 29 out. 2017]. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 18 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).** Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/08/pcdt_ist_final_revisado_020420.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

CORRÊA, Mário Dias. **Noções práticas de obstetrícia.** 15. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2025. E-book. ISBN 9786557831076.

CUNNINGHAM, F. Gary *et al.* **Williams Obstetrics.** 26th international ed. New York: McGraw Hill, 2022.

MONTENEGRO, C. A.; BARBOSA, Rezende Filho, J. **Obstetrícia Fundamental.** 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE IMUNIZAÇÕES (SBIm). **Calendário de vacinação SBIm gestante 2025/2026.** Disponível em: <https://sbim.org.br/calendario-de-vacinacao/gestantes>. Acesso em: 10 dez 2025.

SOGIMIG. **Manual de Ginecologia e Obstetrícia.** 7. ed. Belo Horizonte: MedBook, 2025.

ZUGAIB, M. **Obstetrícia.** 5. ed. São Paulo: Manole, 2023.

MÉDICO NEUROLOGISTA

1. Semiologia Neurológica.
2. Síndromes Neurológicas e Topografia Lesional.
3. Neurofisiologia.
4. Neuroimagem.
5. Liquor.
6. Neuroinfecção.
7. Doença Vascular encefálica e medular.
8. Tumores.
9. Anomalias do Desenvolvimento Neuronal.
10. Desordens Neurocutâneas.
11. Neuropatias Periféricas.
12. Miopatias.
13. Mielopatias.
14. Ataxias.
15. Distúrbios do Movimento.
16. Doenças da Junção Neuromuscular.
17. Esclerose Múltipla e outras doenças desmielinizantes.
18. Epilepsia.
19. Cefaleias.
20. Distúrbios do Sono.
21. Neuro-otologia.
22. Neuro-oftalmologia.
23. Neuropediatria.
24. Manifestações Neurológicas das Doenças Sistêmicas.
25. Demências, Delírios e alterações do nível de consciência.
26. Desordens do Sistema Autonômico.
27. Desordens Psiquiátricas.
28. Neurointensivismo.

REFERÊNCIAS

AMERICAN ACADEMY OF NEUROLOGY. **Neurology clinical practice.** Lippincott Williams and Wilkins. [Revista bimestral da Academia Americana de Neurologia].

AMERICAN ACADEMY OF NEUROLOGY. **Revista Continuum, Lifelong Learning in Neurology.** [Revista bimestral de Neurologia]. Lippincott Williams and Wilkins.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- AMERICAN ACADEMY OF NEUROLOGY. **Revista Neurology**. Lippincott Williams and Wilkins. [Revista bimensal da Academia Americana de Neurologia].
- AMINOFF, Michael J.; JOSEPHSON, S. Andrew. **Aminoff's Neurology and General Medicine**. 6. ed. Filadélfia: Elsevier, 2021.
- BILLER, J. **Localization in Clinical Neurology**. 8th ed. Wolters Kluwer, 2021.
- BILLER, J. **Practical Neurology**. 5th ed. Lippincott Williams & Wilkins, 2017.
- BMJ GROUP. **Practical Neurology**. Revista bimestral.
- CAPLAN, L. R. **Caplan's Stroke: a clinical approach**. 5th ed. Saunders, 2016.
- CAPLAN, Louis R. **Stroke Syndromes**. 3rd ed. Cambridge, 2012.
- DEJONG'S. **The Neurological Examination**. 8th ed. Amirsys, 2019. Wolters Kluwer.
- DUUS, Peter. **Duus' Topical Diagnosis in Neurology**. Anatomy, Physiology, Signs, Symptoms. 5th ed. Thieme, 2012.
- DYCK, P. J.; THOMAS, P. K. **Peripheral Neuropathy**. 4th ed. Elsevier Saunders, 2005.
- JOSEPHSON, S. Andrew; FREEMAN, W. David; LIKOSKY, David J. **Neurohospitalist Medicine**. 1st ed. Cambridge, 2011.
- KARPATI, George; JONES, David Hilton; BUSHBY, Kate; GRIGGS, Robert C. **Disorders of Voluntary Muscle**. 8th ed. Cambridge University Press, 2010.
- KIMURA, Jun. **Electrodiagnosis in Diseases of Nerve and Muscle: principles and practice**. 4th ed. Oxford University Press, 2013.
- KRAUSS, G. L.; FISHER, R. S. **The John Hopkins Atlas of Digital EEG**. 1st ed. The John Hopkins University Press, 2006.
- LIU, Grant T.; VOLPE, Nicholas J.; GALETTA, Steven L. **Neuro-Ophthalmology: diagnosis and management**. 3rd ed. Saunders, 2018.
- OSBORN, A. G. **Angiografia Cerebral Diagnóstica**. 2ª ed. Revinter, 2002.
- OSBORN, Anne G. **Osborn's Brain**. 3rd ed. Amirsys, 2023.
- PATTEN, J. **Neurological Differential Diagnosis**. 2nd ed. Springer, 1996.
- ROPPER, Allan H.; BROWN, Robert H. **Adams and Victor's Principles of Neurology**. 11th ed. McGraw Hill, 2019.
- ROWLAND, L. P. **Merritt's Textbook of Neurology**. 14th ed. Williams & Wilkins, 2021.
- SEMINARS IN NEUROLOGY. Thieme Medical Editions. Revista neurológica bimestral.
- SILBERSTEIN, S. D.; LIPTON, R. B.; DODICK, D. W. **Wolff's Headache and other head pain**. 8th ed. Oxford University Press, 2008.
- TOLOSA, E.; JANKOVIC, J. **The Parkinson Disease and movement disorders**. 6th ed. Lippincott Williams & Wilkins, 2016.
- UPTODATE. **Página inicial**. Disponível em: <http://www.uptodate.com>. Acesso em: 23 dez. 2025.
- WALSH; HOYT'S. **Clinical neuro-ophthalmology: The Essentials**. 2nd ed. Wolters Kluwer, 2008
- WYLLIE, E. **Wyllie's Treatment of Epilepsy**. 7th edition. Wolters Kluwer Health, 2020.

MÉDICO PEDIATRA

1. Crescimento e desenvolvimento.
2. Aleitamento materno.
3. Alimentação nos dois primeiros anos de vida.
4. Alergia alimentar.
5. Prevenção de acidentes na infância.
6. Imunização ativa e passiva.
7. Icterícia neonatal.
8. A criança e adolescente com suspeita de maus tratos.
9. Necessidade de saúde do adolescente.
10. Desnutrição energética – Proteica.
11. Síndrome diarreica.
12. Parasitoses intestinais.
13. Tuberculose.
14. Anemias.
15. Infecção de vias aéreas superiores.
16. Pneumonias.
17. Asma.
18. Bronquiolite aguda.
19. Doenças exantemáticas.
20. Dengue.
21. Infecção do Trato Urinário

REFERÊNCIAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendário Nacional de Vacinação**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/calendario>. Acesso em: 9 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Fluxograma de Manejo Clínico da Dengue**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/coes/arboviroses/publicacoes/fluxograma-do-manejo-clinico-da-dengue.pdf/view>. Acesso em: 9 dez. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Calendário de Vacinação da SBP**. Atualização 2025/2026 Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/sbp/2025/outubro/21/25063d-DC_Calendario_Vacinacao_-_Atualizacao_2025-26.pdf. Acesso em: 9 dez. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Tratado de Pediatria**. 5ª edição. Editora Manole, 2021.

KLIEGMAN, R. *et al.* **Nelson Tratado de Pediatria**. 20. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

MÉDICO PEDIATRA DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA

1. Icterícia neonatal.
2. Asfixia perinatal.
3. A criança e o adolescente com suspeita de maus tratos.
4. Síndrome diarreica.
5. Parasitoses intestinais.
6. Equilíbrio hidroeletrólítico e desidratação.
7. Equilíbrio e desequilíbrio acidobásico.
8. Anemias.
9. Leucemias, linfomas e demais tumores.
10. Infecção de vias aéreas superiores.
11. Pneumonias.
12. Asma.
13. Bronquiolite aguda
14. Doenças exantemáticas.
15. Dengue.
16. Meningites em pediatria.
17. Crises convulsivas.
18. Insuficiência cardíaca congestiva.
19. Infecção do trato urinário.
20. Síndrome nefrítica.
21. Síndrome nefrótica.
22. Artrites.
23. Patologias cirúrgicas congênitas do trato digestivo.
24. Diagnóstico diferencial de dor abdominal aguda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Fluxograma de Manejo Clínico da Dengue**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/resposta-a-emergencias/coes/arboviroses/publicacoes/fluxograma-do-manejo-clinico-da-dengue.pdf/view>. Acesso em: 9 dez. 2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Novas recomendações para parada cardiorrespiratória (RCP) em Pediatria**: guia da American Heart Association (AHA) 2020. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/23034c-DC-NovasRecomend_parada_CardioResp.pdf. Acesso em: 9 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendário Nacional de Vacinação**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/vacinacao/calendario>. Acesso em 09/12/2025.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Tratado de Pediatria**. 5. ed. Editora Manole, 2021.

KLIEGMAN, R. *et al.* **Nelson Tratado de Pediatria**. 20. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

MÉDICO PSIQUIATRA

1. Políticas públicas de saúde e Rede de Assistência em Saúde Mental – Políticas Nacionais de Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS). Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Assistência a pessoas com transtornos mentais decorrentes do uso de álcool e outras drogas. Direitos dos usuários de saúde mental e Lei nº 10.216/2001. Ética e direitos humanos em saúde mental. Políticas internacionais e recomendações da OMS em saúde mental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS**: os centros de atenção psicossocial. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2004.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, no âmbito do SUS. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília-DF, 30 dez. 2011. Republicada em: 31 dez. 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília-DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080/1990. **Diário Oficial da União,** Brasília-DF, 29 jun. 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. **Diário Oficial da União,** Brasília-DF, 20 set. 1990.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais. **Diário Oficial da União,** Brasília-DF, 9 abr. 2001.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília-DF, 24 ago. 2006.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília-DF, 29 abr. 2019.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei nº 13.840, de 5 de junho de 2019. Dispõe sobre políticas públicas sobre drogas. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília-DF, 6 jun. 2019.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018.** Código de Ética Médica. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 2.306, de 17 de março de 2022. Aprova o Código de Processo Ético-Profissional (CPEP). **Diário Oficial da União,** Brasília-DF, 25 mar. 2022. Seção I, p. 27.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial de saúde mental:** transformar saúde mental para todos. Genebra: OMS, 2022.

2. Inserção da Saúde Mental na Atenção Básica

- 2.1. Política Nacional de Atenção Básica.
- 2.2. Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e equipes multiprofissionais (e-Multi).
- 2.3. Apoio matricial em saúde mental.
- 2.4. Acolhimento e clínica ampliada.
- 2.5. Construção de redes de cuidado compartilhado.
- 2.6. Projeto Terapêutico Singular.
- 2.7. Estratégias de redução de danos na Atenção Básica.
- 2.8. Transtornos Mentais Comuns na Atenção Primária.
- 2.9. Reabilitação psicossocial e inserção social.
- 2.10. Intervenções psicossociais e práticas integrativas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica nº 34:** saúde mental. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica nº 39:** NASF – Ferramentas para gestão e trabalho cotidiano. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia prático de matriciamento em saúde mental.** Brasília-DF: Ministério da Saúde; Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Caderno HumanizaSUS,** v. 5 – Saúde Mental. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2015.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Guia estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas:** guia AD. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2015.
- DIEHL, André; CORDEIRO, Daniel C.; LARANJEIRA, Ronaldo. **Dependência química:** prevenção, tratamento e políticas públicas. Porto Alegre: Artmed, 2018.

3. Psicopatologia, Entrevista Psiquiátrica E Exame De Estado Mental

- 3.1. Anamnese psiquiátrica.
- 3.2. Exame do estado mental.
- 3.3. Funções psíquicas e suas alterações.
- 3.4. Principais classificações em psiquiatria: DSM-5-TR, CID -10 (vigente no SUS) e CID-11.
- 3.5. Simulação e dissimulação.
- 3.6. Diagnósticos sindrômicos em psiquiatria.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** DSM-5-TR. 5. ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CID-10**: classificação de transtornos mentais e de comportamento. Porto Alegre: Artmed, 1993.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **International Classification of Diseases**. 11th Revision (ICD-11). Geneva: World Health Organization, 2019.

4. Psiquiatria Clínica – Epidemiologia, Diagnóstico, Manejo, Tratamento e Prognóstico

Principais transtornos mentais ao longo da vida: transtornos do neurodesenvolvimento; transtornos psicóticos; transtornos do humor; transtornos de ansiedade; transtorno obsessivo-compulsivo e transtornos relacionados; transtornos relacionados a traumas e estressores; transtornos disruptivos, do controle de impulsos e da conduta; transtornos de personalidade; transtornos dissociativos; síndromes somáticas associadas à psiquiatria — fibromialgia e fadiga crônica; transtornos alimentares; transtornos do sono-vigília; transtornos relacionados ao uso de álcool e outras substâncias; transtornos neurocognitivos.

REFERÊNCIAS

DIEHL, André; CORDEIRO, Daniel C.; LARANJEIRA, Ronaldo. **Dependência química**: prevenção, tratamento e políticas públicas. Porto Alegre: Artmed, 2018.

FORLENZA, Osvaldo V.; MIGUEL, Eurípedes C. **Compêndio de clínica psiquiátrica**. São Paulo: Manole, 2013.

NARDI, A. E.; SILVA, A. G.; QUEVEDO, J. (org.). **Tratado de psiquiatria da Associação Brasileira de Psiquiatria**. Porto Alegre: Artmed, 2022.

SADOCK, Virginia A.; RUIZ, Pedro. **Compêndio de psiquiatria**: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2024.

5. Urgências Psiquiátricas

- 5.1. Avaliação e abordagem do paciente em urgências e emergências psiquiátricas.
- 5.2. Prevenção e manejo do suicídio e do comportamento autolesivo.
- 5.3. Emergências associadas ao uso de álcool e drogas.
- 5.4. Emergências clínicas com manifestações psiquiátricas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília-DF, 29 abr. 2019.

DIEHL, André; CORDEIRO, Daniel C.; LARANJEIRA, Ronaldo. **Dependência química**: prevenção, tratamento e políticas públicas. Porto Alegre: Artmed, 2018.

FORLENZA, Osvaldo V.; MIGUEL, Eurípedes C. **Compêndio de clínica psiquiátrica**. São Paulo: Manole, 2013.

NARDI, A. E.; SILVA, A. G.; QUEVEDO, J. (org.). **Tratado de psiquiatria da Associação Brasileira de Psiquiatria**. Porto Alegre: Artmed, 2022.

QUEVEDO, João; CARVALHO, Antonio F. (org.). **Emergências psiquiátricas**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SADOCK, Virginia A.; RUIZ, Pedro. **Compêndio de psiquiatria**: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2024.

6. Psiquiatria Forense e Documentos Médicos

- 6.1. Elaboração de documentos médicos: atestados, laudos, relatórios e pareceres.
- 6.2. Noções básicas de psiquiatria forense: responsabilidade penal, capacidade civil e interdição.
- 6.3. Internação involuntária e compulsória (aspectos legais e práticos).

REFERÊNCIAS

ABDALLA-FILHO, E.; CHALUB, M.; TELLES, L. E. B. **Psiquiatria forense de Taborda**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 19 dez. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018**. Código de Ética Médica.

SADOCK, Virginia A.; RUIZ, Pedro. **Compêndio de psiquiatria**: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2024.

7. Psicofarmacologia

- 7.1. Princípios gerais de psicofarmacologia.
- 7.2. Classes de psicofármacos.
- 7.3. Cuidados na prescrição de psicofármacos.
- 7.4. Manejo dos principais efeitos adversos associados a psicofármacos.

REFERÊNCIAS

DIEHL, André; CORDEIRO, Daniel C.; LARANJEIRA, Ronaldo. **Dependência química**: prevenção, tratamento e políticas públicas. Porto Alegre: Artmed, 2018.

FORLENZA, Osvaldo V.; MIGUEL, Eurípedes C. **Compêndio de clínica psiquiátrica**. São Paulo: Manole, 2013.

NARDI, A. E.; SILVA, A. G.; QUEVEDO, J. (org.). **Tratado de psiquiatria da Associação Brasileira de Psiquiatria**. Porto Alegre: Artmed, 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

QUEVEDO, João; CARVALHO, Antonio F. (org.). **Emergências psiquiátricas**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SADOCK, Virginia A.; RUIZ, Pedro. **Compêndio de psiquiatria: ciência do comportamento e psiquiatria clínica**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2024.

STAHL, Stephen M. **Psicofarmacologia: bases neurocientíficas e aplicações práticas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022.

MÉDICO PSIQUIATRA DE SAÚDE MENTAL

1. Atenção Psicossocial e Inserção da Saúde Mental na Atenção Básica
 - 1.1. Atenção em saúde mental no território e na comunidade.
 - 1.2. Inserção da saúde mental na Atenção Básica
 - 1.3. Política Nacional de Atenção Básica aplicada à saúde mental.
 - 1.4. Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) e equipes multiprofissionais (e-Multi).
 - 1.5. Apoio matricial em saúde mental.
 - 1.6. Estratégias para implementação do cuidado longitudinal e integral.
 - 1.7. Acompanhamento em saúde mental nas modalidades individual, familiar e em grupo.
 - 1.8. Acolhimento, escuta qualificada, vínculo terapêutico e clínica ampliada.
 - 1.9. Construção de redes de cuidado compartilhado no território.
 - 1.10. Estratégias de redução de danos na Atenção Básica.
 - 1.11. Transtornos Mentais Comuns na Atenção Primária à Saúde.
 - 1.12. Reabilitação psicossocial e estratégias de inserção social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica nº 34: saúde mental**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica nº 39: NASF – Ferramentas para gestão e trabalho cotidiano**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia prático de matriciamento em saúde mental**. Brasília-DF: Ministério da Saúde; Centro de Estudos e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Caderno HumanizaSUS, v. 5 – Saúde Mental**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Guia estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas**: Guia AD. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2015.

DIEHL, André; CORDEIRO, Daniel C.; LARANJEIRA, Ronaldo. **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

2. Integralidade do Cuidado e Linhas de Atenção em Saúde Mental
 - 2.1. Ações de promoção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação psicossocial e manutenção da saúde ao longo da vida.
 - 2.2. Ações programáticas e atendimento à demanda espontânea.
 - 2.3. Projeto Terapêutico Singular (PTS) e acompanhamento contínuo.
 - 2.4. Coordenação do cuidado no âmbito do sistema de saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica nº 39: NASF – Ferramentas para gestão e trabalho cotidiano**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2004.

3. Saúde Mental e Intersetorialidade
 - 3.1. Ações intersetoriais em saúde mental: articulação com educação, assistência social, justiça, trabalho e cultura.
 - 3.2. Mobilização comunitária e participação social.
 - 3.3. Controle social e integração com a gestão municipal de saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

4. Vigilância em Saúde e Saúde Mental

- 4.1. Vigilância em saúde aplicada à saúde mental.
- 4.2. Doenças e agravos de notificação compulsória relacionados à saúde mental.
- 4.3. Estratégias para monitoramento das ações em saúde mental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Estratégico para o cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas**: Guia AD. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)**. Brasília-DF: Ministério da Saúde.

5. Gestão, Planejamento e Avaliação em Saúde Mental

- 5.1. Planejamento e organização aplicada à saúde mental.
- 5.2. Protocolos clínicos, diretrizes terapêuticas e gestão das ações em saúde mental.
- 5.3. Indicadores em saúde mental e avaliação de desempenho das equipes de saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno HumanizaSUS**, v. 5 – Saúde Mental. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2017.

DIEHL, André; CORDEIRO, Daniel C.; LARANJEIRA, Ronaldo. **Dependência química**: prevenção, tratamento e políticas públicas. Porto Alegre: Artmed, 2018.

6. Educação Permanente e Trabalho em Equipe Multiprofissional

- 6.1. Educação permanente em saúde mental e trabalho em equipe multiprofissional.
- 6.2. Apoio matricial e consultoria técnica.
- 6.3. Atividades de educação permanente e qualificação das equipes em saúde mental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Atenção Básica nº 39**: NASF – Ferramentas para gestão e trabalho cotidiano. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Prático de Matriciamento em Saúde Mental**. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2011.

7. Ética, Direitos Humanos e Legislação em Saúde Mental

- 7.1. Direitos das pessoas com transtornos mentais e Lei nº 10.216/2001.
- 7.2. Ética médica e ética em saúde mental.
- 7.3. Internação voluntária, involuntária e compulsória.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília-DF, 29 abr. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução CFM nº 2.217/2018**. Código de Ética Médica.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial de saúde mental**: transformar saúde mental para todos. Genebra: OMS, 2022.

MÉDICO SAÚDE DA FAMÍLIA

1. Estratégia de Saúde da Família – Linhas do cuidado em saúde da criança e do adolescente, da mulher, do adulto e do idoso: acompanhamento clínico e principais patologias. Atenção primária à saúde. Atenção domiciliar. Abordagem familiar. Promoção da saúde e prevenção (inclusive prevenção quaternária).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS)**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html#ANEXO1. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 2**: Anexo XXII – Capítulo I – Das Disposições Gerais. Art. 3º.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 3.005, de 2 de janeiro de 2024**. Altera as Portarias de Consolidação nºs 5 e 6, de 28 de setembro de 2017, para atualizar as regras do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) e do Programa Melhor em Casa (PMec). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/melhor-em-casa/legislacao/portaria-gm-ms-no-3-005-de-2-de-janeiro-de-2024>. Acesso em: 19 dez. 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS

GUSSO, Gustavo *et al.* **Tratado de Medicina de Família e Comunidade**: princípios, formação e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

SBC. **Diretriz da Sociedade Brasileira de Hipertensão Arterial de 2025**. Disponível em: <https://abccardiol.org/article/diretriz-brasileira-de-hipertensao-arterial-2025/>. Acesso em: 19 dez. 2025.

SBD. **Diretriz da Sociedade Brasileira de Diabetes de 2025**. Disponível em: <https://diretriz.diabetes.org.br/>. Acesso em: 19 dez. 2025.

TERAPEUTA OCUPACIONAL DE SAÚDE MENTAL

1. Direitos das pessoas com transtornos mentais.
2. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.
3. Rede de Atenção Psicossocial – RAPS.
4. Redes de Atenção à Saúde.
5. Equipes multiprofissionais no SUS – eMulti.
6. Projeto Terapêutico Singular.
7. Domínio e processo da Terapia Ocupacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 15.126, de 26 de abril de 2025**. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer a atenção humanizada como princípio no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15126.htm. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 635 de 22 de maio de 2023**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-635-de-22-de-maio-de-2023-484773799>. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Projeto Terapêutico Singular**. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/entities/publication/7d649131-0063-484c-8383-1bbc18d7793f>. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Redes de Atenção à Saúde**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/redes-de-atencao-a-saude>. Acesso em: 19 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Redes de Atenção Psicossocial**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps>. Acesso em: 19 dez. 2025.

GOMES, Maria Dulce; TEIXEIRA, Lílana; RIBEIRO, Jaime. **Enquadramento da Prática da Terapia Ocupacional**: domínio & processo. 4. ed. Disponível em: <https://iconline.ipleiria.pt/entities/publication/7d649131-0063-484c-8383-1bbc18d7793f>. Acesso em: 19 dez. 2025.